

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
GEPDIP – Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial

“Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness”

Alana Batistuta Manzi de Oliveira

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO – SP

2012

ALANA BATISTUTA MANZI DE OLIVEIRA

**Avaliação de adolescentes em conflito com a lei:
Adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof^a Dr^a Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FFCLRP - Departamento de Psicologia
Universidade de São Paulo

Manzi-Oliveira, Alana Batistuta

Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness. Ribeirão Preto, 2012.

145 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Bazon, Marina Rezende.

1. Avaliação psicológica. 2. Delinquência juvenil. 3. Inventário de Personalidade de Jesness. 4. Adaptação transcultural.

Nome: Manzi-Oliveira, Alana Batistuta

Título: Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Projeto de pesquisa subvencionado pela Fundação
de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -
Processo 2010/ 03576-2.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria se tornado uma realidade se não fossem várias pessoas que estiveram ao meu lado durante toda a sua construção. Agradeço a todos que, de diversas formas, contribuíram para que ele se tornasse uma realidade. Vocês também são autores, pois sem vocês, esta pesquisa não seria possível:

A cada adolescente que participou desta pesquisa, obrigada por dedicar parte do seu tempo a responderem aos questionários. Aos seus responsáveis, por autorizarem sua participação.

À equipe das instituições escolares: seus diretores, coordenadores, professores e funcionários, que abriram suas portas e me acolheram durante a coleta de dados.

À Prof^a Dr^a Marina Rezende Bazon, que tornou possível a transformação de sonhos e ideais em trabalho e em conhecimento, e que me inspira constantemente por sua competência como professora e pesquisadora. Obrigada pelas orientações que transcenderam este trabalho, pela paciência e pelos inúmeros ensinamentos.

À Prof^a Dr^a Ruth Estevão, cuja vitalidade, dedicação e experiência forneceram a energia essencial para esta pesquisa. Muito obrigada pela confiança, por todo o investimento, por todos os esforços, por tornar este trabalho real em diversos aspectos, especialmente me aproximando dos reais adolescentes em conflito com a Lei.

Aos meus pais, que me deram a segurança e a inspiração para esse trabalho. Obrigada mãe, pelo exemplo de dedicação e por me ensinar como um profissional se aproxima do outro, sendo capaz de ajudá-lo. Obrigada pai, por me inspirar no caminho da luta e da justiça como possibilidades de mudança.

Ao Daniel, que fez neste trabalho o que faz por mim todos os dias: tornou as coisas mais simples, belas e cheias de sentido. Obrigada por estar sempre junto, acreditando, compartilhando sonhos, acolhendo as angústias, me ajudando muito e, sobretudo, me incentivando sempre.

A todos que arregaçaram as mangas junto comigo! À Mohara, amiga tão especial, obrigada por ser uma companheira com quem pude sempre contar. À Edivânia, à Fernanda, à Cristina, à Ivana e à Marina, por todas as contribuições desde a escrita do projeto, durante toda a coleta de dados, até os momentos finais. Meus agradecimentos especiais aos amigos que colaboraram com as traduções: Fernanda, Carla, Lara, Lylla e Marcelo.

À Profª Drª Sonia Regina Pasian, que acompanhou de perto e contribuiu imensamente para este trabalho. Obrigada por todos os ensinamentos e incentivos.

À toda equipe da Organização Comunitária Santo Antonio Maria Claret, por me acolher e se tornar uma família em Ribeirão Preto. Em especial, agradeço à Delvita Pereira Alves, que sempre disponível, ajudou a abrir as portas necessárias para a realização da pesquisa. À Sônia, que, na fase final do trabalho, doou seu tempo e disposição, me auxiliando com a correção dos inventários.

À Andressa e à Elisângela pelo trabalho e paciência que me ajudaram a superar parte das dificuldades com o tratamento estatístico dos dados.

À Profª Josefina Castro, pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Aos professores e funcionários do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, por todas as contribuições em minha formação como profissional e pesquisadora.

À Editora MHS, que concedeu a autorização para a utilização do Inventário de Personalidade de Jesness neste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro concedido à pesquisa, fundamental para sua realização.

O pão de cada dia

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.

Que o pão do dia não chegue
sabendo a travo de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja a bênção da flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão.

Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.

Thiago de Mello

RESUMO

Manzi-Oliveira, A. B. (2012). Avaliação de Adolescentes em Conflito com a Lei: Adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

A prática infracional na adolescência tem recebido destaque na mídia e desperta interesse e preocupação por parte dos diversos segmentos sociais na atualidade. Neste sentido, a avaliação dos adolescentes que cometem atos infracionais é crucial para o empreendimento de intervenções mais eficazes e ajustadas às necessidades dos adolescentes. Estudos têm demonstrado que o Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ) é um instrumento que permite a avaliação de adolescentes em conflito com a Lei, a partir de suas características de personalidade dominantes. Desenvolvido no contexto norte americano, especialmente para adolescentes que cometem atos infracionais, o IPJ é composto por 160 itens agrupados em 13 escalas, sendo 10 que remetem a traços de personalidade, duas escalas de classificação baseadas em critérios do DSM-IV e uma escala final (Índice de Associabilidade). O presente estudo integra os esforços de verificação da aplicabilidade do inventário ao contexto brasileiro, tendo como objetivo realizar a adaptação transcultural da versão revisada do IPJ para adolescentes brasileiros, do sexo masculino, com idade entre 14 e 18 anos. A adaptação transcultural do instrumento envolveu procedimentos de tradução, verificação das propriedades psicométricas (evidências de validade e precisão) e estabelecimento de padrões normativos de interpretação de resultados. O processo de tradução foi desenvolvido em etapas: tradução, retrotradução e comparação entre os itens, realizadas por psicólogos bilíngues e com experiência prévia na tradução de instrumentos. Para as demais análises e o estabelecimento de padrões normativos, 346 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos, provenientes de instituições da rede pública e particular de ensino de Ribeirão Preto responderam ao inventário. A coleta de dados foi feita em grupos de em média oito adolescentes, no contexto das instituições de ensino. Após a cotação dos inventários segundo os critérios técnicos do instrumento, foram realizadas as análises mediante tratamento estatístico específico utilizando-se os softwares SAS 9.0 e R 12.2. Análises da consistência interna (precisão) demonstraram índices considerados satisfatórios, variando de 0.77 a 0.90 para as escalas do instrumento. As análises de evidências de validade relacionadas à critério foram realizadas mediante a comparação dos resultados da amostra com uma amostra de adolescentes judicializados cujos dados encontram-se armazenados no banco de dados do grupo de pesquisa. Foram obtidas diferenças significativas em sete das onze escalas do instrumento (DS, OV, Au, Al, AM, Rc e IA). Os escores normalizados (escore t) foram estabelecidos para cada escala do questionário na amostra geral e por idade dos respondentes. Comparações com o primeiro estudo de normatização realizado no contexto brasileiro demonstraram alterações em todas as escalas, em pelo menos uma das faixas etárias analisadas, indicando a necessidade de utilização das normas atualizadas. Os dados permitem a adequada interpretação dos resultados no instrumento para os adolescentes no contexto sócio-cultural atual. Constatadas as características peculiares do fenômeno da delinquência, sua gravidade e a necessidade de práticas de intervenção específicas e de resultado, o estudo integra o campo do conhecimento na área e oferece uma contribuição significativa para a discussão das avaliações e das intervenções junto aos adolescentes em conflito com a Lei.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, Delinquência juvenil, Inventário de Personalidade de Jesness, Adaptação transcultural.

ABSTRACT

Manzi-Oliveira, A. B. (2012). Assessment of juvenile delinquents: cross-cultural adaptation of Jesness Personality Inventory. Masters Dissertation, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Department of Psychology, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

The criminal practice in adolescence has received media attention and arouses interest and concern on the part of today's various social segments. In this sense, the assessment of adolescents who commit criminal acts is crucial for the development of more effective interventions and adjusted to the needs of the adolescents. Studies have shown that the Jesness Personality Inventory (IPJ) is an instrument which enables the assessment of adolescents in conflict with the law, starting from their dominant personality characteristics. Developed in the American context, especially for adolescents who commit criminal acts, the IPJ is composed of 160 items grouped into 13 scales, being 10 resembling personality traits, two rating scales based on DSM-IV criteria and a final scale (Associal Index). This study is part of the efforts to verify the applicability of the inventory to the Brazilian context, aiming at accomplishing the cross-cultural adaptation of IPJ's revised version for Brazilian male adolescents, between 14 and 18 years old. The cross-cultural adaptation of the instrument involved translation procedures, checking of the psychometric properties (evidences of validity and reliability) and establishment of results interpretation's regulatory standards. The translation process was developed in stages: translation, back-translation and comparison of the items, carried out by bilingual psychologists and with previous experience in the translation of instruments. For the other analyses and establishment of regulatory standards, 346 teenagers, aged between 14 and 18 years, from public and private schools of the city of Ribeirão Preto replied to the inventory. The data collection was executed in groups of eight teenagers in average, in the context of educational institutions. After the comparison of the inventories in accordance with the technical criteria of the instrument, the analyses were held on specific statistical treatment using SAS 9.0 and R 12.2 softwares. The internal consistency (reliability) analysis demonstrated satisfaction indexes, considered satisfactory, ranging from 0.77 to 0.90 for the scales of the instrument. The analyses of validity evidences criterion-related were executed by comparing the results of the sample with a sample of adjudicated adolescents from the research group's database. Significant differences were found in seven of the eleven scales of the instrument (SM, VO, Au, Al, MA, Rep, AI). The norms (t score) have been established for each questionnaire's scale in the general sample and by age of the respondents. Comparisons with the first study of standardization in the Brazilian context showed changes in all scales, in at least one of the age groups examined, indicating the need for use of up-to-date standards. The data allow the proper interpretation of the results on the instrument for adolescents in the contemporary socio-cultural context. Observed the peculiar characteristics of the phenomenon of juvenile delinquency, its seriousness and the need for specific intervention practices and results, the study integrates the knowledge field in the area and offers a significant contribution to the discussion of assessments and interventions with adolescents in conflict with the law.

Keywords: Psychological assessment, Juvenile Delinquency, Jesness Personality Inventory, Cross-cultural adaptation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Delineamento inicial de distribuição dos participantes em termos de rede de ensino e idade.....	79
Tabela 2 - Distribuição em frequência absoluta, frequência relativa e frequência percentual acumulada da amostra por idade dos adolescentes.....	80
Tabela 3 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes em relação aos genitores com quem convivem.....	81
Tabela 4 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes da amostra em relação ao número de irmãos.....	81
Tabela 5 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes por classe econômica.....	82
Tabela 6 - Comparação entre a versão original, as duas versões de tradução para o português e a versão de consenso traduzida.....	90
Tabela 7 -Comparação da versão de consenso em português, as retrotraduções, a versão de consenso retrotraduzida e a versão original do instrumento.....	91
Tabela 8 - Comparação entre a versão em português, a versão já traduzida e a versão final, o IPJ-Br-R.....	92
Tabela 9 - Procedimento de tradução dos cinco novos itens.....	93
Tabela 10- Conversão de escores brutos em escores T normalizados - Geral.....	94
Tabela 11- Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 14 anos.....	95
Tabela 12 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 15 anos.....	97
Tabela 13 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 16 anos.....	98
Tabela 14 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 17 anos.....	100
Tabela 15 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 18 anos.....	101
Tabela 16 – Comparação dos escores brutos médios, por idade, nas escalas nas amostras recrutadas em 1985 e na atual.....	103
Tabela 17- Índices de fidedignidade (alfa de Cronbach).....	105
Tabela 18 – Análises descritivas dos escores brutos no IPJ para a amostra de adolescentes judicializados e para a dos adolescentes da população.....	106
Tabela 19 – Comparação dos escores brutos no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados.....	107
Tabela 20 – Comparação dos escores brutos no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados, considerando a variável idade.....	108
Tabela 21 - Análises descritivas dos escores t no IPJ para a amostra de adolescentes judicializados e para a dos adolescentes da população.....	109
Tabela 22 - Comparação dos escores t no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados.....	110

LISTA DE SIGLAS

IPJ	Inventário de Personalidade de Jesness
JI-R	Jesness Inventory Revised (Versão norte-americana revisada do Inventário de Personalidade de Jesness)
IPJ-Br-R	Versão brasileira revisada do Inventário de Personalidade de Jesness
DS	Desadaptação Social
OV	Orientação de Valores
Im	Imaturidade
Au	Autismo
Al	Alienação
AM	Agressividade Manifesta
Rt	Retraimento
AS	Ansiedade Social
Rc	Recalque
Ng	Negação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1.....	18
1.1. Prática infracional na Adolescência.....	18
1.2. Personalidade, adolescência e delinquência juvenil.....	20
Capítulo 2.....	23
2.1. A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência.....	23
2.2. Aspectos da adaptação pessoal de acordo com a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência e traços de personalidade avaliados pelo IPJ	25
Capítulo 3.....	30
3.1. Histórico do desenvolvimento do Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ).....	30
3.2. Investigações das propriedades psicométricas do Inventário de Personalidade de Jesness	39
3.2.a Estudos internacionais	39
3.2.b Estudos no contexto brasileiro	46
3.3. As pesquisas com o IPJ.....	49
3.3.a O emprego do IPJ na investigação de características de personalidade de infratores	49
3.3.b O IPJ como instrumento de medida da delinquência em estudos de diferentes variáveis.....	54
3.3.c Estudos com o IPJ em contextos de programa de tratamento/acompanhamento para adolescentes infratores	59
3.3.d Estudos com o IPJ e a população feminina.....	63
Capítulo 4.....	66
4.1. Adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica: diretrizes nacionais e internacionais	66
4.2. Tradução.....	68
4.3. Evidências de validade.....	70
4.4. Fidedignidade.....	72
4.5. Normatização	73
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	75
Objetivo Geral.....	77
Objetivos Específicos	77
MÉTODO.....	78
1. Aspectos éticos.....	78
2. Participantes.....	78
3. Instrumentos e materiais.....	82
4. Procedimentos	84
a) Produção da nova versão em português do IPJ (IPJ-Br-R).....	84
b) Coleta de dados	85
c) Análise dos dados.....	87
RESULTADOS.....	90
a) Tradução da versão revisada do instrumento.....	90
b) Normas baseadas no escore padrão normalizado (escore T).....	94
c) Comparação de escores brutos obtidos junto a amostras recrutadas em 1985 e em 2011	103
d) Análises de fidedignidade	105
e) Evidências de validade	105
DISCUSSÃO	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	142
APÊNDICE B – Questionário de Caracterização dos participantes	144
APÊNDICE C – Modelo de Carta de Apresentação encaminhada às instituições.....	145

APRESENTAÇÃO

O GEPDIP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), dedica-se, desde 2003, ao estudo da temática da violência envolvendo crianças e adolescentes, seja como vítimas (maus-tratos infantis) ou como autores (“delinquência juvenil¹”). No tocante à linha de pesquisa dedicada à “delinquência juvenil”, sob a coordenação das Professoras Doutoras Marina Rezende Bazon e Ruth Estevão, as ações do grupo visam à produção de conhecimento científico concernindo, especialmente, a avaliação e a intervenção junto a adolescentes em conflito com a Lei.

Cumprir dizer que, desde 1980, pesquisas coordenadas pela Prof^a Dr^a Ruth Estevão na FFCLRP têm sido implementadas, algumas delas envolvendo o Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ). Já em 1982, quando o instrumento foi trazido para o Brasil pela Prof^a Dra^a Ruth, depois de ter recebido, durante o seu doutoramento, no contexto da Universidade de Montreal, uma formação sobre o mesmo, e de obter, da parte do autor, autorização para a realização de pesquisas aqui no Brasil, esse passou a ser objeto de investigação, em nossa realidade. Sob a orientação da Prof^a Dr^a Marina Rezende Bazon, as pesquisas sobre o IPJ continuaram, mantendo-se os esforços visando à verificação da aplicabilidade do instrumento no contexto brasileiro, buscando sua adaptação, sendo que, desde o início o IPJ mostrou-se um recurso bastante interessante para incrementar a compreensão do fenômeno.

Pessoalmente, a temática da prática infracional na adolescência sempre esteve entre meus interesses de estudo, os quais ligam-se, especialmente, ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade. Além disso, “a delinquência juvenil” é um tema que coloca de modo evidente a necessidade de interlocução entre diferentes áreas de conhecimento, especialmente a Psicologia e o Direito, o que me atrai, sobretudo, por corresponder às minhas aspirações profissionais.

Como cidadã e como profissional da Psicologia, dedicada a um trabalho de promoção do desenvolvimento humano, meus questionamentos sobre a prática de atos infracionais na adolescência sempre se direcionaram, principalmente, à pessoa do adolescente: quem é este menino? O que ele vive? Do que ele precisa? Tais questionamentos

¹ O termo “delinquência juvenil” é utilizado no presente trabalho tendo em vista seu correlato em inglês, *juvenile delinquency*, correntemente usado na literatura científica internacional, que refere-se ao fenômeno do envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais.

encontraram no GEPDIP o contexto propício, no sentido de serem tomados como perguntas de pesquisa. Assim, do encontro entre as linhas de investigação desenvolvidas pelo Grupo, o meu interesse pela temática e o desejo de dar continuidade à minha formação como pesquisadora, surgiu a proposta deste estudo.

O objetivo deste trabalho é realizar a adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness, o IPJ. O trabalho foi organizado nas seguintes seções: Introdução, Justificativa e Objetivos, Método, Resultados, Discussão e Considerações Finais. A **Introdução** foi estruturada em capítulos e busca oferecer uma síntese de concepções relativas à prática infracional na adolescência na sociedade atual de acordo com a literatura científica sobre o tema. O Capítulo 1 apresenta elementos relacionados à prática infracional na adolescência, mais especificamente os de personalidade. O Capítulo 2 é destinado ao referencial teórico adotado no presente estudo, a *Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência* em seus aspectos da adaptação pessoal avaliados pelo IPJ. O Capítulo 3 foi construído com base em uma revisão da literatura sobre o Inventário e apresenta o histórico do desenvolvimento do instrumento, estudos referentes às suas propriedades psicométricas, realizados no Brasil e no exterior e pesquisas desenvolvidas com o inventário. Por fim, o Capítulo 4 dedica-se aos conceitos e procedimentos relacionados à adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica.

Em seguida, são expostos e detalhados os **Objetivos (Geral e Específicos)** e o **Método** empregado no estudo, incluindo a descrição da amostra, o material e os instrumentos, os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

Os **Resultados** são apresentados referem-se, inicialmente, aos procedimentos de tradução da versão revisada do instrumento e de adequação semântica, seguidos pela apresentação dos escores t-normalizados (amostra geral e por idade), as análises de comparação entre escores brutos de uma amostra de 1985 e a atual, análises de fidedignidade e análises de evidências de validade. Na **Discussão** apresentam-se as reflexões sobre os resultados obtidos, recorrendo-se a elementos da literatura. Por fim, as **Considerações Finais** incluem conclusões, limitações do estudo e possibilidades de novas investigações.

INTRODUÇÃO

A diversidade e o número de crimes noticiados pela mídia fornecem um panorama desse problema na sociedade brasileira atual. São inúmeras as situações em que ocorrem as violações à lei, e muitas são as variações no tipo, número, características e circunstâncias envolvendo os atos criminais (incluindo a influência de álcool e outras drogas, as ações em gangs, entre outras). Um acompanhamento longitudinal dos indivíduos envolvidos nesses acontecimentos torna evidente a existência das variações dos comportamentos infracionais também em função de fases particulares da vida (Andrews & Bonta, 2006).

Menores de 18 anos, considerados penalmente inimputáveis e em condição peculiar de desenvolvimento, também têm ocupado um grande espaço da mídia quando envolvidos no cometimento de atos infracionais. Estima-se que um total de 60 mil adolescentes cumpram medidas socioeducativas atualmente no Brasil, sendo 14 mil em unidades de internação². Esta realidade chama a atenção de organismos sociais e da ciência no sentido de melhor compreender este fenômeno e evidencia a necessidade de ações direcionadas aos jovens que cometem atos infracionais no sentido de fomentar tanto a prevenção primária quanto a secundária.

Tendo por base a Doutrina de Proteção Integral, consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, 1990), Estado e Sociedade Civil se comprometem e se responsabilizam por soluções eficientes, eficazes e efetivas no sistema socioeducativo, assegurando oportunidades de desenvolvimento a adolescentes em conflito com a Lei. Neste sentido, o marco jurídico sublinha a importância de avaliar de forma ampla e coerente este adolescente, levando em consideração suas características de personalidade, as condições que este possui para o cumprimento de medidas socioeducativas, além das circunstâncias e da gravidade do ato infracional (Lei 8.069, 1990). A execução das medidas socioeducativas rege-se, por princípio, pela individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente (Lei 12.594, 2012).

Estes elementos evidenciam a necessidade de conhecimento científico e técnico que fundamente e instrumentalize profissionais para a avaliação e intervenção no campo da justiça juvenil. À Psicologia, enquanto saber, são colocados os desafios de compreender estes

² Levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (Programa Justiça ao Jovem), disponível em 11/06/2011 em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/06/11/70-dos-jovens-que-cumprem-pena-sao-reincidentes.jhtm>

adolescentes, auxiliar nas tomadas de decisões judiciais e no planejamento e execução de ações de intervenção que produzam resultados. No entanto, pode-se dizer que, no Brasil, a prática, a tomada de decisão sobre as medidas socioeducativas e o direcionamento das intervenções neste contexto caracterizam-se por uma ampla variação de critérios e formas de avaliar os adolescentes, o que equivale a dizer que não há uma sistemática neste campo, apesar da intenção e dos esforços neste sentido (Maruschi, 2010). Ao que parece, no Brasil, a os profissionais que atuam no campo da Justiça Juvenil ainda não se apropriaram de uma prática de uma avaliação sistemática, ancorada na utilização de instrumentais específicos.

Em contrapartida, o desenvolvimento de pesquisas no âmbito científico internacional avança no sentido de desenvolver ferramentas de avaliação, fundamentadas em modelos teóricos específicos para a “delinquência juvenil”³, que têm se prestado a instrumentalizar os profissionais em outras realidades socioculturais e colaboram para ampliar a compreensão do fenômeno. A produção de conhecimento científico, neste sentido, visa contribuir para que as avaliações, que constituem parte das ações realizadas junto a adolescentes infratores, estejam centradas em aspectos que são notadamente relevantes em relação à prática infracional na adolescência.

Neste cenário, o Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ), instrumento focalizado no presente trabalho, se destaca como um instrumento desenvolvido especialmente para avaliar adolescentes infratores no que se refere a características de personalidade, a partir de uma perspectiva desenvolvimental. Estudos implementados em países como o Canadá, Estados Unidos e Brasil demonstram que o IPJ é um instrumento capaz de aferir o nível de engajamento do adolescente com a prática de delitos e fornecer um diagnóstico diferencial e multidimensional - psicodinâmico - do adolescente a partir de seu perfil psicológico e das características dominantes em sua personalidade. O inventário tem sido utilizado em pesquisas desde a década de 60, demonstrando capacidade de diferenciar adolescentes infratores de não infratores, níveis de envolvimento com atos infracionais em meio aos infratores, risco de envolvimento infracional e de reincidência.

O presente trabalho integra os esforços no sentido da adaptação do IPJ para a população adolescente brasileira, buscando contribuir para o aperfeiçoamento de instrumentos

³ Conforme o mencionado, o termo “delinquência juvenil” é utilizado no presente trabalho como uma tradução do termo *juvenile delinquency*, adotado na literatura internacional. No entanto, a utilização do termo e de seus correlatos é feita neste trabalho como sinônimo de “adolescente em conflito com a Lei”, expressão considerada mais adequada ao contexto brasileiro, reconhecendo-se a conotação pejorativa que o termo “delinquência” possui no nosso país.

e procedimentos, com vistas à garantia de serviços de qualidade técnica e ética junto a adolescentes em conflito com a Lei. Ademais, pretende-se contribuir com a produção de um saber científico útil, a serviço de uma melhor compreensão dos adolescentes, de modo a propiciar oferta de ajuda mais ajustada às suas necessidades de desenvolvimento humano.

Capítulo 1

1.1. Prática infracional na Adolescência

Há apontamentos de que a adolescência é a etapa em que se concentram comportamentos de violação à Lei, devendo-se considerar que a apresentação de algum nível de comportamentos de risco é parte de um processo estatisticamente normativo (Farrington, 2002). Comportamentos de risco e rejeição ao envolvimento parental, e um maior investimento nos amigos, caracterizam o desenvolvimento normal e adaptativo. Estudiosos do comportamento evolutivo (Shedler & Block, 1990 e Spear, 2000 citados por Gazzaniga & Heatherton, 2005) afirmam que os comportamentos arriscados permitem que o adolescente adquira as habilidades necessárias para a sobrevivência na idade adulta e que a sociabilidade longe de casa evita a endogamia. Deste modo, adolescentes que apresentam comportamentos de risco, moderadamente, revelam melhores habilidades sociais do que aqueles que não apresentam esse comportamento ou aqueles que se arriscam excessivamente.

Neste sentido, para a maioria dos adolescentes, a manifestação de comportamentos divergentes e, dentro disso, alguns comportamentos infracionais, está relacionada à idade e às tarefas desenvolvimentais típicas da fase, associadas ao desafio de lidar com o aumento da autonomia e a autorregulação (Mun, Windle & Schainker, 2008). Estudos internacionais demonstraram que uma parcela muito pequena de adolescentes, cerca de 5% apenas, não apresenta qualquer comportamento infracional. A atividade infracional ocasional, enquanto um evento em meio a um padrão de conduta de respeito às leis e às regras sociais, caracterizaria o que passou a ser denominado como *delinquência comum*, apresentada por cerca de 45% dos jovens. Outros 45% apresentariam a *delinquência de transição*, que se caracteriza por infrações mais frequentes e de gravidade média, limitadas, entretanto, ao período da adolescência. Na população, somente cerca de 5% dos adolescentes (45% dos judicializados) apresentariam a chamada *delinquência persistente*, cujo início seria precoce, a atividade infracional muito frequente e diversificada, agravando-se no tempo, de modo a incluir, mais provavelmente, delitos contra a pessoa, e se mantendo por mais de 10 anos (Le Blanc, 2003).

Assim, para a parcela de adolescentes cujos comportamentos infracionais não estão relacionados unicamente às tarefas desenvolvimentais típicas da idade, a manifestação destes comportamentos representa déficits psicossociais significativos. Em se tratando de uma conduta infracional *distintiva*, ou seja, diferente da *delinquência comum*, fazem-se necessárias intervenções formais que possibilitem a adaptação social do adolescente condizente com sua fase desenvolvimental (Laporte, 2008).

Assim, a avaliação de qual é o nível de envolvimento dos adolescentes com a prática de atos infracionais, e do quanto isso remete a déficits desenvolvimentais, é um aspecto crucial a ser considerado por profissionais que tomam decisões concernindo os infratores e também para os que empreendem as intervenções nos programas de tratamento/acompanhamento a eles destinados. As decisões e intervenções no âmbito da Justiça representam um impacto radical na vida de um adolescente considerado autor de um ato infracional (Bazon, Komatsu, Panosso & Estevão, 2011). Além disso, do ponto de vista institucional, há que se considerar os desdobramentos negativos, no plano econômico e no do funcionamento dos programas, relativos aos custos da intervenção e ao número de vagas, quando se trata semelhantemente adolescentes com necessidades e dificuldades diferentes.

Estudos que adotaram a perspectiva desenvolvimental na investigação da conduta infracional de adolescentes permitiram identificar fatores associados à ativação, ao agravamento e à desistência do comportamento infracional. Entre eles, além de fatores de natureza social, destacam-se fatores pessoais, como características de personalidade e aspectos de saúde mental (Le Blanc, 2005). Portanto, dentre os diferentes tipos de avaliação no contexto da justiça juvenil, a avaliação da personalidade é um aspecto fundamental para a compreensão da conduta delituosa⁴. Pesquisas demonstram que a avaliação de características de personalidade de adolescentes infratores permite uma determinação mais ajustada da natureza e do tempo de intervenção requeridos (Ridenour, Marchant & Dean, 2001; Salekin, 2002). Ademais, a avaliação apropriada da personalidade de adolescentes que cometem atos infracionais pode indicar o nível de adaptação a contextos institucionais de tratamento (Caldwell, McCormick, Umstead & Van Rybroek, 2007; Salekin, 2002), auxiliar na identificação daqueles que teriam um padrão de comportamento delituoso mais grave, violento e estável (Kimonis, Frick, Munoz & Aucoin, 2007; Frick & White, 2008), bem como na predição das chances de reincidência em comportamentos infracionais (Dam, Janssens & De Bruyn, 2005; Soler & López, 2003;).

⁴ De acordo com a revisão de literatura realizada.

1.2. Personalidade, adolescência e delinquência juvenil

Considera-se que a personalidade representa aquelas características pessoais que explicam padrões consistentes de sentimentos, pensamentos e comportamentos (Pervin & John, 2008). Diz respeito a aspectos internos e externos peculiares e relativamente permanentes do caráter que influenciam o comportamento em situações diferentes (Schultz & Schultz, 2002). O aspecto de relatividade significa que seus conteúdos são variáveis, estão em processo: possuem desenvolvimento e comportam uma dimensão evolutiva. A partir desta concepção, compreender a personalidade do adolescente é apreender a personalidade em um dos momentos que a constituem evolutivamente (Fierro, 1995).

O tema vital mais importante da personalidade do adolescente é o do desenvolvimento do “eu” e da identidade pessoal, aspecto que transita da infância à vida adulta. Este desenvolvimento tem a função de unificar as representações que o indivíduo possui de si mesmo, organizar suas defesas e suas estratégias de enfrentamento para adaptar-se à realidade e também adaptá-la a si, de acordo com os próprios desejos e necessidades (Fierro, 1995).

Neste sentido, a crise na adolescência está, segundo E. Érikson, relacionada à construção de uma identidade psicossocial, de relação do sujeito com o mundo e com os demais (Fierro, 1995). Sentimentos de inadequação e incapacidade, ambiguidade em relação à autoconfiança, episódios de intolerância em relação ao outro e reações a normas sociais caracterizam a busca pela aquisição do sentimento de identidade pessoal (Érikson, 1976).

A abordagem de traços de personalidade proporciona um método para avaliar em que extensão os indivíduos diferem nas disposições de personalidade, tal como sociabilidade, emotividade e agressividade (Funder, 2001 citado por Gazzaniga & Heatherton, 2005). Os traços de personalidade estão em um contínuo e indicam uma tendência disposicional a agir de certa maneira, ao longo do tempo, em diferentes circunstâncias, ou disposições comportamentais que persistem no decorrer do tempo e em diferentes situações (Gazzaniga & Heatherton, 2005).

Os estudos de Pinatel, realizados com adultos, entre as décadas de 60 e 70, centraram-se na busca de traços psicológicos que parecem dispor à passagem ao ato criminal, tendo demonstrado que esses agrupar-se-iam em um “núcleo” que caracteriza a capacidade

criminal, sendo eles o egocentrismo, a labilidade, a agressividade e a indiferença afetiva (Rocha, 2011).

Na atualidade, em se tratando especificamente de adolescentes, têm-se obtido evidências de associação entre o comportamento infracional e traços como a insensibilidade/dureza (*callous-unemotion*), psicotismo, neuroticismo, busca de sensações, hostilidade supercontrolada, entre outros (Corff & Toupin, 2009; Dam et al., 2005; Formiga, Aguiar & Omar, 2008; Frick & White, 2008 & Kimonis et al., 2007).

Com base no modelo proposto por Eysenck, Soler e López (2003) afirmam que traços de neuroticismo, que correspondem a características como ansiedade, depressão, sentimentos de culpa e baixa autoestima, estão relacionados a comportamentos de divergência, porém não delitivos, enquanto as condutas delitivas associar-se-iam, a alto níveis de psicotismo, correspondentes a características como agressividade, frieza e impulsividade. Já Dam et al. (2005) encontraram associações entre o traço de psicotismo e a prática de delitos graves.

No que diz respeito ao Modelo dos Cinco Grande Fatores de Personalidade, proposto por Goldberg, em 1990, as dimensões Socialização e Abertura estariam menos desenvolvidas em infratores em comparação a não infratores (Dam et al., 2005). Deste modo, características como orientação pró-social com os demais, altruísmo e confiança (fator Socialização) e disposição para novas experiências e mudanças (fator Abertura) seriam menos comuns nos infratores (Dam et al., 2005). Corff e Toupin (2009) também apontam baixos índices de Socialização e altos índices de Neuroticismo nos infratores, ressaltando que o traço de Neuroticismo pode estar associado a comportamentos antissociais no sexo masculino e em populações com altos níveis de depressão.

O traço denominado *callous-unemotion* (insensibilidade ou dureza), por sua vez, também tem demonstrado associação com comportamentos antissociais, designando um subgrupo de jovens infratores com características de insensibilidade e ausência de emoções nas relações interpessoais. Tais jovens estariam mais propensos a apresentar um padrão de comportamento antissocial mais estável, grave e violento (Frick & White, 2008; Kimonis et al., 2007). Este traço também tem demonstrado capacidade de prever atos infracionais, detenções na juventude e na vida adulta (McMahon, Witkiewitz & Kotler, 2010)

Formiga et al. (2008) encontraram associações entre o traço de Busca de Sensações e conduta antissociais e delitivas. Tal traço é caracterizado por uma tendência a procurar novas e variadas experiências e sensações, uma disposição para correr riscos com a finalidade de

satisfação e desinibição, e presença de atitude positiva em relação a experimentar emoção e alegria/prazer.

Já Vinet e Bañares (2009) observaram em meninas infratoras características associadas a altos níveis de oscilações afetivo-emocionais, além de características depressivas e tendência suicida. No entanto, na comparação com meninos, as meninas apresentariam maior controle social, um relacionamento com pares menos competitivo e rigoroso, bem como menos problemas com figuras de autoridade.

Fréchette e Le Blanc (1987), autores que se dedicaram especificamente ao estudo da delinquência juvenil a partir de uma perspectiva desenvolvimental, também realizaram análises das diferenças em termos de personalidade entre grupos de adolescentes infratores e não infratores. Eles observaram que quanto mais os déficits psicológicos são profundos, maior a intensidade da delinquência, aferida por intermédio de fatores como frequência e gravidade dos delitos, precocidade da delinquência, modo de execução dos delitos e a frequência de apreensões. Para estes autores, a personalidade é um dos aspectos da adaptação pessoal dos adolescentes, que diz respeito ao nível de harmonia psíquica entre a pessoa e seu meio, que implica no estabelecimento de relações íntimas com outros indivíduos e o desenvolvimento de uma mentalidade que assimila as exigências da vida social (Le Blanc, 2005). Com base nestas constatações e amparados por teorias criminológicas existentes, os autores propuseram a *Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência*, que elucida os mecanismos envolvidos na produção e na manutenção do comportamento delituoso, inclusive os de natureza psicológica, como os de personalidade. A Teoria destaca-se, na atualidade, no plano das proposições científicas de explicação do fenômeno delinquencial no nível do indivíduo, ou seja, no do desenvolvimento da Conduta Delituosa e é o referencial teórico adotado no presente estudo.

Capítulo 2

2.1. A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência

A *Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência* foi proposta por Fréchette e Le Blanc (1987), a partir de estudos empíricos longitudinais realizados com grandes amostras de adolescentes, recrutados na população e também junto ao sistema judiciário daquele país. Esta teoria insere-se no panorama da *Teoria Integrativa e Multidimensional do Fenômeno Delinquential*⁵, que se dirige a cada um dos níveis passíveis de serem focalizados na abordagem do fenômeno delinquential – o das taxas de delitos cometidos por adolescentes, num determinado lugar/sociedade e tempo, o do desenvolvimento da conduta delituosa e o da passagem ao ato infracional numa determinada circunstância – elucidando sua ocorrência de forma global, estabelecendo os mecanismos subjacentes ao fenômeno e a articulação sinérgica entre eles.

Sendo assim, a *Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência* elucida os mecanismos reguladores no nível do indivíduo, ou seja, no nível do desenvolvimento da conduta delituosa. Como antecipa o próprio nome, a Teoria pressupõe duas dimensões em que os mecanismos de regulação atuam: a da “adaptação social” e a da “adaptação pessoal” do adolescente. A “adaptação social” integra os mecanismos de natureza social e/ou institucionais (familiares, escolares, entre pares, normativas e de rotina) e os fatores contextuais (econômicos, demográficos, biológicos, etc.). Já a “adaptação pessoal” é relativa a aspectos da personalidade, estados afetivos e saúde mental do indivíduo (Le Blanc, 2005). Ambas as dimensões são fundamentais para uma compreensão global da situação do adolescente em conflito com a Lei, sendo que o conhecimento de todas as variáveis envolvidas é necessário para a compreensão do problema e para o estabelecimento de intervenções eficientes.

De acordo com a teoria, a conformidade a padrões tradicionais de comportamento ocorre e persiste se, de um lado, um nível apropriado de alocentrismo existe e o vínculo com a

⁵ Para uma explanação completa da teoria, ver Le Blanc, M. (1997) A Generic Control Theory of the Criminal Phenomenon: the structural and dynamic statements of an Integrative Multilayered Control Theory. In T. P. Thornberry, *Developmental Theories of Crime and Delinquency* (215-285). New Jersey: Transaction Publishers.

sociedade é firme e, de outro, se os constrangimentos são apropriados e os modelos de comportamento anti-social estão ausentes. Esta regulação pessoal e social da conformidade é condicionada pelas capacidades biológicas da pessoa e a posição que ela ocupa na estrutura social. Ao contrário, o comportamento divergente se faz presente se o egocentrismo persiste, os vínculos sociais são tênues, os constrangimentos são insuficientes e/ou inadequados e os modelos divergentes abundantes. A regulação dessa forma se manifestará mais fortemente se características biológicas e sociais representarem desvantagens (Le Blanc, 1997).

A partir desta assertiva, podem ser identificados duas variáveis contextuais e quatro componentes envolvidos na regulação do comportamento divergente. São variáveis contextuais o status social, ou seja, a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social, e as capacidades biológicas do indivíduo. Os componentes da regulação são os vínculos com a sociedade, o alocentrismo, os constrangimentos e as influências pró-sociais. O alocentrismo é o componente psicológico da regulação e diz respeito às diferenças individuais que influenciam na ativação e no desenvolvimento da conduta delituosa (Le Blanc, 1997).

O alocentrismo é um constructo ancorado no referencial da Psicologia do Desenvolvimento, pelo qual concebe-se o ser humano como ser dedicado à comunicação e à troca com o outro. O termo faz referência ao movimento desenvolvimental do indivíduo em direção ao que é diferente de si, ao que é exterior a si, a uma disposição a se orientar em direção ao outro e se interessar pelo outro. Considerando-se a vocação social do ser humano, que impõe o mundo dos outros como condição de existência, o alocentrismo é o movimento psicológico, próprio da espécie, para fora da condição natural de egocentrismo individual. O curso do desenvolvimento psicológico (e da personalidade) se daria, desta forma, em um contínuo que vai do *egocentrismo ao alocentrismo*, de uma condição egocentrada a uma condição voltada ao outro, *alocêntrica* (Fréchette & Le Blanc, 1987).

Fréchette e Le Blanc (1987) puderam, a partir da revisão da literatura científica e de investigações empíricas, identificar que o constructo de egocentrismo sintetiza as principais características do desenvolvimento psicológico de indivíduos que apresentam comportamento infracional. O termo traduz a necessidade de que tudo faça referência ou favoreça a si, uma centralização excessiva sobre a própria pessoa, de maneira rígida e unívoca. Ao contrário, é o desenvolvimento normal do alocentrismo que permite o estabelecimento de vínculos sólidos com a sociedade, a receptividade aos constrangimentos sociais e a preferência por influências pró-sociais, mecanismos os quais produzem padrões de conduta convencionais.

Foi concentrando-se sobre os modos de funcionamento dos adolescentes em conflito com a Lei em comparação com adolescentes convencionais, que os autores puderam identificar as características de personalidade que distinguem modos de funcionamento típicos, a partir das duas grandes orientações existenciais: a *alocêntrica*, que permite que o sujeito se integre ao corpo social e a *egocêntrica*, que desfavorece a integração ao meio social. Tais características foram acessadas por meio de traços mensurados por instrumentos de avaliação da personalidade. O Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ) está entre os instrumentos utilizados nos estudos que deram suporte à construção da *Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência*, no plano da dimensão “adaptação pessoal”. O instrumento, juntamente com o Inventário de Personalidade de Eysenck e o Inventário de Depressão de Beck, compõe a bateria da avaliação da “adaptação pessoal” dos adolescentes que, como já mencionado, busca compreender o nível do desenvolvimento de uma mentalidade que assimila as exigências da vida social e permite a manutenção de uma conduta convencional, não divergente (Le Blanc, 2005).

2.2. Aspectos da adaptação pessoal de acordo com a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência e traços de personalidade avaliados pelo IPJ

Os estudos desenvolvidos por Fréchette e Le Blanc (1987), acerca da personalidade de adolescentes, tiveram por base investigações realizadas na população geral, utilizando instrumentos de medida psicométricos já existentes, o que tornou possível depreender que traços de personalidade se ligam aos antecedentes de cada um, inclusive àqueles associados à presença de comportamentos infracionais, de modo persistente. Os autores ressaltam que a escolha e o emprego dos instrumentos levaram em conta um quadro teórico que propõe dimensões rigorosamente definidas, a partir da hipótese de que o desenvolvimento da conduta infracional está relacionado às duas grandes orientações existenciais já citadas, uma dominada pelo aloctrismo e outra pelo ainda persiste o egocentrismo (Fréchette & Le Blanc, 1987).

A fim de organizar os achados e facilitar a aferição do nível da adaptação pessoal do indivíduo, Fréchette e Le Blanc (1987) propuseram que os traços fossem pensados em torno de dois eixos relativos ao desenvolvimento psicológico: o interpessoal e intrapessoal. O eixo

interpessoal diz respeito às relações da pessoa com os outros, enquanto o eixo intrapessoal às características intrínsecas da pessoa, sua vida endopsíquica. Dentro de cada eixo são estabelecidos grandes setores da personalidade em geral, entre os quais, com base nas medidas de personalidade existentes e estudos de criminogênese foram selecionados os seguintes setores: (1) o psicossocial, que se refere ao desenvolvimento de uma mentalidade e de uma funcionalidade social; (2) o psicoafetivo, que diz respeito a uma capacidade de investir emocionalmente no mundo; (3) o psicorrelacional, que diz respeito à faculdade mental de se afiliar ao outro; e (4) o psicocognitivo, que diz respeito a uma percepção correta da realidade. Os setores psicossocial e psicorrelacional correspondem ao eixo interpessoal e os setores psicoafetivo e psicocognitivo ao eixo intrapessoal. (Le Blanc, 2005).

Dentro de cada setor são estabelecidos parâmetros e, mais especificamente, traços, sendo estes aferidos por indicadores ou índices de medidas provenientes de instrumentos psicométricos, dentre os quais destaca-se o Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ). No setor psicossocial são estabelecidos dois parâmetros: a *primitividade* e a *hipossociabilidade*.

A *primitividade* diz respeito a um modo de funcionamento marcado por mecanismos rudimentares e orientação regressiva, que envolvem a atribuição de uma prioridade estrita às necessidades pessoais. O resultado da presença marcada de tal traço é a imprevisibilidade e a intolerância à tensão nas relações interpessoais, de modo que a busca é por satisfação imediata e atrativos momentâneos. Os traços secundários que se associam a essa dimensão são o narcisismo, medido pela escala Autismo (Au) do IPJ; o fatalismo, medido pela escala de Orientação de Valores (OV) e o irrealismo pelas escalas Imaturidade (Im) e Recalque (Rc).

A *hipossociabilidade*, segundo parâmetro do setor psicossocial, está relacionada a uma inaptidão profunda diante das regras e exigências da vida em grupo, caracterizando um indivíduo com grandes dificuldades de se avaliar na sua própria realidade. As instâncias sociais são grande fonte de insatisfação para o indivíduo, que possui necessidades de tal natureza e intensidade que não podem ser satisfeitas por elas. O parâmetro também diz respeito a uma incapacidade de se relacionar de maneira satisfatória com os outros, resultando num isolamento excessivo e pouco saudável. Os traços relacionados ao parâmetro são: conceito de si difuso e a ineficiência social. O conceito de si difuso é medido pela escala de Desadaptação Social (DS) e a ineficiência social tem sua medida no Índice de Associabilidade (IA) do IPJ.

No setor psicoafetivo, os parâmetros *insegurança* e *negatividade* são os adotados. A *insegurança* refere-se ao predomínio de uma dinâmica de alarme interior no sujeito, de tal

maneira que a energia das pulsões tende a retornar ao indivíduo, o que desencadeia as chamadas tensões de divisão: mal estar, desconforto subjetivo, sentimentos de inquietude, vulnerabilidade e medo de perder o controle de si. O indivíduo inseguro se vê, então, obrigado a fechar-se sobre si mesmo, o que produz um efeito rebarbativo. Os três traços associados à insegurança são a ansiedade, o sentimento de alienação e o retraimento, os quais referem-se, respectivamente, à escala de Ansiedade Social (AS), à Alienação (AI) e ao Retraimento (RT) do IPJ.

A *negatividade* está relacionada a uma atitude hostil e profunda, de verdadeira oposição em relação ao outro. O sujeito apresenta uma propensão a se expressar pela ação (*acting out*) e tende a perceber as pessoas como inimigas ou ameaçadoras, uma vez que existe irritação, cólera vingativa e tensão acumulada contra as pessoas em geral. As subdimensões que podem ser apreendidas deste parâmetro são a heteroagressividade, a desconfiança e a “*alloplastie*”⁶. A heteroagressividade é medida pela escala de Agressividade Manifesta (AM) do IPJ. A “*alloplastie*”, por sua vez, está fundamentalmente relacionada a uma propensão ao agir. Ou seja, para se ver livre de suas tensões, especialmente das tensões interpessoais, o indivíduo recorre à ação, à agitação. A escala de Imaturidade (Im) fornece a medida de tal subdimensão.

Já no setor psicorrelacional, o parâmetro *isolamento interpessoal* trata de uma incapacidade de que sejam percebidas semelhanças entre o indivíduo e o outro, estando relacionada a uma inaptidão psicológica de se aproximar de seus semelhantes, se afiliar a estes e sentir que possui afinidade com ele. O sentimento decorrente quando tal traço está presente de forma marcada é o de “solidão intersubjetiva”, devido ao distanciamento interpessoal e ao empobrecimento dos planos afetivo e social do sujeito. A pessoa fica, então, presa a uma visão negativa do outro e a uma realidade que lhe é própria. A medida do isolamento/distanciamento interpessoal é fornecida pela escala de Retraimento (Rt) do IPJ.

Por fim, no setor psicognitivo é estabelecido o parâmetro *fraca capacidade intelectual*, que se refere a uma menor eficiência no exercício da capacidade mental geral do indivíduo, correspondente à execução de uma série de tarefas que permitem a adequada percepção da realidade. A capacidade intelectual é considerada no sentido da habilidade para resolver problemas e responder adequadamente às exigências sociais, ou seja, de se adaptar de

⁶ O termo foi mantido na língua francesa, uma vez que não foi encontrada uma tradução satisfatória para o mesmo, no português. Em francês, o termo corresponde a um processo pelo qual, ao longo do desenvolvimento do indivíduo, a libido se desvia do indivíduo para se dirigir a outras pessoas ou objetos. Recuperado de <http://dictionary.reverso.net/french-definition/alloplastie> em 20 de outubro de 2011.

maneira satisfatória. O setor psicognitivo não tem sua medida fornecida pelo IPJ, mas sim por instrumentos específicos, que aferem a inteligência não verbal (Fréchette & Le Blanc, 1987). Deste modo, este setor não será considerado no presente estudo.

O Quadro 1 a seguir sintetiza as informações acerca das dimensões de personalidade avaliadas pelo IPJ e suas respectivas medidas. Trata-se de uma adaptação do quadro elaborado por Panosso (2008), com base nas dimensões apresentadas por Fréchette e Leblanc (1987).

Setores	Parâmetros	Traços Secundários	Índices de Medida
PSICOSSOCIAL	<i>Primitividade</i>	Narcisismo	Au
		Fatalismo	OV
		Irrealismo	Im e Rc
	<i>Hipossociabilidade</i>	Conceito de si difuso	DS
		Ineficiência social	IA
PSICOAFETIVO	<i>Insegurança</i>	Ansiedade	AS
		Sentimento de Alienação	AI
		Repressão	RT e Ng
	<i>Negatividade</i>	Heteroagressividade	AM
		Alloplastie	Im
PSICORRELACIONAL	<i>Isolamento interpessoal</i>	Distanciamento	Rt

Quadro 1. Dimensões de personalidade e medidas oferecidas pelo IPJ

Os estudos empíricos desenvolvidos por Le Blanc e Fréchette (1987) mostraram que tais traços estariam envolvidos na dinâmica da construção da delinquência grave (comportamento infracional persistente), uma vez que estes traços se apresentam muito marcados ou manifestam-se muito fortemente em adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais. Com base em uma amostra de 458 meninos não infratores e 470 meninos judicializados (infratores), provenientes de Montreal, no Canadá, os autores puderam observar déficits importantes em quatro parâmetros de análise (primitividade, hipossociabilidade, insegurança e negatividade) nos adolescentes judicializados. A dimensão hipossociabilidade, em seus dois traços – conceito de si difuso e ineficiência social – se revelou a mais associada ao comportamento infracional. O parâmetro isolamento interpessoal é o segundo de correlação mais forte com a delinquência. A hipossociabilidade implica em uma representação de si fortemente negativa, articulada em sentimentos de desvalorização e dúvida de si, que se manifestam por atitudes de independência, oposição e até antagonismo

virulento em relação aos outros, em geral, aos valores e regras sociais e aos representantes da sociedade. Já o isolamento interpessoal representa um processo de empobrecimento geral da capacidade relacional, que resulta em um “entrincheiramento” egocêntrico e em um desligamento do social, o que oferece o substrato capaz de ativar a emissão de comportamentos delitivos.

Em síntese, os autores afirmam que os infratores persistentes sofrem de um evidente desenvolvimento deficitário no plano psicossocial, apresentado, por isso, certa estagnação em uma condição egocêntrica. Esta condição têm suas raízes em atitudes onde predominam a desadaptação, a ineficiência, a negatividade e a insegurança, que influenciam significativamente a qualidade da vida cognitiva e afetiva do indivíduo e provocam um fechamento em relação aos outros e à sociedade. Ademais, os autores concebem que as variações na intensidade do problema (frequência e duração da manifestação dos comportamentos de violação à Lei) são associadas à presença mais ou menos marcadas de tais traços de personalidade, tornando claro que o comportamento infracional não pode ser compreendido sem que se considere o peso preponderante da influência de traços psicológicos subjacentes (Fréchette & Le Blanc, 1987).

Desta forma, o Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ) é um instrumento que permite o acesso a traços psicológicos associados ao comportamento infracional. O objetivo do instrumento é discriminar adolescentes que funcionam em níveis normativos, nas dimensões englobadas por suas escalas, e os que apresentam funcionamento atípico, apresentando problemas de adaptação pessoal (orientação de personalidade mais marcadamente egocentrada), bem como os adolescentes infratores persistentes e os com graves problemas comportamentais (Le Blanc & Le Blanc, 2001). Por meio da mensuração das dimensões de personalidade indicadas é possível melhor compreender o modo de funcionamento do adolescente que comete o ato infracional e identificar, de maneira sistemática e fundamentada, as necessidades e os recursos a serem trabalhados na intervenção.

Capítulo 3

3.1. Histórico do desenvolvimento do Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ)

Na década de 60, um amplo programa de pesquisa foi desenvolvido nos Estados Unidos, mais especificamente na Califórnia, com o objetivo de avaliar a efetividade de programas de intervenção destinados a adolescentes que cometiam atos infracionais (Jesness, 1962). O programa de pesquisa chamado Fricot Ranch Study, foi coordenado por Carl Jesness e também buscava compreender melhor a personalidade desses adolescentes e desenvolver métodos mais eficazes de avaliação. A partir da constatação de que os instrumentos de avaliação normalmente utilizados neste contexto não eram específicos, não haviam sido desenvolvidos para esta população ou eram unidimensionais e, portanto, pouco eficientes para a compreensão dos adolescentes e suas problemáticas, o Inventário de Personalidade de Jesness foi desenvolvido, como um novo recurso de avaliação.

Para a construção do IPJ, o psicólogo Carl Jesness tomou por base a produção científica disponibilizada sobre o tema, revisando-a, e os instrumentos que eram utilizados na avaliação de adolescentes que cometiam atos infracionais; assim, identificou aspectos que deveriam ser incluídos numa avaliação específica. A elaboração dos itens foi, então, realizada com base nesses procedimentos e na experiência clínica do autor, que trabalhava diretamente com adolescentes infratores em centros de readaptação. O estudo conduzido por Miller (1958), por exemplo, forneceu elementos para a construção de itens que medem aspectos como medo do fracasso, tendência a participar de gangs e desejo prematuro de status adulto, que a pesquisa demonstrou serem típicos de ambientes socioeconômicos que favoreciam o comportamento infracional. Estudos de análises fatoriais de outros instrumentos, como o Minnesota Multiphasic Personality Inventory (MMPI), conduzido por Astin (1959), e de escalas de medida de delinquência, como os de Gough e Peterson (1952), Hathaway e Monachesi (1953) e Quay e Peterson (1958) também inspiraram a construção dos itens e escalas, segundo Jesness (1962). Itens de medida de atitudes em relação aos pais e a figuras de autoridade foram baseados nos estudos de Andry (1960), Bandura e Walters (1959) e Miller e Swanson (1959) (Jesness, 2003).

A primeira versão do instrumento, de 1962, era composta por 155 itens, afirmações, às quais o adolescente deve responder *verdadeiro* ou *falso*. Originalmente, oito escalas e um escore preditivo foram estabelecidos. Seis das escalas foram construídas com base em análises fatoriais e denominadas: *defensiveness*, *value orientation*, *neuroticism*, *authority attitude*, *family orientation* e *psychoticism*. Outras duas escalas foram construídas empiricamente, a partir da comparação de respostas de um grupo de infratores e não infratores, denominadas *Delinquency Orientation* e a *Emotional Immaturity*. A escala final preditiva, chamada *Delinquency Proneness* foi desenvolvida com base em pesos atribuídos a cada uma das oito escalas, por meio de uma equação de regressão.

Já em 1963, os 155 itens do instrumento passaram por novas análises e o instrumento foi reorganizado em 11 escalas, sendo 10 de personalidade - denominadas então Desadaptação Social (DS), Orientação de Valores (OV), Imaturidade (Im), Autismo (Au), Alienação (Al), Agressividade Manifesta (AM), Ansiedade Social (AS), Retraimento (Rt), Recalque (Rc) e Negação (Ng) - e a escala final preditiva, denominada então Índice de Associabilidade (Jesness, 1963). Entre as dez escalas de personalidade, sete foram desenvolvidas a partir de análises fatoriais: Autismo (28 itens), Alienação (26 itens), Agressividade Manifesta (31 itens), Retraimento (24 itens), Ansiedade Social (24 itens), Repressão (15 itens) e Negação (20 itens). Outras três foram desenvolvidas empiricamente, ou seja, demonstraram discriminar grupos de adolescentes infratores e de não infratores em pesquisas. São elas: Desadaptação Social (63 itens), Orientação de Valores (39 itens) e Imaturidade (45 itens). O Índice de Associabilidade foi aprimorado, buscando uma combinação ideal dos itens das outras escalas do instrumento que possibilitasse a distinção entre adolescentes infratores e não infratores e fosse capaz de prever novos atos infracionais.

Em 2003, o instrumento passou por uma revisão que deu origem a uma nova versão, a Jesness Inventory Revised (JI-R) (Jesness, 2003). Dez itens passaram por reformulações de natureza semântica (atualização de termos, simplificação da linguagem e pequenas mudanças de estilo), sugeridas por um comitê formado por psicólogos, redatores técnicos e o autor do instrumento. Além disso, o instrumento foi novamente submetido a análises estatísticas que permitiram avaliar a correlação de cada item com o conteúdo de cada escala. As análises indicaram que alguns itens possuíam correlações muito baixas ou negativas com o conteúdo das escalas, especialmente a escala de Imaturidade. Sendo assim, nessa nova versão, os autores realizaram alterações no número de itens que compõem as escalas do IPJ. Segundo o próprio manual do instrumento, as mudanças não produziram impacto significativo sobre os

resultados das escalas, confirmada por análises estatísticas que demonstraram altas correlações entre a antiga e a nova combinação de itens. Somente a escala de Imaturidade sofreu uma revisão mais substancial, de modo que a escala fosse composta pelos itens mais apropriados, ou seja, relacionados com o conteúdo avaliado (Jesness, 2003).

As dez escalas de personalidade passaram a ser estruturadas da seguinte forma: Desadaptação Social – 62 itens, Orientação de Valores – 38 itens, Imaturidade – 29 itens, Autismo -26 itens, Alienação -25 itens, Agressividade Manifesta - 31 itens, Retraimento - 22 itens, Ansiedade Social - 20 itens, Repressão - 14 itens e Negação - 19 itens.

Outra modificação realizada na versão revisada do IPJ (JI-R) diz respeito ao acréscimo de cinco novos itens, que compõem duas escalas de classificação baseadas em critérios diagnósticos do DSM-IV, a Escala de Transtorno de Conduta e a Escala de Transtorno Desafiador de Oposição. Na ocasião dos estudos para a produção da versão revisada do instrumento foi observado que alguns itens remetiam a critérios diagnósticos do DSM-IV, no tocante a estes dois transtornos em particular. Com base nestes itens e na inclusão de novos cinco itens, as duas escalas foram criadas. É importante frisar que, segundo o próprio Manual do IPJ, essas duas escalas não constituem diagnóstico psiquiátrico. Assim, escores elevados nelas não necessariamente implicam em presença de transtorno, indicam apenas uma tendência a estes, o que remeteriam à necessidade de uma investigação mais detalhada, de natureza psiquiátrica (Jesness, 2003).

A seguir, apresenta-se uma descrição das escalas com base nas publicações de Jesness (1963, 2003) e exemplos de itens⁷ do instrumento para cada uma.

Desadaptação Social (DS) (62 itens): Refere-se a um conjunto de atitudes associadas a uma socialização inadequada ou perturbada, que torna o adolescente incapaz de reconhecer e atender as exigências psicossociais do meio social, de maneira socialmente aprovada. A escala foi construída com base em estudos que demonstraram que infratores, em geral, tendem a apresentar conceito de si negativo, sentimento de incompreensão, infelicidade e inquietude, além de marcante desconfiança em relação à autoridade, tendência a culpar os outros por seus problemas. A alta sensibilidade a críticas sugere fraqueza de ego. A maneira como o ego do indivíduo se desenvolveu torna aceitável para si um comportamento que é, geralmente, percebido como antissocial. Os escores nesta escala estão positivamente associados a pobres relações com pares, comportamento agressivo e baixo desempenho escolar, e negativamente

⁷Os exemplos de itens apresentados correspondem a versão em português traduzida por Ruth Estevão em 1983 e utilizada em pesquisas no contexto brasileiro desde então. No presente estudo, essa versão é denominada IPJ-Br.

associados à inteligência, medida pela *Weschler Scale for Children* (Jesness, 1965). *Exemplos de itens:* 22) Um tipo como eu, primeiro entra na briga e depois faz as perguntas; 111) Parece que ninguém me compreende nem entende o que eu sinto.

Orientação de Valores (OV) (38 itens): Trata-se de uma tendência a expressar valores relacionados à ética do “durão”, ao desejo prematuro de um status adulto, ao medo do fracasso e à orientação para participar de gangues. O indivíduo tende a apresentar queixas somáticas, ostentação de si, cinismo e adesão a valores por fatalismo (“não há nada que se possa fazer”). A escala foi desenvolvida com base nos elementos que Walter Miller (1958) associou a classes socioeconomicamente desfavorecidas e que poderiam ser potenciais precursores do comportamento infracional. Os itens foram construídos a partir da necessidade de medir diferenças individuais que fazem com que, entre os jovens provenientes de ambientes socioeconomicamente desfavorecidos, alguns cometam atos infracionais e outros não. Os estudos demonstraram, por exemplo, que os adolescentes de baixo status socioeconômico não infratores apresentam maior força de ego, costumam admitir conflitos com seus pais e serem críticos em relação à sua família, enquanto os infratores apresentam maior tendência a negar conflitos familiares, direcionando sua hostilidade para a sociedade e para figuras de autoridade em geral. Além disso, enquanto os não infratores de baixo status socioeconômico são mais frequentemente orientados em direção ao grupo, sentem-se mais seguros de si mesmos e costumam não querer perder em brigas, os infratores tendem a ser mais isolados, são menos confiantes e preferem não se envolver em brigas. Enquanto os não infratores são mais cautelosos e astutos ao avaliarem o comportamento dos outros, os infratores tendem a ser mais ingênuos e imaturos em suas avaliações. *Exemplos de itens:* 40) Vencer uma briga é a maior satisfação que existe; 133) Quando a sorte está contra mim, não existe grande coisa que eu possa fazer.

Imaturidade (Im) (29 itens): Indica tendência a expressar atitudes e percepções das pessoas, em geral, e de si mesmo que são típicas de pessoas mais jovens que o respondente. Jesness (1963) salienta que o termo “imaturo” era comumente utilizado por profissionais que lidavam com a delinquência juvenil para descrever adolescentes sem muitos distúrbios de comportamento ou sem muitos comportamentos infracionais. Muito frequentemente o termo maturidade, definido de maneira vaga, consistia um objetivo de tratamento, um indicativo de melhoras ou até mesmo a base de programas de intervenção para adolescentes infratores. Os

comportamentos e atitudes considerados mais “maduros” que os adolescentes adquiriam ao longo da intervenção forneceram os elementos para a construção da escala. Os itens possuem conteúdo que sugere que os indivíduos imaturos são ingênuos e não avaliam com muita sofisticação seus próprios desejos e motivações ou os desejos e motivações dos outros. Além disso, estaria mais presente uma tendência a reprimir problemas e uma dificuldade de pensamento, além de mais expressão de ansiedade, em termos somáticos. Desta forma, o indivíduo falha em demonstrar suas respostas, atitudes, pontos de vista e percepções de maneira condizente com sua idade. *Exemplos de itens:* 8) As críticas me ferem facilmente; 11) Quando alguém me manda fazer alguma coisa, eu tenho vontade de fazer exatamente o contrário.

Autismo (Au) (26 itens): Esta escala busca acessar especificamente o grau de precisão com que o indivíduo é capaz de perceber o mundo e o rigor com que recria a realidade. Refere-se à propensão, no pensamento e na percepção, a deformar a realidade segundo desejos e necessidades pessoais. O “eu” parece não diferenciar claramente o que é diferente de si (não-eu) e a realidade objetiva. Deste modo, o adolescente percebe-se como “bastando-se por si só”, sente que está sempre bem e que pode se virar sozinho, que é esperto e resistente. Prefere sonhar e demonstra estar pouco apreensivo em relação à própria vida, o que pode levar a sérias fabulações. No entanto, há preocupações expressas com “ouvir coisas”, sentir que há algo errado com sua cabeça e expressão de queixas somáticas. A imagem mais adequada para o indivíduo com altos índices de Autismo é a de uma fachada de autoeficácia que mascara altos níveis de insegurança. Adolescentes que cometem atos infracionais tendem a pontuar mais alto que aqueles que não o fazem, em todas as idades. Também são observadas pontuações significativamente mais elevadas em meninos em comparação com meninas. *Exemplos de itens:* 72). Muitas pessoas falam mal de mim por trás; 149) As coisas não me parecem reais (de verdade).

Alienação (Al) (25 itens): Está relacionada a atitudes de desconfiança e afastamento em relação às outras pessoas, especialmente àquelas que representam autoridade. As figuras de autoridade são vistas como injustas, dominadoras e não confiáveis. A escala de Alienação indica distanciamento ou corte/ruptura em relação a pessoas e instituições significativas (pais, escola, trabalho). Tal desengajamento subentende insegurança e desconfiança, além de

tendência a projetar nos outros muitos de seus próprios sentimentos. O conteúdo temático dos itens indica relações interpessoais empobrecidas, tendência a projetar seus sentimentos hostis no mundo adulto e atitudes de hipercrítica e intolerância em relação aos outros. Em pesquisas, esta escala tem sido associada à idade, sendo menores os índices em indivíduos mais velhos. Ademais, análises de diferenças entre infratores e não infratores indicam que os infratores são menos conformistas tem menos confiança em relação à autoridade. *Exemplos de itens:* 15) É muito melhor não ter confiança em ninguém; 61) Nunca se pode acreditar no que os pais e as mães dizem.

Agressividade Manifesta (AM) (31 itens): Indica consciência de sentimentos desagradáveis (principalmente raiva e frustração), tendência à reação emocional imediata frente a essas emoções e desconforto provocado pela presença e tentativa de controle desses sentimentos. Os itens desta escala são de conteúdo afetivo, indicando facilidade de irritação, necessidade de se opor, sentimento de injustiça generalizada, impulsividade, rancor e descrença. Estes sentimentos atingem o adolescente que, em contrapartida, agride os outros. Há presença de desapontamento e frustração em relação aos esforços de entender e se sentir confortável com os outros, como se fossem em vão. O termo Agressividade Manifesta foi escolhido pela similaridade ao conteúdo trazido por alguns dos itens, porém o agrupamento de itens também poderia ser associado a termos como afetividade negativa, sentimentos de raiva, desilusão, hostilidade e desconforto afetivo. Altos índices foram obtidos em infratores de todas as idades, sendo mais altos nos meninos que nas meninas. Embora altas pontuações na escala sejam características de pessoas com temperamento explosivo e comportamento agressivo, algumas pessoas podem demonstrar um supercontrole de comportamentos e conformidade incomum, apesar dos altos níveis de raiva e inquietude em relação ao controle de seus sentimentos. Deste modo, índices extremamente baixos foram obtidos por indivíduos que cometeram delitos violentos. *Exemplos de itens:* 29) Quando estou realmente com raiva sou capaz de fazer qualquer coisa; 37) Eu perco a paciência por coisas que não tem muita importância.

Retraimento (Rt) (22 itens): Esta escala refere-se à consciência de insatisfação em relação a si e aos outros e tendência à fuga passiva e ao isolamento social. Altas pontuações indicam isolamento e evitação no que respeita às experiências relacionais, subjacente a uma decepção nas relações e a um problema fundamental de comunicação com os outros. O termo distímia,

utilizado por Eysenck (1961) é apropriado a muitos itens que compõem esta escala, cujo conteúdo se refere a uma combinação de sentimentos de depressão e de atitudes de isolamento, retirada (*withdrawal*). Sentimentos de melancolia, solidão e insatisfação, assim como de se sentir ofendidos por brigas e comportamentos agressivos também são freqüentes. A diferença entre infratores e não infratores é pequena, porém significativa e a correlação linear com a idade é leve. *Exemplos de itens*: 49) Eu me sinto mal quando alguém grita comigo; 63) Não acredito que vou ter grande sucesso na vida.

Ansiedade Social (AS) (20 itens): Indica sentimento de ansiedade e consciência de desconforto emocional quanto aos relacionamentos interpessoais. Dificuldade de sustentar o papel de adolescente, alimentado pela dúvida quanto a seu próprio valor e, mais particularmente, de suas relações com o outro. O indivíduo manifesta intolerância e faz valer sua opinião de maneira inábil. Alguns itens sugerem orientação intrapunitiva e altos índices são associados a sentimento e consciência de tensões nervosas, de maneira que o indivíduo percebe a si mesmo como sensível às críticas e excessivamente tímido. A pontuação na escala tende a ser maior nos indivíduos com menos idade, com pico aos 11 anos, decrescendo com a maturidade, sendo que as diferenças mais significativas não estão entre infratores e não infratores, mas sim entre meninas e meninos. As meninas, infratoras e não infratoras, costumam ser socialmente mais sensíveis e autoconscientes que os meninos. *Exemplos de itens*: 02) Eu fico nervoso se ficar muito tempo parado sentado; 66) Eu tenho dificuldade de mostrar para as outras pessoas o que eu sinto por elas.

Recalque (Rc) (14 itens): Refere-se à exclusão da consciência ou à incapacidade de classificar sentimentos e emoções que normalmente a pessoa sente em determinadas situações. O recalque diz respeito a um mecanismo de defesa que exclui do campo da consciência sentimentos ou emoções que podem suscitar reações negativas. O conteúdo dos itens corresponde a características de personalidade “hipernormais”, de modo que, desconsiderada a hipótese de que o indivíduo está mentindo, um escore muito elevado está associado à presença marcada de um mecanismo de defesa inconsciente relativo à exclusão do sentimento/emoção da consciência. O indivíduo mantém-se acrítico em relação a si mesmo e aos outros e tem dificuldade de experimentar sentimentos de frustração ou tensões. Em geral, os infratores tendem a apresentar maiores pontuações nesta escala que os não infratores e há uma tendência a queda dos valores entre as idades de oito e dez anos. *Exemplos de itens*: 19)

Eu nunca conto mentiras; 88) Eu nunca fico bravo com ninguém; 92) Todas as pessoas que me conhecem gostam de mim.

Negação (Ng) (19 itens): Trata-se da recusa ou relutância em registrar aspectos desagradáveis da realidade, assim como deficiências pessoais próprias. A distinção entre a escala de Negação e a Escala de Recalque não existia na primeira versão, porém a análise dos itens demonstrou que as atitudes medidas nesta escala são mais conscientes que as medidas pela escala de Recalque. Metade dos itens desta escala dizem respeito a uma percepção do indivíduo sobre sua família, com altos escores associados a não percepção de conflitos, de imperfeições e falhas. Outros itens estão relacionados à negação de sentimentos de infelicidade e inadequações pessoais, e um conjunto final de itens sugere indisposição a ver os outros de maneira crítica. Altos escores são mais frequentes em indivíduos que tendem a ser defensivos em admitir dificuldades e evitam pensamentos desagradáveis sobre relacionamentos interpessoais, o que pode refletir maior confiança e força de ego. Nesta escala, altos escores são associados a não infratores, indicando ajustamento emocional positivo e otimismo, enquanto baixos escores, mais comuns nos infratores, podem ser indicativos de fraqueza de ego e problemas familiares. Esta é a única escala do instrumento em que os índices tendem a ser maiores com a idade e para os não infratores. *Exemplos de itens:* 16) Às vezes eu tenho vontade de sumir e esquecer tudo; 87) Eu não me preocupo muito pelo que me acontece.

Índice de Associabilidade (IA) (calculado por meio dos escores obtidos nas escalas DS, OV, Au, Al, AM, Rt, AS e Rc): esse refere-se à tendência a resolver problemas sociais e pessoais de formas consideradas desrespeitosas ou inadequadas aos costumes sociais. Refere-se a uma tendência geral em conduzir-se por caminhos que transgridem as regras sociais estabelecidas. Ele fornece o equilíbrio entre as dimensões psicossocial, psicorrelacional, psicognitiva e psicoafetiva da personalidade do adolescente. Para os indivíduos com altos escores as exigências da vida social acarretam muita tensão, sobretudo nas relações interpessoais íntimas (psicorrelacional), na que se refere à percepção (adequada) da realidade (psicognitiva) e no que tange a expressão de seus afetos (psicoafetiva). Este índice indica o nível de consolidação da estrutura de personalidade e o potencial de passagem ao ato infracional (reincidência) e é a escala que melhor distingue os adolescentes infratores dos não infratores.

Escala de Transtorno de Conduta (TC) (14 itens): indica a presença de comportamentos repetitivos e persistentes de agressão em relação a pessoas e animais, de destruição de propriedades, de roubo e tendência à mentira e de violações sérias das normas sociais.

*Exemplo de item*⁸: (26) Eu já fui cruel com pessoas ou animais.

Escala de Transtorno Desafiador de Oposição (TO) (16 itens): indica comportamento hostil e provocante, negativismo, confrontação e desobediência às regras estabelecidas, ausência de remorso. *Exemplo de item*⁹: (126) Eu costumo discutir com pessoas mais velhas que acham que sabem de tudo.

O IPJ busca, então, avaliar aspectos da personalidade dos indivíduos relacionados ao cometimento de atos infracionais de modo persistente, o que, por si, indica déficits no desenvolvimento psicológico. Vale sublinhar, conforme destaca Le Blanc (2005), que o IPJ não avalia a estrutura de personalidade em geral dos indivíduos, como é o caso de instrumentos desenvolvidos a partir de modelos ou teorias, como o Inventário de Personalidade de Eysenck ou como as medidas decorrentes da Teoria dos Cinco Grande Fatores de Personalidade. Enquanto nesses modelos os traços representam dimensões fundamentais da personalidade humana, os traços avaliados pelo IPJ não contemplam a personalidade do indivíduo como um todo. Tais traços representariam, apenas, aspectos da personalidade, aqueles mais relevantes no que diz respeito ao cometimento de atos infracionais recorrentes, ou seja, aqueles que se apresentam de modo mais marcado em indivíduos que apresentam a “delinquência distintiva”, caracterizada por maiores déficits desenvolvimentais.

É interessante ressaltar também que a identificação de perfis de infratores com base nas características de personalidade medidas pelo instrumento é o objeto de estudo de Carl Jesness desde 1965. O autor demonstrou ser possível, a partir das respostas ao inventário, identificar nove perfis descritos pela teoria do Nível de Maturidade Interpessoal (Sullivan, Grant & Grant, 1957 citado por Jesness & Wedge, 1984). A teoria propõe sete estágios de desenvolvimento da maturidade interpessoal, na direção de uma adequada percepção e

⁸ Os itens apresentados como exemplos nas escalas de classificação são decorrentes dos procedimentos de tradução realizados no presente estudo.

⁹ Os itens apresentados como exemplos nas escalas de classificação são decorrentes dos procedimentos de tradução realizados no presente estudo.

integração do outro e do ambiente ao esquema mental do indivíduo. No Manual *Sequential I-Level Classification* (Jesness, 1974), o autor relata os estudos empíricos que possibilitaram a integração da teoria do Nível de Maturidade Interpessoal ao instrumento IPJ, além de oferecer informações sobre a validade da classificação e o método para realizá-la (Jesness & Wedge, 1984).

O manual da versão revisada (Jesness, 2003) possibilita a obtenção dos perfis, apresenta a descrição das principais características e a intervenção adequada a cada um deles. A utilização dos perfis tendo por base a Teoria do Nível de Maturidade Interpessoal em pesquisas é mais detalhada no capítulo a seguir, no tópico relativo à utilização do IPJ em pesquisas. No presente estudo, porém, essa classificação não será adotada.

3.2. Investigações das propriedades psicométricas do Inventário de Personalidade de Jesness

3.2.a Estudos internacionais

O IPJ foi desenvolvido originalmente para avaliar adolescentes infratores dos Estados Unidos, do sexo masculino, com idade de 14 e 15 anos. Logo após sua elaboração, foi objeto de diversos estudos que se dedicaram a investigar sua aplicação a populações de ambos os sexos e de faixas etárias mais amplas. Em 1963, 1969 e 1972 o IPJ passou por reformulações que possibilitaram sua aplicação em adolescentes com idade acima dos 15 anos, adultos e também a meninas. A validação e a normatização foram realizados com uma amostra de 970 meninos infratores e 1.075 meninos não infratores, com idades entre 8 e 18 anos, e uma amostra de 450 meninas com idade entre 11 e 18 anos, infratoras e não infratoras (Jesness, 2003).

Investigações de verificação da adaptabilidade do instrumento a outros contextos socioculturais foram realizadas junto à população inglesa (Fisher, 1967; Martin, 1981 e Saunders & Davies, 1976), escocesa (Vallance & Forrest, 1971), indiana (Singh, 1978, 1980, 1983), norte-irlandesa (Harbison, Jardine & Curran, 1978), neo-zelandesa (Howard, 1981), canadense (Lagier & Dickner, 1988; LeBlanc, McDuff & Tremblay, 1994 e Shivrattan, 1988) e australiana (Kahn & Fua, 1995; Putniņš, 1980).

Em um dos estudos que testou a aplicabilidade do instrumento na população inglesa, indicou-se que as escalas de DS, OV, AI e AM foram capazes de diferenciar níveis de delinquência e prever a reincidência para determinados jovens, ou seja, persistência na prática de delitos (Saunders & Davies, 1976). Também para a população inglesa, em outro estudo, observou-se um aumento progressivo nos escores do Índice de Associabilidade, de acordo com o envolvimento dos participantes que constituíam os grupos avaliados: grupo controle, grupo de adolescentes com comportamentos disruptivos (comportamentos hostis, de desobediência e desafio na escola, em casa ou na comunidade), grupo de adolescentes infratores não imputados e grupo de adolescentes infratores imputados. Além disso, foram obtidas diferenças significativas entre os grupos nas escalas DS, OV, Au, AM e Ng (Martin, 1981).

Para a população indiana, sete das onze escalas discriminaram grupos de infratores e de não infratores (Singh, 1983). No que se refere ao contexto Australiano, Putniņš (1980), com base em seu estudo, apresenta dúvidas quanto às qualidades psicométricas do instrumento para uso naquele contexto (sul da Austrália); porém Kahn e Fua (1995) encontraram diferenças nas escalas de DS e AI entre os grupos de meninos e meninas infratores em comparação a grupos de meninos e meninas não infratores, ambos com pais imigrantes na Austrália.

Estudos atinentes à fidedignidade do instrumento foram realizados utilizando-se diferentes métodos de investigação. Utilizando o método das metades, com uma amostra de 1.826 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 10 e 18 anos, foram obtidos índices de 0.62 a 0.88 para as escalas do instrumento. A partir de uma amostra de 131 adolescentes e utilizando-se o método teste-reteste, com intervalo de oito meses, os índices variaram de 0.40 a 0.79 (Jesness, 1963).

No que diz respeito às evidências de validade, uma extensa bibliografia produzida ao longo dos anos reúne elementos para dar suporte à utilização do instrumento (Jesness, 2003).

Davies e Mott (1967) descrevem duas séries de estudos, ainda da década de 60, que demonstraram a viabilidade da utilização do IPJ para adolescentes do sexo masculino, em cumprimento de medidas judiciais, em meio aberto, e para a população de adolescentes não infratores. Graham (1981), salientando a necessidade de investigar aspectos da personalidade dos adolescentes em diferentes estágios da “carreira infracional”, investigou variâncias nos escores do IPJ para infratores de diferentes estágios ou gravidade em termos de delinquência e

encontrou diferenças significativas no IA entre os grupos. O autor também confirmou a capacidade preditiva do instrumento após um seguimento de um ano.

Já Kuncze e Hemphill (1983) investigaram as evidências de validade concorrente do IPJ para uma grande amostra de adolescentes do sexo masculino internos do sistema de justiça juvenil americano. 1.122 adolescentes responderam ao instrumento no momento da entrada na instituição, seus escores foram comparados, em seguida, aos de dois índices de comportamento infracional: o número de apreensões anteriores e a frequência de institucionalizações anteriores. Foram obtidas médias elevadas nas escalas IA e DS, além de correlações positivas e significativas entre as escalas de Au e AM e a gravidade do comportamento infracional, medido pelos indicadores supracitados. Segundo os autores, os achados dão apoio adicional ao uso do IPJ em pesquisas e diagnósticos no contexto do Sistema de Justiça Juvenil.

O levantamento das produções científicas com o IPJ permite observar que, em alguns estudos, o inventário é comparado a outros instrumentos de avaliação de personalidade, em adolescentes infratores. São estudos que investigaram aspectos da validade relacionada a constructo do tipo convergente, que buscaram avaliar se o inventário realmente avalia o construto que se propõem avaliar. Cowden, Peterson e Pacht (1969) compararam o *Minnesota Counseling Inventory* (MCI) e o IPJ com o objetivo de determinar qual inventário melhor diferenciava adolescentes infratores em termos de sua adaptação ao contexto institucional e prognóstico no tratamento. Em estudos anteriores, o MCI havia demonstrado capacidade de aferir mudanças de personalidade em curto prazo, após intervenções clínicas, e características ligadas ao comportamento infracional, por meio da escala de Conformidade. Na comparação, contudo, o IPJ mostrou-se mais funcional que o MCI como instrumento de triagem e de classificação, uma vez que o instrumento foi capaz de discriminar melhor subgrupos de adolescentes com envolvimento infracional, com base em critérios atinentes à qualidade de relacionamento com os profissionais da intervenção que os acompanhavam, às habilidades para assumir responsabilidades e à adaptação ao contexto institucional. Embora o IA não tenha sido capaz de discriminar grupos com boa e má adaptação institucional, as escalas DS, Au, Al e IA foram as preditivas de mau comportamento na instituição e a DS e o IA de relações negativas com os pares.

Smith (1974) investigou a relação entre as escalas do IPJ e do *Eysenck Personality Inventory* (EPI), tendo por base os dados coletados junto a uma amostra de 153 meninos de um centro de detenção. Foram encontradas correlações entre as escalas de psicotismo do EPI

e Autismo do IPJ, neuroticismo do EPI e Ansiedade Social e Retraimento do IPJ, além de correlações entre as escalas de Impulsividade e Sociabilidade (EPI) e várias escalas do IPJ. Em outro estudo realizado com ambos os instrumentos, Forrest (1977) realizou uma validação suplementar de itens e fatores discriminantes derivados do EPI utilizando o IPJ. A partir das análises dos inventários respondidos por 400 adolescentes infratores e não infratores, de 13 a 16 anos, cinco fatores discriminantes foram obtidos (reação antissocial, neuroticismo, isolamento da família, imaturidade e psicotismo). Os resultados indicaram convergência entre os dois instrumentos no que diz respeito à avaliação de características de personalidade relacionadas à hostilidade e à raiva.

No que diz respeito à validade do tipo preditiva, muito se investigou sobre a capacidade de o inventário de prever sucesso em tratamentos ou a reincidência em comportamentos infracionais, num período determinado, após aplicação do instrumento.

No estudo conduzido por Woychick (1970), a escala IA foi a que melhor predisse o comportamento mal adaptativo em programas, tendo como parâmetros a anulação de liberdade condicional e frequência de fugas. No estudo realizado por Fraas e Price (1972), soldados adultos detidos, foram avaliados com o IPJ, sendo que as escalas de IA, DS, OV e Au foram as que melhor predisseram os menores índices de punição no sistema correcional. Já Yiannakis (1976) obteve que as escalas de DS, OV, AI, AM, Ng e Au estariam relacionadas a um perfil de adolescentes infratores em relação aos quais não obteve sucesso por meio de intervenção em um programa baseado em atividades esportivas. Peer (1976), em seu turno, encontrou que a escala de AM seria o melhor preditor de sucesso em programas de tratamento para meninas, ao passo que Brandt (1979) encontrou maiores índices nas escalas de DS e no IA, em meninos que não se adaptaram a um programa de tratamento, apontando que o IPJ seria útil na triagem de adolescentes para o programa.

Em 1982, Levant e Slattery (1982) utilizaram o IA como medida de desadaptação social na triagem de um programa sistemático de treino de habilidades para mães adotivas, indicando o uso do inventário também para esta população. O IPJ também foi utilizado em programas de tratamento para drogadição, sendo que as escalas de AI, DS, AM estiveram relacionadas a insucesso (Dobkin, Chabot, Maliantovitch & Craig, 1998). Já no estudo de Bradley, Karwacki, Stephanie e Peterson (1990), o qual examinou a relação entre as escalas do IPJ e a responsividade dos jovens ao tratamento psiquiátrico, em contexto de internação, encontrou-se que as escalas AS e Rt estavam relacionadas à mais longa permanência no

hospital. Segundo esses autores, os resultados dão suporte à utilização do IPJ como um índice de disfunção psicológica para pacientes psiquiátricos internados.

Dois trabalhos tratam da predição de reincidência pelas escalas do instrumento. Benda, Crowyn e Toombs (2001) buscaram analisar fatores que predizem a reincidência na prática de delitos, na idade adulta, em um estudo com 414 adolescentes que passaram pelo sistema de justiça juvenil americano. Dos 414 adolescentes, 270 (65,2%) reincidiram, já na idade adulta, num período de até dois anos após a avaliação. As análises demonstraram que os preditores de reincidência mais fortes são a presença de prisões anteriores, a idade do primeiro delito, participação em gangues, uso de álcool e outras drogas e características de personalidade. Os índices de Negação (Ng) e do Índice de Associabilidade (IA), medidos pelo IPJ, se associaram aos de reincidência, sendo o risco de reincidência quatro vezes maior para os participantes com maior pontuação no IPJ. Os autores apontam que os achados são convergentes com teorias criminológicas que indicam a associação entre características de personalidade, como o egocentrismo e a negação, e o cometimento de crimes, e ressaltam a importância da medida destas características para o direcionamento da intervenção.

No estudo de Benda e Toombs (2002), ao qual se teve acesso apenas ao resumo, foram investigados os fatores relacionados à reincidência, num período de três anos após a avaliação de 480 indivíduos do sexo masculino, com idade de 18 a 40 anos, que participaram de um programa do tipo *boot camp*. Entre os preditores mais fortes de reincidência estariam as escalas do IPJ, além da associação a pares infratores e história prévia de envolvimento com o crime.

Os estudos conduzidos por Pinsoneault (1996, 1997, 1998, 1999, 2002, 2005, 2006) dedicaram-se ao desenvolvimento e ao aprimoramento de escalas de validade do inventário. Em 1996, o autor construiu as escalas de Mentira (*Faking Good*) e a *Faking Bad (Overt Symptomatology)* e em 1997, a escala de resposta aleatória (*Random Response*) do instrumento. Em 1998, outras duas escalas de respostas inconsistentes foram desenvolvidas (*Variable Response Inconsistency Scale* e *True Response Inconsistency Scale*) e, em 1999 as três escalas foram testadas quanto à sua eficácia, utilizando escalas semelhantes do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI). Em 2002 e 2005, o IPJ foi utilizado, entre outros instrumentos, para a detecção de respostas inconsistentes e variadas no desenvolvimento de escalas de validade do *Millon Adolescent Clinical Inventory* (MACI) (Pinsoneault, 2002, 2005). Em 2006, Pinsoneault (2006) buscou adaptar as escalas de *Variable Response Inconsistency* e *True Response Inconsistency*, desenvolvidas em 1997 e 1998, à nova versão

do instrumento (JI-R, 2003). Neste estudo, o autor utilizou 96 protocolos de resposta de adolescentes do sistema de justiça canadense para chegar a escalas capazes de identificar de 50% a 100% dos inventários aleatórios. Após construir e testar a eficácia das escalas, o autor as utiliza na construção de escalas de validade de outros instrumentos, o que sugere que os avanços nas qualidades do instrumento permitem sua utilização como referência (“padrão ouro”).

Além dos estudos supracitados, dois trabalhos realizaram análises fatoriais do instrumento. Um deles investigou uma amostra de 250 adolescentes infratores negros, obtendo-se três fatores: alienação, isolamento social e imaturidade (Woodbury & Shurling, 1975); outro trabalhou com uma população infanto-juvenil (com idade entre nove e 18 anos) e chegou ao estabelecimento dos seguintes fatores: desconfiança, pessimismo social e hipersensibilidade (Wunderlich, 1985). Os autores apontam que os diferentes fatores podem estar associados a diferentes padrões de personalidades associados à conduta infracional e a características de personalidade mais abrangentes como, por exemplo, a alienação.

Na contramão dos estudos anteriores, o implementado por Shark e Handal (1977), pelo qual realizou-se análises de estabilidade teste-reteste (fidedignidade) e de comparação entre um grupo de infratores e não infratores (validade), sugere cautela no uso do IPJ. Os autores justificam que o método teste-reteste seria o correto para análises de fidedignidade de escalas heterogêneas, como as escalas DS, OV e Im, que foram construídas empiricamente. Além disso, esses autores apontam possíveis vieses na análise realizada por Jesness (1966), no Manual do instrumento (citado por Shark & Handal, 1977). Em relação à capacidade de discriminar adolescentes infratores de não infratores, os autores argumentam que as escalas não foram submetidas ao método de validação cruzada, o que significa que a capacidade discriminativa do instrumento não foi essencialmente testada. Com base nestes argumentos, realizaram análises de fidedgnidade teste-reteste do instrumento, com intervalo de uma semana entre as aplicações, e análises de validade de critério utilizando os protocolos de 31 infratores e 31 não infratores, pareados em termos de características sociodemográficas. As análises realizadas demonstram índices de estabilidade de 0.55 a 0.80, quando consideradas as duas amostras (infratores e não infratores). Segundo os autores, considerando-se o índice de 0,75 como satisfatório, somente as escalas de AM e OV apresentariam estabilidade. Quando considerada somente a amostra de infratores, as escalas OV, Im e AM apresentariam índices satisfatórios. O IA, entretanto, não teria demonstrado capacidade de discriminar os grupos, dado que completaria os argumentos de crítica à acurácia do instrumento. Esses resultados são

citados por trabalhos posteriores, que também se dedicaram a investigar as características psicométricas do instrumento como, por exemplo, o estudo de Graham (1981), sendo que nesses o estudo de Shark e Handal (1977) é criticado quanto à composição a amostra.

Há, todavia, outros estudos interessados na investigação da aplicabilidade do instrumento a diferentes contextos, ou com objetivos específicos, que reúnem resultados que apontam a necessidade de parcimônia na utilização do IPJ. Martin e Clarke (1969), por exemplo, não encontraram diferenças nas escalas do IPJ em meninos que haviam evadido e que não haviam evadido programas de treino escolar. No estudo conduzido por Biggs, Bender e Foreman (1983) também não foram obtidas diferenças nas escalas do IPJ entre um grupo de adolescentes infratores adictos em solventes e outro não adicto. Hooper e Evans (1984) buscaram identificar adolescentes apresentando maior probabilidade de manifestar comportamentos violentos em contexto institucional e obtiveram que o IPJ foi menos eficaz na identificação destes jovens que outros instrumentos utilizados no estudo. Também não foram encontradas diferenças nos escores do IA entre um grupo de meninas que haviam sofrido vitimização sexual e um de meninas sem histórico de abuso (Gidycz & Koss, 1989).

A publicação da versão revisada do instrumento em 2003 (JI-R) trouxe novas análises de fidedignidade e de validade, além do estabelecimento de normas de comparação atualizadas. O estudo normativo foi realizado com uma amostra de 3.421 não infratores e 959 infratores da população canadense e americana. Participaram das investigações indivíduos do sexo masculino e feminino, a partir dos oito anos de idade (não infratores) e dos 12 anos de idade (infratores). As análises de consistência interna demonstraram índices variando entre 0.61 e 0.91 para as escalas. Também foram realizadas análises separadamente para os grupos do sexo masculino e feminino e de jovens e adultos. Os índices para mulheres variaram entre 0.61 e 0.88 para as não infratoras e 0.61 e 0.9 para as infratoras. Já para o sexo masculino, foram obtidos índices entre 0.54 e 0.91 para os não infratores e 0.64 e 0.9 para os infratores. Merece destaque a melhora do índice de consistência interna da escala de Imaturidade, que avançou de 0.43 na primeira versão do instrumento para 0.83 na versão revisada (Jesness, 2003).

A análise de estabilidade teste-reteste foi realizada com uma amostra de 131 infratores entre 14 e 21 anos e 536 não infratores, de 12 a 14 anos. O intervalo entre as aplicações foi de oito meses para a população de infratores e um ano para a população de não infratores. As correlações obtidas para os infratores foram de 0.49 a 0.67, e 0.46 e 0.72 para os não infratores. O manual do instrumento indica que as correlações obtidas, que podem ser

classificadas como moderadas a altas, sugerem que o inventário apresenta, ao mesmo tempo, capacidade de apresentar resultados estáveis e relativa sensibilidade para detecção de mudanças ao longo do tempo (Jesness, 2003).

Em relação às evidências de validade relacionada a critério, a nova versão demonstrou capacidade de distinguir adolescentes infratores de não infratores, em termos de perfil psicológico. O Índice de Associabilidade (IA) e a escala de Desadaptação Social (DS) foram os que apresentaram maior capacidade discriminativa. As escalas de classificação baseadas nos critérios do DSM-IV também discriminaram os grupos. Porém, tal resultado significa apenas uma validação preliminar das escalas, tendo em vista que não foram realizados diagnósticos dos transtornos que servissem como critério de comparação entre os grupos (Jesness, 2003).

As evidências de validade convergente e divergente foram obtidas mediante comparação do instrumento com o *State-Trait Anger Inventory* (STAXI). Foi observada uma alta correlação da escala Agressividade Manifesta (AM) e o STAXI, além de correlações significativas também nas escalas de Orientação de Valores (0.58) e Desadaptação Social (0.5) e correlação negativa com a escala de Negação (-0.48). Os índices dão sustentação à proposta de o instrumento ser empregado para avaliar aspectos de personalidade associados à conduta infracional e, ao mesmo tempo, indicam a capacidade do instrumento de avaliar outras características, além da agressividade. Outras comparações realizadas com instrumentos, como o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI-2), o Inventário de Personalidade de Eysenck e o Rorschach também reforçam as evidências de validade do IPJ (Jesness, 2003).

3.2.b Estudos no contexto brasileiro

No Brasil, estudos com o IPJ foram iniciados em 1983 (Estevão & Stephaneck, 1983), com o desenvolvimento de pesquisas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, visando sua adaptação ao contexto brasileiro. A primeira tradução do instrumento para o português foi feita pela Professora Doutora Ruth Estevão, a partir da versão quebequense do instrumento (Forget, 1977 citado por Le Blanc & Le Blanc, 2001), composta por 155 itens¹⁰. Os intercâmbios entre a pesquisadora no Brasil e

¹⁰ No presente estudo, esta versão é denominada IPJ-Br.

grupos de pesquisa no Canadá permitiram o acesso ao instrumento, tendo esse processo sido avaliado pelo autor, na época.

Em 1984, Estevão e Stephaneck (1984) compararam os resultados de 68 meninos adolescentes (34 cumprindo medida de internação e 34 sem contato com o Sistema Judiciário) e obtiveram diferenças significativas entre os dois grupos, em seis escalas do instrumento (Im, Au, AM, Rc, DS e IA). Bertini, Tostes e Estevão (1984), com base em uma amostra de 32 não infratores, com idade entre 14 e 18 anos, realizaram análises de fidedignidade utilizando o método teste-reteste e obtiveram coeficientes acima de 0,7 em oito escalas do instrumento. A escala de Im apresentou índice de 0.4 e a AI de 0.58.

Em 1985, Estevão e Bichuette (1985a) testaram a capacidade do instrumento em discriminar infratores e não infratores brasileiros, a partir da administração do inventário em 102 adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, sendo 34 adolescentes de escolas regulares, 34 adolescentes infratores e 34 adolescentes que viviam em lares para crianças abandonadas. Análises de variância demonstraram diferenças significativas entre os escores na escala IA entre os três grupos. As escalas DS, Im, AS, Rc e IA também foram capazes de diferenciar entre o grupo de infratores e o de não infratores. Já as escalas Im, Au, AS e IA foram capazes de discriminar o grupo de abandonados e os infratores. As autoras ressaltam que estas escalas, em geral, confirmam observações clínicas que sugerem que adolescentes infratores se diferenciam dos não infratores quanto à maneira de solucionar problemas de ajustamento social e pessoal, apresentando, de um modo geral, atitudes mais acentuadas de desrespeito aos costumes ou às regras sociais, além de demonstrar maior tendência à fuga passiva e ao isolamento (Estevão & Bichuette, 1985a).

Tendo em vista a adequação do instrumento para a população brasileira, Estevão e Bichuete (1985b) verificaram a compreensibilidade dos itens do instrumento e aplicaram-lhe, posteriormente, em 543 adolescentes masculinos, com idade entre 14 e 18 anos, selecionados aleatoriamente em quatro escolas de primeiro e segundo graus. As análises demonstraram diferenças entre a população brasileira e americana, indicando que o emprego da padronização americana no contexto brasileiro seria inadequado, dadas as diferenças socioculturais. Nessa ocasião, trabalhou-se, então, para a obtenção das normas do instrumento para adolescentes no contexto brasileiro (Estevão & Bichuete, 1985b).

Bertini e Estevão (1986), por sua vez, procuraram verificar a fidedignidade do instrumento a partir da utilização do método das metades, obtendo um coeficiente de fidedignidade acima de 0,60 (considerados satisfatórios) em sete escalas do instrumento: DS,

OV, Au, AI, AM, Rc e Ng. O instrumento demonstrou sua utilidade e confiabilidade em psicodiagnóstico, salientada a necessidade de outros estudos que contemplassem uma análise dos itens das escalas que não apresentaram coeficientes satisfatórios.

Já em 2005, uma nova análise semântica desta versão utilizada em pesquisas no Brasil foi realizada por Pestana e Bazon (2005). Os resultados demonstraram que os adolescentes continuavam a não encontrar grandes dificuldades de compreensão dos itens traduzidos na década de 1980, havendo a indicação de necessidade de reformulação de apenas 12 deles. As reformulações nos itens foram feitas a partir de sugestões dos adolescentes e incluídas na versão brasileira do instrumento. Na comparação entre adolescentes infratores e não infratores, Pestana e Bazon (2005) também obtiveram como resultados diferenças significativas nas escalas DS, OV, Au, AM, IA, sendo que o grupo controle apresentou escores mais baixos. Segundo os autores, tais dados indicariam que os adolescentes infratores apresentariam maior tendência para distorcer a percepção da realidade em função de seus próprios desejos ou necessidades, além de reagirem mais prontamente à emoção (Pestana & Bazon, 2005),

Panosso (2008) utilizou o IPJ em seu estudo e encontrou diferenças significativas entre grupos de adolescentes, infratores e não infratores, nas escalas DS, OV, Im, Au, AI, AM, IA, indicando deficiências na adaptação pessoal dos adolescentes judicializados e um desenvolvimento de personalidade mais egocêntrico nestes.

Assim, pode-se notar que as escalas DS e IA são as mais frequentemente citadas como as que melhor diferenciam grupos de adolescentes infratores e não infratores.

Na direção do que indica a literatura internacional, que aponta a capacidade preditiva do instrumento com relação ao envolvimento infracional (Graham, 1981), mais recentemente, o estudo de Maruschi (2010), na realidade brasileira, observou correlações significativas entre a escala de Desadaptação Social (DS) e medidas de risco de envolvimento com condutas infracionais.

3.3. As pesquisas com o IPJ

3.3.a O emprego do IPJ na investigação de características de personalidade de infratores

O IPJ tem sido utilizado em muitas pesquisas, no contexto internacional, na investigação de características de personalidade de diferentes grupos de indivíduos que cometem atos infracionais. Destaca-se a seguir os estudos encontrados em que o IPJ aparece como instrumento principal para a avaliação e a análise de diferentes grupos de infratores, frequentemente em comparação com grupos de não infratores. Esses estudos denotam, de forma geral, a relação entre certos comportamentos e traços de personalidade avaliados pelo inventário, elucidando características de personalidade de adolescentes que cometem atos infracionais, no sentido de melhor compreender diferenças pessoais associadas ao fenômeno em questão.

Fisher (1967), por exemplo, comparou meninos infratores americanos e ingleses e obteve maiores índices de desajustamento social e inibição nos ingleses. Meninos e meninas infratores com comportamentos de fuga foram avaliados e obteve-se um perfil de personalidade no qual as escalas de OV, AM e DS estariam elevadas (Bartollas, 1975; Singh, 1984). Já Thompson e Lozes (1976) compararam meninas pertencentes a gangs e meninas não pertencentes, em termos de personalidade utilizando o IPJ. As meninas que frequentavam gangs apresentaram um padrão de personalidade, aferido pelo IPJ, caracterizado pela tendência a culpabilizar o outro por seus problemas e por um padrão geral de resolução de problemas em desacordo aos costumes e regras sociais.

Resultados mais baixos na pontuação em três das dez das escalas do instrumento também foram encontrados em adolescentes infratores cujo comportamento delituoso referia-se apenas a normas estatutárias (atinentes a proibições relacionadas à idade, como por exemplo, dirigir sem ter a idade permitida para tal), em comparação a adolescentes infratores, cujo comportamento delituoso referia-se ao código criminal (Stott & Olczak, 1978). Singh (1978), por sua vez, encontrou altos índices nas escalas de DS, OV e AM em meninos infratores ociosos e, em estudo posterior, encontrou relações entre a ociosidade em meninas e altos índices nas escalas do IPJ.

Watson (1981) encontrou maiores escores no IPJ para um grupo de adolescentes no contexto de um programa de intervenção para problemas de comportamento, que em os

meninos da escola regular. Howard (1981), em seu turno, obteve maiores índices de depressão em adolescentes infratores que pontuaram mais alto nas escalas do instrumento. Também em relação a transtornos mentais, Jensen, Burke e Garfinkel (1988) encontraram que as escalas do IPJ estariam relacionadas a diagnósticos de transtorno depressivo, pobre controle de impulso e intolerância ao estresse.

No estudo de Dembo, La Voie, Schmeidler e Washburn (1987), o IPJ é utilizado como medida de orientação psicológica relativa a um estilo de vida divergente. O estudo investigou a relação entre problemas de comportamento (infrações à Lei e abuso de substâncias) e orientação psicológica, tendo-se encontrado relações significativas positivas entre orientação psicológica divergente e abuso físico, uso de drogas ilícitas e internações reiteradas.

O IPJ também tem sido utilizado em estudos que investigam o desenvolvimento e a persistência de comportamentos infracionais, principalmente em estudos longitudinais desenvolvidos no Canadá. O instrumento compõe a avaliação de natureza psico-criminológica na delinquência circunscrita à adolescência (Lagier & Dickner, 1988) e também figura dentre os instrumentos de avaliação de problemas comportamentais emergentes em crianças de 10 a 12 anos de idade (Le Blanc et al., 1991). O trabalho de Le Blanc et al. (1991) apresenta resultados que apontam diferenças em termos de déficits em competências pessoais e sociais e nos índices de delinquência (medidos pelo IPJ), na comparação entre um grupo de adolescentes que iniciou a prática infracional precocemente (aos 10 anos de idade) e outro com início menos precoce. Tais achados demonstram os efeitos da prática infracional ao longo do desenvolvimento e o impacto de seu início precoce.

Sorensen e Johnson (1996) construíram subgrupos de adolescentes em conflito com a Lei, diferenciados em termos de suas características de personalidade, medidas pelo IPJ e o MMPI. As análises de agrupamento (*cluster analyses*) identificaram cinco subtipos, a saber: (a) *Alienated*, com características de alienação, busca por sensações e baixa angústia emocional subjetiva, indicadas por elevações nas escalas IA e DS do IPJ e nas de Hipomania e Desvio Psicopático no MMPI; (b) *Insecure-anxious*, caracterizado por ansiedade significativa, problemas somáticos e confusão mental, representadas por elevações nas escalas DS, Au e IA (IPJ) e Histeria, Desvio Psicopático, Psicastenia e Esquizofrenia (MMPI); (c) *Distressed*, com maior número de elevações nos escores das escalas dos instrumentos, sendo oito das 10 do MMPI em níveis clínicos, e oito das 11 do IPJ, indicando angústia generalizada, explosividade e ideação suicida; (d) *Nondistressed* caracterizado, segundo os autores, por notável resiliência emocional, indicada pela ausência de elevação nos escores das

escalas de ambas medidas de personalidade e (e) *Angry-Suspicious* que obteve elevações nas escalas de Desvio Psicopático, paranóia, esquizofrenia e hipomania do MMPI e nas DS, OV, Au, Al, AM e IA do IPJ, indicando conflitos com autoridade consideráveis, desconfiança, busca de emoção e raiva.

Após estabelecer estes grupos, Sorensen e Johnson (1996) testaram a generalização do modelo, comparando um novo grupo de adolescentes internados com a amostragem anterior. As análises confirmaram os cinco grupos obtidos no primeiro estudo, sendo que as escalas de DS, OV e AS foram as efetivamente discriminaram os grupos, tendo por base os resultados obtidos com o IPJ. No entanto, nenhuma das medidas foi capaz de, isoladamente, distinguir os subgrupos de adolescentes. De todo modo, os autores salientam que o método de classificação proposto, com base na utilização do MMPI e do IPJ, constitui uma maneira simples e efetiva de classificar infratores, com base em seu funcionamento emocional, utilizando medidas de autorrelato, de fácil aplicação. Sorensen e Johnson (1996) enfatizam a necessidade da avaliação do funcionamento emocional dos adolescentes infratores, como fonte de predição de comportamentos agressivos, receptividade a tratamento e para o atendimento às reais necessidades do jovem.

A investigação conduzida por Morizot e Le Blanc (2003) busca esclarecer aspectos do desenvolvimento da personalidade de homens com passagem pelo sistema de justiça, durante a adolescência, em comparação a homens da população geral. Os dados são decorrentes de um estudo longitudinal prospectivo, que acompanhou os indivíduos durante 25 anos, da adolescência à idade adulta. Enquanto o primeiro estudo traça uma estrutura hierárquica de traços de personalidade dos dois grupos de participantes, o segundo analisa a continuidade destes traços ao longo do tempo. Para o acesso aos traços de personalidade, o IPJ e o *Eysenck Personality Questionnaire* foram respondidos pelos participantes aos 15, 17, 30 e 40 anos. As análises demonstraram uma estrutura hierárquica composta por 15 traços primários, distribuídos em seis fatores, que por sua vez se distribuem em três grandes traços: desinibição, emocionalidade negativa e extroversão. Os homens que passaram por condenações na adolescência apresentaram índices mais elevados de desinibição e emocionalidade negativa, além de índices mais elevados nos traços primários desadaptativos, desde a adolescência até a idade adulta. Em termos de mudança e continuidade, foram observados declínios nos três grandes traços, nas duas amostras, sendo que os traços de desinibição e negatividade foram os que mais apresentaram diferenças ao longo do tempo. Entretanto, observou-se que entre os 17 e 30 anos, as taxas de mudanças são mais altas nas amostras representativas da população, o

que equivale a dizer que os infratores apresentam um padrão de personalidade que caracteriza-se pela continuidade dos referidos traços, de modo mais marcado, na transição da adolescência para a idade adulta (estabilidade). Como hipóteses explicativas para a maior estabilidade destes traços, os autores apontam a influência de fatores genéticos, a afiliação a pares antissociais, que sustentam a manutenção do comportamento e, sobretudo, a menor exposição a situações e fatores que favoreçam o desenvolvimento e a maturidade. O estudo se destaca pela contribuição na elucidação do desenvolvimento da personalidade associado ao envolvimento com atividades infracionais, além de dar suporte, como salientam os próprios autores, à hipótese de maturação até e após os 30 anos, e a ausência de um ponto de cristalização, em termos de desenvolvimento de personalidade.

Lafortune, Proulx, Tourigny e Metz (2004), ao realizarem uma revisão da literatura sobre os estudos empíricos implementados no Quebec sobre adolescentes que cometem delitos sexuais, apontam que o IPJ figura dentre os procedimentos de avaliação utilizados neste contexto. Butz e Spaccarelli (1999) também utilizaram o IPJ como um dos instrumentos na testagem de um modelo de classificação de adolescentes envolvidos em delitos sexuais, com base na utilização de força durante o cometimento de delitos. Na contramão de outros achados na literatura, Oliver, Hall e Neuhaus (1993) encontraram que adolescentes que cometeram delitos sexuais apresentam menos traços de personalidade divergentes (medidos pelo IPJ) em comparação a adolescentes que cometeram outros tipos de delitos. Embora se tenha tido acesso somente ao resumo destes trabalhos, o que não permite averiguar quais traços aferidos pelo instrumento estão associados a prática de delitos sexuais, esses estudos sinalizam a possibilidade de utilização do inventário também na avaliação de adolescentes que cometem delitos dessa natureza.

O IPJ também foi um dos instrumentos utilizados no estudo de Pollinger, Samuels e Stadolnik (2005), que objetivou analisar diferenças entre adolescentes com comportamentos de piromania que permaneciam internados e que permaneciam em acompanhamento ambulatorial. Embora em relação aos internados os pais tenham relatado mais problemas comportamentais graves, e os adolescentes, eles mesmos, mais pensamentos impulsos e agressivos, não foram encontradas diferenças em termos de trajetória comportamental entre os dois grupos. A comparação entre as respostas ao IPJ também não indicou diferenças significativas em termos de personalidade entre os dois grupos. Segundo os autores, os achados podem indicar que a tomada de decisão em relação à internação nos casos de

piromania está mais relacionada às características do contexto familiar do adolescente, do que à gravidade ou à extensão dos comportamentos de piromania.

Como já mencionado, entre as décadas de 60 e 70 Jesness dedica-se à investigação de perfis de infratores a partir das respostas ao inventário. Os perfis propostos pela Teoria do Nível de Maturidade Interpessoal¹¹ (Sullivan, Grant & Grant, 1957, citado por Jesness & Wedge, 1984), eram identificados desde 1961, por clínicos e pesquisadores, a partir de entrevistas. Em 1965, Jesness conduziu um estudo que demonstrou a possibilidade de realizar a identificação destes perfis a partir das respostas do IPJ e, em 1971, chegou ao método completamente objetivo de identificação, que foi apresentado no *Manual Sequential I-Level Classification* de 1974 (Jesness & Wedge, 1984).

Smith (1974) faz referência à classificação em perfis no estudo que investigou correlações entre o IPJ e o *Eysenck Personality Inventory*. Os indivíduos do nível de maturidade II foram caracterizados por altos índices de psicotismo e baixos de inteligência e os que puderam ser classificados no nível IV, apresentaram índices elevados de neuroticismo e inteligência média. Austin (1975), em seu turno, investigou os elementos levados em consideração na obtenção de perfis por entrevistas e obteve que a inteligência e o nível de orientação moral são mais importantes na determinação do nível de maturidade do que as competências nas relações interpessoais e a maturidade social. Carbonell (1983) investigou correlações entre o sistema de classificação de perfis do IPJ e do MMPI, e encontrou concordâncias na classificação somente do grupo de adolescentes mais comprometidos.

Em 1984, Jesness e Wedge apresentam os resultados do estudo conduzido durante 10 anos, que objetivou testar o método de obtenção dos perfis que compuseram a tipologia de maturidade interpessoal, com base nas respostas do IPJ. A amostra, composta de 1.131 adolescentes, foi avaliada entre os anos de 1967 e 1977 e somente 1% não pode ser classificado de acordo com o método. As análises demonstraram que os nove perfis, situados em três níveis de desenvolvimento, diferiam em termos de personalidade, atitudes e comportamentos infracionais, o que poderia contribuir para esclarecer aspectos relacionados ao nível/gravidade de envolvimento com a atividade infracional e facilitar a intervenção (Jesness & Wedge, 1984).

¹¹ A teoria propõe sete estágios de desenvolvimento da maturidade interpessoal, na direção de uma adequada percepção e integração do outro e do ambiente. Estudos empíricos com adolescentes infratores demonstraram que o nível de maturidade interpessoal destes se concentraria entre os estágios II, III e IV. Dentro destes estágios, nove subtipos de infratores poderiam ser identificados, sendo dois no nível II, três no nível III e quatro no nível IV (Sullivan, Grant & Grant, 1957, citado por Jesness & Wedge, 1984).

Já em 1986, o método é testado para a avaliação do nível de maturidade interpessoal de adolescentes sem envolvimento com o sistema de justiça, tendo sido encontrados resultados que apontam para a validade do instrumento, para populações de ambos os sexos (Jesness, 1986). Bornholt e Rosenthal (1987) também compararam os métodos de obtenção dos perfis da tipologia (o tradicional, baseado em entrevistas, e o proposto a partir da aplicação do IPJ) e encontraram resultados que apontam para a validade de ambos os métodos. Em 1988, Jesness sintetiza o trabalho realizado neste sentido, e apresenta o sistema de obtenção de perfis como sendo uma proposta de um método simples, objetivo e com validade e fidedignidade para a avaliação da população de infratores e de não infratores.

Em adultos, estudos envolvendo a classificação em perfis com base na utilização do IPJ são mais recentes, os quais apontam que dois dos perfis do nível IV, correspondentes a características de funcionamento neurótico, apresentam maior necessidade de intervenção e maior probabilidade de persistirem no cometimento de crimes. Listwan, Sperber, Spruance e Van Voorhis (2004) reúnem quatro estudos que destacam os traços de neuroticismo, identificados a partir dos perfis, os quais mereceriam especial atenção em termos de intervenção e políticas públicas. Listwan, Van Voorhis e Ritchey (2007) analisaram a relação entre personalidade e reincidência, a longo prazo, em adultos, obtendo também o resultado que a tipologia neurótica seria aquela com maior probabilidade de reincidência. Hubbard e Pearler (2009) encontraram que os perfis de característica neurótica e agressiva estão ligados a insucesso em programas de intervenção e Listwan, Piquero e Van Voorhis (2010) encontraram que indivíduos adultos condenados por crimes de colarinho branco, classificados na tipologia neurótica, apresentam maior probabilidade de reincidência.

A classificação em perfis consiste em mais uma possibilidade de compreensão de aspectos de personalidade de indivíduos que cometem atos infracionais a partir da aplicação do IPJ.

3.3.b O IPJ como instrumento de medida da delinquência em estudos de diferentes variáveis

No conjunto de estudos que se apresenta a seguir, o IPJ foi utilizado como instrumento acessório à avaliação de outras variáveis por intermédio de outros instrumentos, de maneira que o inventário, na sua forma completa ou de maneira reduzida, figura em meio a uma bateria de instrumentos adotados no estudo. Em outras palavras, enquanto no primeiro conjunto de estudos os objetivos eram investigar características de personalidade de infratores

aferidas a partir do instrumento, nos que se seguem os objetivos eram investigar outros constructos como empatia, dimensões vocacionais ou habilidades sociais. Nesses, os IPJ é adotado como medida de “atitudes delinquentes” ou de propensão à delinquência (*delinquent attitudes, delinquency-proneness, delinquency tendencies* tal como citado nos estudos).

James e Johnson (1983), que investigavam atitudes em situações cooperativas, competitivas e individualistas, em adultos e adolescentes que cometeram atos infracionais, encontraram relações entre atitudes positivas frente a situações individualistas e alienação e atitudes criminais, medidas pelo IPJ. Walsh e Kurdek (1984) por sua vez, investigaram habilidades cognitivas relacionadas à amizade em meninos e meninas e obtiveram correlações significativas com a medida de associabilidade do IPJ nos meninos.

Lavery, Siegel, Cousins e Rubovits (1993) exploram a percepção e o envolvimento de adolescentes em situações de risco (*risk-taking*), investigando especialmente a relação entre características de personalidade, problemas de comportamento e envolvimento em situações de risco, como uso de drogas, fugas de casa, direção perigosa e outros comportamentos imprudentes. Os escores nas escalas de OV, DS, AM, Au do IPJ se relacionaram a comportamentos das categorias de risco Criminal, Drogas e Delitos Estatutários (como dirigir ou consumir bebida alcoólica sem ter a idade permitida para tal). A percepção de risco esteve negativamente relacionada aos escores nas escalas de Au, Al, OV, DS, AM e Ng, assim como a diagnósticos de Transtornos de Conduta. Por outro lado, o envolvimento em situações de risco relacionadas à saúde como, por exemplo, fazer sexo sem proteção, não se apresentou associada a características de personalidade indicativas de desadaptação social. Estes resultados sugerem que diferentes fatores, entre eles os de personalidade, podem estar presentes no envolvimento dos adolescentes em situações de risco, dependendo do tipo de situação (uso de drogas ou criminais, por exemplo), uma vez que adolescentes com atitudes e crenças desadaptativas podem apresentar falhas na percepção dos riscos das situações. Em outras palavras, os resultados dão suporte a uma perspectiva que compreende o envolvimento de adolescentes em situações de risco como relacionado a uma ampla gama de problemas situacionais e/ou pessoais.

Greening (1997) comparou as habilidades para resolução de problemas em dois grupos de adolescentes, sendo um composto por 11 adolescentes com histórico de roubos e 11 sem histórico de roubos. Um instrumento chamado *Means-Ends Problem Solving* (MEPS) foi utilizado para a avaliação das habilidades, que incluem a capacidade de desenvolver, passo a passo, um plano para a resolução de problemas sociais hipotéticos, a capacidade de propor

soluções alternativas para a resolução deste problema e a capacidade de reconhecimento de alternativas socialmente apropriadas. O IPJ foi aplicado nos dois grupos como medida de propensão à delinquência. Os adolescentes com histórico de roubo foram menos propensos a considerar a passagem do tempo para atingir um objetivo, portanto, menos hábeis na resolução de problemas. Foi encontrada uma relação entre o Índice de Associabilidade (IA) do IPJ e a construção de soluções alternativas passivas, o que indicaria que adolescentes com maior tendência a cometer delitos são menos capazes de propor soluções eficazes para a solução de problemas.

Robinson, Roberts, Strayer e Koopman (2007) avaliaram a empatia em adolescentes infratores e utilizaram o IPJ como medida de comportamentos e atitudes antissociais autorrevelados. Quando comparados com uma amostra de adolescentes da comunidade, os adolescentes que estavam em contato com o sistema de justiça demonstraram maior desconfiança, agressividade, raiva e conflitos com autoridade, correspondentes às escalas de AM, DS e AI. As análises apontaram correlações negativas entre empatia e comportamentos antissociais autorrevelados, sendo que os adolescentes infratores apresentaram menor frequência de respostas empáticas, considerando as respostas emocionais de pessoas como estímulos menos intensos.

Num outro conjunto de estudos verifica-se que o inventário não foi utilizado em sua forma completa, tendo-se selecionando apenas algumas escalas ou alguns itens do instrumento para a aplicação e as análises. Tal recorte objetiva acessar características bem específicas, como ansiedade e sensibilidade à rejeição e, por vezes, representa a escolha de uma medida mais condensada para atitudes ou comportamentos relacionados à delinquência.

Mezzacappa et al. (1997), por exemplo, buscaram investigar a relação entre o comportamento antissocial, ansiedade e a variação da frequência cardíaca em adolescentes do sexo masculino. A amostra foi composta de 175 indivíduos, acompanhados desde os seis anos de idade, quando foram referidos pelas professoras como perturbadores. A coleta de dados sobre ansiedade e comportamentos antissociais foi realizada ao longo do estudo, sendo que a medida de ansiedade foi feita pela escala de Ansiedade Social do IPJ, nas idades de 10, 11, 12 e 14 anos. Foram realizadas medições de frequência cardíaca e análises de sua variação em razão da regulação da pressão sanguínea e da respiração. O aumento do nível de ansiedade (escala AS) esteve relacionado à diminuição da frequência cardíaca, assim como o alto nível de comportamento antissocial esteve relacionado à redução da frequência cardíaca. O estudo atenta para a importância de se considerar a influência de estados fisiológicos na produção de

comportamentos ou na produção de maneiras de se relacionar com os outros, levando-os em consideração, inclusive no planejamento da intervenção.

Brendgen, Vitaro, Tremblay e Wanner (2002), por sua vez, buscaram avaliar a influência do comportamento de pais e de pares na produção de comportamentos violentos em jovens em dois contextos: na prática infracional e nos relacionamentos amorosos. 336 meninos foram avaliados aos 12, 16 e 17 anos, a partir da utilização de instrumentos que buscaram mensurar a agressividade dos garotos, a agressividade e rejeição de pares, violência interparental e contra a criança, atitude em relação à violência, sensibilidade à rejeição, além de comportamentos infracionais violentos e violência física nos relacionamentos amorosos. Seis itens dos 155 do IPJ foram utilizados como medida das atitudes em relação à violência, buscando acessar a expectativa do respondente em relação ao resultado e à eficácia do uso de violência física (por exemplo, “Às vezes, o único jeito de resolver alguma coisa é brigando”, “Uma pessoa como eu primeiro entra na briga e depois faz as perguntas” e “Ganhar uma briga é a melhor coisa que existe”). Outros oito itens do instrumento foram utilizados como medida da sensibilidade à rejeição, buscando capturar as expectativas de rejeição e os sentimentos de ansiedade sobre essa experiência (por exemplo, "Eu me preocupo com o que as outras pessoas pensam de mim", "Eu me preocupo pelo que as pessoas pensam de mim" e "Eu não me importo quando alguém mexe comigo ou se diverte as minhas custas"). Foram encontradas correlações entre comportamentos violentos nos relacionamentos amorosos e comportamentos infracionais violentos, indicando que a violência nos relacionamentos pode ser um indicador de um padrão de comportamento agressivo generalizado, que se expressa em vários contextos. Os autores propõem um modelo explicativo da relação entre este padrão de comportamento agressivo e a exposição a pares ou pais agressivos. Sinteticamente, a exposição a pais agressivos (na forma de vitimização na infância, pelo adolescente) e a pares agressivos e rejeitadores relacionam-se a uma atitude positiva face à violência nas relações interpessoais (acessada pelo IPJ), e ao desenvolvimento de uma alta sensibilidade à rejeição (medida pelos referidos itens do instrumento), o que incrementa o risco de violência subsequente nos dois contextos. O estudo demonstra a capacidade dos itens do IPJ para acessar aspectos como sentimento de rejeição e atitude positiva em relação à violência, esclarecendo sua relação com comportamentos infracionais.

Considerando que os maus-tratos infantis são um fator de risco para a delinquência, Grover e Mackenzie (2003) examinaram o impacto de maus-tratos ocorridos na infância nos níveis de ansiedade e depressão e na adaptação de jovens a instituições correcionais. O estudo

foi realizado em instituições correcionais tradicionais e em *boot camps*, avaliando 509 adolescentes. A avaliação da percepção do ambiente institucional, das experiências de maus-tratos e outros fatores de risco e do ajustamento psicológico foram realizadas a partir de uma escala com 266 itens elaborada com base em outros instrumentos de avaliação já existentes, incluindo o IPJ. Foram selecionados itens do inventário que remetem a aspectos de ansiedade e depressão para formar a medida de ajustamento psicológico (*psychological adjustment*). Os resultados demonstraram que jovens que haviam experienciado maus-tratos na infância apresentavam níveis mais significativos de ansiedade e depressão, medidos pelos itens do IPJ. Notou-se também que não houve diferença no nível de ajustamento psicológico nos jovens com relação à instituição na qual estavam internados (tradicional ou *boot camps*). Segundo os autores, os *boot camps* não seriam especialmente mais prejudiciais em termos dos efeitos sobre a ansiedade e a depressão em jovens que experienciaram maus-tratos na infância, em comparação aos centros de readaptação tradicionais. Contudo, destacam que a internação, qualquer que seja a modalidade institucional, concorre para possíveis danos psicológicos aos adolescentes, indicando a necessidade de haver intervenções diferenciadas no caso de jovens com história de maus-tratos na infância.

Caldwell, Beutler, Ross e Silver (2006) examinaram a relação entre supervisão parental, auto-estima e delinquência em adolescentes do sistema de justiça americano, de origem mexicana e americana. A partir da utilização do Índice de Associabilidade (IA) do IPJ, como medida de delinquência, os autores afirmam que, independente da etnia, foram encontradas correlações negativas entre a delinquência e a supervisão parental e correlações positivas entre a delinquência e a auto-estima.

Barker et al. (2010), por sua vez, buscaram testar o modelo que propõe a distinção, em termos de desenvolvimento, de dois padrões de agressividade: agressividade proativa, relacionada à delinquência, agressividade em geral e problemas de conduta violenta, e agressividade reativa, relacionada a problemas de internalização. Trata-se de um estudo prospectivo longitudinal baseado na identificação de trajetórias desenvolvimentais distintas (de agressividade proativa e de agressividade reativa) durante a adolescência, com dados obtidos a partir de uma intervenção preventiva de caráter experimental. Os autores consideraram como mais representativos de atitudes delinquentes ou de agressividade proativa cinco itens do IPJ (por exemplo: “Não é mau roubar se for de uma pessoa rica”, “Às vezes é bom enganar ou passar a perna em alguém”, “Ganhar uma briga é a maior satisfação que existe”). Os adolescentes foram avaliados ao longo do estudo, desde que tinham 12 anos

de idade. Os índices obtidos demonstraram correlação positiva entre os resultados no instrumento e os níveis de agressividade proativa e de agressividade reativa, e não somente com a agressividade proativa como os autores esperavam. Os resultados do estudo indicam que intervenções preventivas entre os sete e nove anos de idade podem impactar o desenvolvimento da agressividade reativa, mais do que a proativa.

E alguns outros estudos o IPJ é utilizado para a comparação de resultados obtidos com outros instrumentos, no sentido de aferir as características psicométricas dos mesmos, o que pode indicar que o IPJ é tido como “padrão ouro” na avaliação de personalidade na adolescência. No estudo de Friesen e Wright (1985), por exemplo, o IPJ foi utilizado como medida de comparação para a análise de validade preditiva do *Carlson Psychological Survey*, um instrumento de avaliação psicológica para jovens infratores. Foram obtidas correlações positivas entre as escalas de AS e Rt e as escalas do instrumento em estudo.

Já Liebman, Porcerelli e Abell (2005) avaliaram a confiabilidade e a validade de cinco variáveis de agressividade do Rorschach em uma amostra de adolescentes com envolvimento infracional. A escala Agressividade Manifesta (AM) do IPJ foi utilizada como medida de tendências agressivas interpessoais. Duas variáveis de agressividade do Rorschach apresentaram correlações significativas com a escala do IPJ.

3.3.c Estudos com o IPJ em contextos de programa de tratamento/acompanhamento para adolescentes infratores

A utilização do IPJ no contexto de programas de intervenção aparece nas publicações, a partir de 1969, sendo esse, em geral, destinado a avaliar a eficácia dos mesmos. Além de comparações entre os índices obtidos no IPJ antes e depois da realização de intervenções e/ou da participação de adolescentes em determinados programas, os autores também indicam a utilização do inventário no momento da triagem, a fim de delinear os objetivos e o manejo das intervenções.

No estudo conduzido por Kelly e Baer (1969), seis escalas do instrumento indicaram melhoras em adolescentes infratores após uma intervenção com enfoque no desenvolvimento de atitudes pró-sociais e avaliação de sentimentos. Kahn e McFarland (1973) também fazem referência à utilização do instrumento em um programa institucional para infratores, no qual foram encontrados maiores níveis de autocontrole e responsabilidade e, inesperadamente, de ansiedade, após a intervenção. Carpenter e Sandberg (1985) observaram melhoras no IA após

a participação de adolescentes em um programa de intervenção que combinou psicodrama e técnicas cognitivo-comportamentais.

Um conjunto de estudos realizados com amostras femininas também ilustra a aplicabilidade do instrumento em contextos de intervenção para meninas. Em 1984, Munson e La Paille (1984) compararam um grupo de 15 adolescentes que completaram o tratamento para adolescentes com problemas de comportamento e 15 que não completaram o programa. Foram observadas diferenças em sete das onze escalas do IPJ (DS, OV, Au, Al, AM, Ng e IA), indicando que as meninas que não completaram o tratamento estavam mais propensas a experimentar conflitos interpessoais, apresentariam maior desconfiança, distorção da realidade e estariam mais propensas a manifestar comportamentos antissociais. Já em 1986, Munson e Revers (1986) observaram diferenças nas escalas de OV, Im, Al, AM e Rt nas análises comparativas entre meninas que frequentaram um programa correccional e meninas que não frequentaram. Já Condry (1987) descreve um programa de tratamento para meninas, em que o IPJ é utilizado na avaliação inicial, para determinar a intensidade e a direção da intervenção, de acordo com o resultado obtido no instrumento.

O estudo de Roberts e Schmitz (1990) reforça a pertinência da utilização de medidas de personalidade na avaliação da efetividade de tratamentos. Os autores analisaram o efeito de um tratamento com enfoque cognitivo comportamental para adolescentes diagnosticados com Transtornos de Conduta, a partir da aplicação do MMPI e do IPJ. Os inventários foram administrados no início e ao final do tratamento, em 50 adolescentes, sendo 20 meninas e 30 meninos. Os resultados indicaram que houve decréscimo significativo nas escalas de DS para meninas, Au para meninos e nas escalas de OV, Al, AM, Rt e Ng para ambos os sexos. Embora as mudanças nas escalas não possam ser conclusivamente relacionadas à participação no programa, tendo em vista que não foi utilizado um grupo controle, os autores relacionam as melhorias nas escalas do IPJ a melhorias nos tratamentos com enfoque cognitivo comportamental já relatados na literatura.

Brochu et al. (2006), em seu turno, examinaram quais variáveis poderiam prever a perseverança e o impacto do tratamento, em adolescentes, em um centro de reabilitação para usuários de álcool e outras drogas. O IPJ foi um dos instrumentos utilizados no estudo, como medida de gravidade da delinquência, tendo sido aplicado junto a 124 participantes, que haviam estado, em média, 137 dias em tratamento. Variáveis relacionadas à “pressão judicial” (estar em julgamento, acusações, aguardando sentença), experienciada anteriormente à

entrada no sistema de justiça, tiveram mais relação com a perseverança no tratamento do que as variáveis de personalidade medidas pelo IPJ.

Tratando especificamente de adultos, o IPJ foi utilizado como medida de mudança em termos de atitudes e comportamentos convencionais, na testagem de dois modelos de instituições correcionais para adultos, uma prisional e uma do tipo campo de treinamento (*boot camps*) (Mackenzie, Bierie & Mitchell, 2007). Enquanto os adultos que frequentaram o campo de treinamento não apresentam mudanças em termos de atitudes antissociais (medidas pelo IPJ), os que estiveram na prisão apresentaram mais atitudes antissociais (medidas pelo IPJ), menor controle da raiva, menor autocontrole e reportaram maior tendência a cometer novos crimes.

O Jesness Behavior Checklist (JBC), uma versão derivada do IPJ, também é referido em publicações sobre a avaliação de mudanças comportamentais em adolescentes, em contextos de intervenção. O JBC é composto por 30 itens que descrevem comportamentos, que podem ser classificados em termos de frequência, por um observador ou pelo próprio adolescente. Os comportamentos são agrupados em 14 escalas derivadas de análises fatoriais (por exemplo, simpatia versus hostilidade, controle da raiva versus hiperssensibilidade). O instrumento é indicado para a avaliação de mudanças comportamentais em adolescentes, na avaliação de programas de intervenção e também pode ser útil na negociação de objetivos a serem alcançados pelos adolescentes no quadro de tratamento/acompanhamento (Jesness, 1975).

No primeiro estudo que cita o JBC, Jesness (1975) relata o projeto de pesquisa intitulado *Youth Center Research Project* que, em quatro anos, desenvolveu e analisou dois programas de intervenção com adolescentes infratores, o *Karl Holton School* e o *O. H. Close School*. Os dois programas apresentaram ênfases diferentes em termos de orientação e desenvolvimento de estratégias, sendo o *Holton School* de inspiração comportamental e o *Close School* baseado em princípios psicodinâmicos. 904 adolescentes, com idade entre 15 e 17 anos, participaram dos programas de tratamento, durante 18 meses. Os adolescentes foram avaliados em termos de suas aquisições comportamentais por meio do JBC, no tocante a mudanças de personalidade por meio do IPJ, e em relação a aquisições cognitivas e nível de desenvolvimento egóico por meio de instrumentos específicos. A qualidade da relação entre a equipe e os adolescentes e a reincidência também foram avaliadas e os adolescentes foram classificados de acordo com os perfis do Nível de Maturidade Interpessoal. Os dois programas não se diferenciaram em termos de índice de reincidência e de aquisições cognitivas. O

programa psicodinâmico, entretanto, foi mais bem sucedido com os indivíduos de maturidade média e o comportamental com os indivíduos de maior maturidade. O programa com ênfase psicodinâmica apresentou melhores resultados em termos de produção de relação entre equipe e cliente (*positive regard*), nas escalas DS, OV, AI, RT, AS e IA do IPJ e na escala de Insight do JBC. Já o programa com ênfase comportamental apresentou mais sucesso com os indivíduos I-2 passivo e I-3 conformista nas escalas do IPJ e melhores índices nas escalas de Independência, Calma e Comunicação do JBC. O autor enfatiza que, apesar de terem apresentado alguns problemas, ambos os programas obtiveram sucessos, como melhoras comportamentais, menor ansiedade, agressividade e retraimento e maior confiança e otimismo nos indivíduos ao deixar o programa. Outro achado importante diz respeito à qualidade da relação equipe-adolescente, evidenciando que mudanças positivas nos adolescentes ocorrem especialmente em contextos em que existe um bom relacionamento entre os educadores e os participantes do programa. O trabalho sugere que esforços no sentido de integrar as duas abordagens são válidos, na medida em que podem potencializar os resultados.

Diversos estudos também utilizam o JBC na avaliação de mudanças comportamentais em adolescentes e crianças que frequentaram diferentes tipos de programas. Weathers e Liberman (1975), por exemplo, não encontraram mudanças em termos da avaliação realizada pelo JBC em um programa de tratamento comportamental intensivo e breve. Já Piercy e Lee (1976) obtiveram resultados que indicam melhoras em termos comportamentais em adolescentes que frequentaram um programa que combinou aconselhamento e supervisão probatória, em relação a jovens que participaram de programas somente de supervisão ou que não participaram de programas.

Stevens e Long (1982) avaliaram a eficácia de um programa de treinamento de habilidades sociais para crianças pré-escolares e incluíram o JBC entre as medidas de generalização de habilidades. Milford, Fryrear e Swank (1983) encontraram melhoras nos índices do instrumento em adolescentes com problemas comportamentais que participaram de uma intervenção de terapia ocupacional específica, que os autores denominaram como “fototerápica”, baseada em atividades como tirar fotos, montar álbuns ou fazer colagens. Lochman, Bennett, Simmers e Anderson (1986) utilizaram o JBC como medida de autorreferência na análise de concordância entre membros da equipe, trabalhadores da comunidade e os adolescentes sobre o comportamento agressivo dos mesmos no contexto de intervenção.

No trabalho de Massey e Murphy (1991), o JBC é utilizado como medida de referência para a testagem do instrumento *Child Behavior Checklist* (CBCL) para crianças que frequentam tratamento residencial. A utilidade do instrumento como medida de autopercepção de mudança de comportamento (versão autorrespondida), após a participação em programas é destaque nos estudos de Shivrattan (1988), que utilizou o instrumento como medida de avaliação de um programa de habilidades sociais interacionais e no de Giacobbe e Traynelis-Yurek (1992), que buscou avaliar os de um programa baseado em intervenções grupais. Já em 1996, Wiederanders e Choate (1996) utilizam o instrumento na avaliação de indivíduos em tratamento comunitário e enfatizam sua utilidade como medida de progressos no tratamento e predição de reincidência.

Os achados convergem no sentido de produzir evidências relativas à capacidade do instrumento para aferir mudanças após a intervenção, especialmente de base cognitivo-comportamental. Do mesmo modo, fica evidente que, embora tenha sido especialmente desenvolvido para adolescentes, o IPJ se aplica também a crianças e adultos. Os autores salientam que uma triagem em termos de personalidade no início do tratamento, indicando quais indivíduos tenderiam a responder melhor à intervenção proposta, também pode contribuir para o direcionamento da intervenção e fortalecer o programa no qual a intervenção se insere. Nesse contexto, o Jesness Behavior Checklist (o JBC) se destaca como uma medida operacional de resultados, de acordo com a percepção do próprio adolescente.

3.3.d Estudos com o IPJ e a população feminina

Embora tenha sido desenvolvido, inicialmente, para a população masculina, a pertinência da aplicação do inventário à população feminina tem sido objeto de investimentos de diversos autores, desde a sua criação. Os estudos iniciais de validação e de normatização já incluíram amostras femininas, e a versão revisada do instrumento também é adaptada para a aplicação em meninas e mulheres adultas (Jesness, 2003).

Nesse sentido, em termos históricos, a aplicação do IPJ em meninas infratoras, algumas pertencentes a gangs e algumas não pertencentes a grupos criminalizados, já havia sido experimentada em 1976, por Thompson e Lozes, o que permitiu constatar que aquelas que pertencentes gangs eram diferentes em termos de características de personalidade. Meninas de gangs apresentaram uma maior disposição geral para resolver problemas de maneiras desrespeitosa aos costumes e regras sociais, além de mais desconfiança e maior tendência a reações impulsivas.

Singh, em seu turno, realizou dois estudos com amostras femininas. Em 1980, os resultados apontaram maiores índices nas escalas do instrumento para meninas ociosas em comparação com meninas não ociosas, indicando que características como impulsividade, falta de socialização e desajustamento comportamental em geral eram mais comuns em meninas ociosas (Singh, 1980). Já em 1984, comparações entre meninas indianas com comportamento de fuga e meninas sem tais comportamentos demonstraram a relação entre altos índices nas escalas de OV, AM e DS e os comportamentos de fugas (Singh, 1984).

Num estudo em 1982, Levant e Slattery já haviam indicado a aplicação a mulheres adultas. Martin e Fischer (1983) analisaram diferenças de gêneros no IPJ, respondidos por adolescentes divididos em três grupos, sendo um de adolescentes convencionais, um de adolescentes advertidos por infrações, porém sem condenações, e um condenado por infrações. Foram encontradas diferenças entre meninos e meninas na escala de IA, de modo que os autores enfatizam a necessidade de normas femininas. Em outro estudo de comparação entre gêneros, Walsh e Kurdek (1984) não encontraram relações entre habilidades cognitivas relacionadas à amizade e a associabilidade medida pelo inventário.

Em contextos de programas de intervenção para meninas, autores tem indicado a utilização do instrumento na triagem, para direcionamento da intervenção (Condry, 1987), e como preditor de sucesso ou de insucesso em tratamentos. As escalas de AM, AI e OV são referidas nesses estudos como as que oferecem informações mais relevantes associadas à permanência, finalização e cumprimento dos objetivos de tratamentos (Munson & La Paille, 1984; Munson & Revers, 1986 e Peer, 1976). Munson e Gibson (1986) também realizaram uma comparação entre observações clínicas e a utilização do IPJ na avaliação da desadaptação social de meninas infratoras, em um programa de intervenção. Os resultados indicaram a necessidade da utilização do instrumento, na medida em que as avaliações de natureza clínica mostraram-se insatisfatórias. Roberts, Schmitz, Pinto e Cain (1990), por sua vez, encontraram um significativo decréscimo da escala de DS em meninas após a participação em um programa de intervenção.

Gidycz e Koss (1989) investigaram características de meninas da população em geral, buscando encontrar fatores associados à vivência de abuso sexual na infância. O IPJ foi um dos instrumentos aplicados durante o estudo, sendo que os resultados do Índice de Associabilidade (IA) não discriminaram o grupo que relatou vivências de abuso sexual e o sem histórico de abuso, o que pode demonstrar a ausência ou fraqueza de relação entre vivências de abuso sexual e comportamento infracional.

Allen et al. (2003) buscaram aferir diferenças em termos de personalidade entre 45 meninas que haviam cometido delitos violentos (contra pessoa) e 49 meninas que haviam cometido delitos não violentos (contra propriedade). Ao contrário do que hipotetizaram os autores, as meninas não violentas pontuaram mais alto nas escalas de DS, OV, AM, Au e Al. Os autores relacionam os achados à literatura que aponta que mulheres tendem a cometer delitos sobre forte influência emocional e contra pessoas próximas, indicando um padrão de comportamento explosivo e agressivo. Além disso, os baixos índices nas escalas podem estar relacionados a sintomas depressivos, que podem inibir a manifestação da violência. O conjunto destes dados pode significar, segundo Allen et al. (2003), que, no caso das meninas, os comportamentos violentos podem ser precipitados mais propriamente por fatores externos do que por características internas, relacionadas à “personalidade”.

Capítulo 4

4.1. Adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica: diretrizes nacionais e internacionais

A adaptação de instrumentos de avaliação psicológica a diferentes países, culturas ou linguagens é prática cada vez mais frequente, especialmente em razão do crescimento de pesquisas de natureza inter-culturais ou multi-nacionalidades. Ademais, pesquisadores tem se atentado para o fato de que dentro de um mesmo país há diferenças culturais entre a população (imigrantes, por exemplo) que, se desconsideradas, podem representar importantes vieses metodológicos nos estudos implementados (Guillemin, 1993 citado por Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2002).

Além deste crescente interesse em pesquisas inter-culturais é possível elencar diversas vantagens da adaptação de instrumentos em detrimento da construção de novos instrumentos de avaliação psicológica, o que torna este procedimento ainda mais comum. Entre as vantagens da adaptação estão as possibilidades de comparações transculturais, os menores gastos financeiros e de tempo, os alcances em termos de equidade dos métodos de avaliação e de comparação entre escores e as facilidades relacionadas à fundamentação teórica do instrumento (Hambleton, 2005). No Brasil, a maioria dos instrumentos de avaliação psicológica é oriunda de outras culturas (Cassepp-Borges, Balbinotti & Teodoro, 2010). A inexistência de instrumentos de avaliação destinados a medir o constructo desejado, a economia de recursos e as possibilidades de comparação com outras culturas estão entre os principais razões para a adaptação de instrumentos em estudos brasileiros (Manzi-Oliveira, Balarini, Marques & Pasian, 2011).

Nesse panorama, é fundamental que seja feita a distinção entre o processo de adaptação transcultural de um instrumento e a tradução de um instrumento. De acordo com Hambleton (2005), a adaptação transcultural inclui todas as atividades que envolvem a verificação de quanto o instrumento é capaz de medir o mesmo construto em um idioma e cultura diferente daquela em que foi originalmente construído. Deste modo, o processo de adaptação deve incluir não somente a tradução literal dos itens, mas também todas as etapas de verificação da aplicabilidade do instrumento como um todo àquele contexto sociocultural.

A adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica pode ser compreendida, portanto, como um conjunto de procedimentos realizados para que um instrumento seja utilizado em um contexto diferente do qual foi originalmente concebido.

Esforços para promover práticas mais adequadas nos procedimentos de adaptação deram origem a importantes diretrizes de utilização e comercialização de instrumentos de avaliação psicológica. O documento elaborado pela *International Test Commission* (ITC), Diretrizes para o uso de testes (ITC, 2003), busca conciliar práticas internacionais no tocante à utilização ética, adequada e profissional dos instrumentos de avaliação psicológica. Ao longo de todo o documento, é enfatizada a necessidade de se considerar a aplicabilidade do instrumento de avaliação ao grupo ou população avaliado, bem como as evidências de validade e fidedignidade, a pertinência da avaliação do construto e a adequação da linguagem dos itens e do aplicador à população alvo.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) também empreendeu esforços no sentido de definir critérios de adaptação de instrumentos de avaliação psicológica para a realidade brasileira. Neste sentido, considera-se que a fundamentação teórica e as propriedades psicométricas estejam coerentes com parâmetros internacionais de qualidade (Anache & Reppold, 2010). A Resolução CFP 02/2003 determina que aos instrumentos estrangeiros traduzidos para o português se aplicam os mesmos requisitos mínimos e obrigatórios estabelecidos para aqueles construídos no Brasil. Tais requisitos incluem:

Art. 4º - I - apresentação da fundamentação teórica do instrumento, com especial ênfase na definição do construto, sendo o instrumento descrito em seu aspecto constitutivo e operacional, incluindo a definição dos seus possíveis propósitos e os contextos principais para os quais ele foi desenvolvido; II - apresentação de evidências empíricas de validade e precisão das interpretações propostas para os escores do teste, justificando os procedimentos específicos adotados na investigação; III - apresentação de dados empíricos sobre as propriedades psicométricas dos itens do instrumento; IV - apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado. (CFP, 2003).

Ademais, a resolução especifica que os instrumentos estrangeiros devem ser submetidos a estudos de validade, precisão e normatização com amostras brasileiras. Tais

orientações são consideradas critérios na avaliação dos instrumentos encaminhados ao Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi), que também exige que os procedimentos de adaptação sejam descritos adequadamente, visando evitar erros graves na utilização dos testes, decorrentes de problemas no procedimento de adaptação (Nunes & Primi, 2010).

Deste modo, a adaptação transcultural de um instrumento de avaliação deve incluir procedimentos de tradução, verificação das propriedades psicométricas à população estudada (evidências de validade e de fidedignidade) e estabelecimento de normas de comparação para a população. Anteriormente ao início dos procedimentos, cuidados éticos são fundamentais. Entre eles estão a solicitação de autorização formal, junto ao autor do instrumento, para a utilização, a garantia de sigilo das informações aos participantes do processo, além da autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética e a assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Cassep-Borges et al., 2010).

4.2. Tradução

Considerados os procedimentos éticos, o primeiro passo da adaptação é a tradução. Ao contrário da tradução tradicional, em que apenas uma pessoa bilíngue realiza a tradução do idioma original para o idioma alvo, a técnica chamada de tradução reversa é realizada em duas etapas: 1) a realização de uma ou mais traduções independentes do instrumento original para o idioma do estudo; 2) retrotradução da versão traduzida para o idioma original, por bilíngues que não participaram da primeira etapa (Cassep-Borges et al., 2010). Há recomendações de que sejam feitas mais de uma tradução e mais de uma retrotradução, sempre de maneira independente, ou seja, que os tradutores participando das etapas sejam diferentes.

A etapa posterior à tradução é a consolidação das traduções, produzindo uma versão preliminar do instrumento. Um comitê deve avaliar item por item retrotraduzido, comparando-o com o original em termos de significado e de fidelidade ao idioma traduzido e chegar à versão preliminar. Embora não existam regras para a composição deste comitê, a recomendação é de que se evite que todos os participantes sejam pesquisadores da área e que

o autor participe da avaliação, assegurando uma adequada representação do constructo e menores vieses lingüísticos (Cassep-Borges et al., 2010).

Beaton et al. (2002) produziram, com base em uma revisão da literatura das áreas médica, social e psicológica, um guia para a adaptação transcultural de instrumentos na área da saúde, na tentativa de maximizar as equivalências semântica, idiomática, experimental e conceitual entre os instrumentos originais e os adaptados. Os autores sugerem que na primeira etapa (tradução do original para língua alvo) participem tradutores cuja língua materna seja compatível ao idioma alvo e com diferentes formações e experiência profissional. Um dos tradutores poderia ter mais experiência e conhecimento na área técnica e outro na área acadêmica, por exemplo, desde que relacionada ao constructo avaliado pelo instrumento. Após esta etapa, os tradutores e um profissional imparcial deveriam produzir uma versão síntese, que seria destinada à retrotradução. Na etapa de retrotradução, o autor indica a participação de tradutores cuja língua materna seja compatível ao idioma original do instrumento, bilíngues, totalmente cegos em relação à versão original do instrumento e sem formação ou experiência relacionadas aos conceitos, evitando vieses na obtenção do questionário traduzido. Ao final, um comitê de especialistas (tradutores de todas as etapas, profissional formado na área relacionada ao constructo, profissional de metodologia e um lingüista, além de contatos com o autor original do instrumento) deveria checar discrepâncias e chegar a uma versão preliminar de consenso do instrumento, incluindo os itens e as instruções de aplicação e de correção.

Após a produção da versão preliminar, são recomendados procedimentos de testagem que buscam investigar a clareza e representatividade dos itens e a aplicabilidade à população para qual é destinado. Fundamentalmente, devem ser produzidas evidências da acurácia do processo de adaptação dos itens e da equivalência da versão adaptada em relação à original (Hambleton, 2005). Cassep-Borges et al. (2010) propõem que seja realizada uma validação de conteúdo, com a colaboração de três a cinco juízes-avaliadores cuja concordância é aferida pelo Coeficiente de Validade de Conteúdo (Hernández-Nieto, 2002 citado por Cassep-Borges et al., 2010). Beaton et al. (2002) sugerem uma testagem piloto do instrumento, com 30 a 40 participantes, que devem ser inquiridos sobre o que acham que significam os itens e suas respostas. Hambleton (2001) propõe diferentes procedimentos de testagem, incluindo a aplicação de ambas as versões (original e do idioma alvo) em bilíngues, e ainda recomenda que procedimentos estatísticos sejam utilizados para analisar a equivalência dos itens entre as populações.

Embora haja variações, é possível afirmar que, segundo as diretrizes internacionais e nacionais, o processo de tradução inclui procedimentos de tradução, retrotradução e verificação da adequação semântica dos itens. É sempre reforçada a importância da qualificação dos profissionais, embora haja diretrizes diferentes no tocante a tal qualificação. Além de bilíngues, há recomendações para que os tradutores tenham experiência em ambas as culturas, com os conteúdos do instrumento e com os princípios da construção de instrumentos, especialmente a construção dos itens. A seleção de tradutores apropriados é um importante aspecto do processo de adaptação, talvez o mais crucial, já que esse fator pode afetar a validade e a fidedignidade do teste adaptado (Hambleton, 2005). Ademais, idealmente, a opinião e o ponto de vista dos tradutores deve ser considerada durante todo o processo de adaptação. Não se deve perder de vista, no entanto, ao longo de todo o processo de tradução, que os itens devem ser de fácil compreensão para a população a qual se destina o instrumento (Gunther, 1999 citado por Cassepp-Borges et al., 2010).

4.3. Evidências de validade

Os processos de validação de um instrumento envolvem a reunião de evidências que corroboram as inferências e as interpretações pretendidas para o uso do instrumento. Ou seja, mais do que a demonstração de que o instrumento mede aquilo que se propõe a medir, a validade deve ser aferida em relação a um uso específico (Urbina, 2007). A validade está relacionada, portanto, aos escores e às inferências realizadas a partir de suas interpretações, e não diz respeito a uma qualidade do instrumento em si (Messick, 1995).

O conceito de validade não é unitário, de modo que há diferentes processos de validação que permitem demonstrar aspectos da validade, e não diferentes tipos de validade. Os processos de aferição da validade estão principalmente relacionados ao tipo de evidência buscada a partir do constructo medido pelo instrumento (Urbina, 2007).

De acordo com os *Standards for educational and psychological testing* (1999), as evidências de validade podem ser agrupadas em evidências de validade baseadas no conteúdo, evidências de validade baseadas em variáveis externas, evidências de validade baseadas na estrutura interna e evidências de validade baseadas no processo de respostas (American

Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education [AERA, APA, NCME], 1991)

As evidências de validade baseadas no conteúdo buscam levantar informações sobre a representatividade dos itens do instrumento, ou seja, se eles consistem em amostras abrangentes do domínio ou constructo avaliado. Reúnem também dados sobre métodos de verificação de equivalência entre os itens de instrumentos traduzidos (Anache & Reppold, 2010; Nunes & Primi, 2010).

As evidências baseadas em variáveis externas referem-se a dados de correlação entre os escores do instrumento e outras variáveis externas. As variáveis externas podem ser as avaliadas por instrumentos que medem o mesmo constructo ou um constructo relacionado (validade convergente) ou que medem constructos diferentes (validade discriminante). Também pode ser utilizado como variável externa um critério que representa um indicador relevante e associado ao constructo avaliado (por exemplo, histórico de delitos oficiais no caso da avaliação de adolescentes em conflito com a Lei). Quando a aplicação do instrumento e a verificação do critério são realizadas simultaneamente ou em momentos muito próximos, o estudo da validade é concorrente. No caso de a administração do instrumento e a verificação do critério ser realizada posteriormente, o estudo da validade é preditivo (Primi & Nunes, 2010).

As evidências de validade baseadas na estrutura interna reúnem dados sobre a estrutura da correlação entre itens, investigada principalmente por análises fatoriais e estudos de Funcionamento Diferencial do Item. O parâmetro de precisão Consistência Interna indica o grau de coerência dos itens entre si na representação da dimensão psicológica, podendo ser também considerado uma evidência de validade baseada na estrutura interna (Anache & Reppold, 2010; Primi & Nunes, 2010).

Por sua vez, as evidências de validade baseadas no processo de resposta tratam-se da adequação do instrumento no que diz respeito aos processos mentais envolvidos na realização das tarefas propostas pelo instrumento (Anache & Reppold, 2010). Primi e Nunes (2010) salientam que estudos têm se dedicado à formulação de modelos explicativos sobre a maneira como os itens são processados pelos respondentes, em razão de suas características e de demandas relacionadas aos processos cognitivos ou emocionais.

Um quarto tipo de evidências de validade, as baseadas nas consequências da testagem, também é considerado na avaliação de instrumentos no Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi), do CFP (Nunes & Primi, 2010). São examinadas as consequências

sociais do uso do instrumento, sejam elas intencionais e não intencionais, a curto e longo prazo, especialmente aquelas associadas a vieses na pontuação e na interpretação. Especialmente, deve-se avaliar se erros ou vieses do instrumento podem trazer impactos negativos para a vida dos indivíduos (Messick, 1995). Essa avaliação de validade busca, essencialmente, verificar se a utilização do instrumento surte os efeitos desejados, de acordo com intenções pretendidas para o mesmo (Nunes & Primi, 2010).

A validade constitui uma consideração fundamental no desenvolvimento e análise de um instrumento de avaliação, sendo de responsabilidade de quem constrói o instrumento, o adapta para outra cultura e também daquele que o utiliza. É por meio dela que são obtidas as evidências e a fundamentação necessárias para o uso pretendido (AERA, APA & NCME, 1999).

4.4. Fidedignidade

Outro aspecto que deve ser investigado durante os procedimentos de adaptação transcultural de instrumentos é a precisão ou fidedignidade. A fidedignidade diz respeito à capacidade do instrumento de medir sem erros aquilo que se propõe (Anastasi & Urbina, 2000). Ou seja, a fidedignidade sugere o grau de confiança nos escores, o quanto são consistentes e não estão relacionados a erros de mensuração (Urbina, 2007). A aferição deste aspecto dos processos de adaptação dos instrumentos é relevante na medida em que esta propriedade psicométrica diz respeito aos escores obtidos por meio do instrumento, sendo suscetível a mudanças de contexto e de populações testados (AERA, APA & NCME, 1999).

A fidedignidade pode ser aferida em termos de estabilidade no tempo e de consistência interna (Fachel & Camey, 2003), além de serem empregados diferentes delineamentos para estimá-la. Entre eles, a estabilidade teste-reteste, a consistência interna, a equivalência de formas paralelas e a precisão entre avaliadores (Nunes & Primi, 2010).

A estabilidade teste-reteste diz respeito à semelhança entre os resultados do instrumento quando aplicados em momentos distintos, indicando o grau da possível generalização dos resultados, ao longo do tempo. A consistência interna, por sua vez, avalia a homogeneidade dos itens e a correlação entre eles. O Alpha de Cronbach, o coeficiente de Kuder-Richardson e a correlação entre duas metades são cálculos que estimam a consistência

interna. A equivalência de formas paralelas implica na aplicação de conjuntos de itens diferentes na mesma amostra, simultaneamente ou de forma alternada, obtendo-se a correlação entre os resultados obtidos nos conjuntos de itens testados. Já a precisão entre avaliadores é estimada pela avaliação de um conjunto de protocolos do instrumento por dois ou mais profissionais diferentes. Este procedimento não tem foco nas respostas dadas, mas sim no sistema de classificação, pontuação ou categorização dado pelos profissionais (Nunes & Primi, 2010).

4.5. Normatização

O uso de normas de outras populações contradiz padrões determinados no *Standards for Educational and Psychological Testing*, o qual determina o uso frequente de normas que claramente descrevem a população para qual o instrumento está sendo aplicado (Geisinger, 1994). É a normatização que permite a uniformidade na interpretação dos escores, sendo importante considerar que qualquer norma é restrita à população da qual foi derivada, a partir de critérios considerados na determinação da amostra, o que significa que as normas não são absolutas, universais ou permanentes (Pasquali, 2001). Deste modo, o estabelecimento das normas de comparação para a população para a qual o instrumento está sendo adaptado é fundamental no processo de adaptação transcultural.

É importante ressaltar que a construção de normas é reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia como quesito mínimo e obrigatório para a adequação do uso de instrumentos e que o órgão recomenda a revisão das mesmas a cada 15 anos (CFP, 2004). Também é considerada a representatividade da amostra em relação à população alvo, sendo cruciais o tamanho da amostra e os cuidados em relação à seleção dos participantes em termos de variáveis que podem influenciar nos resultados do instrumento. Estes cuidados são importantes na medida em que as normas oferecem referenciais de comparação de desempenho, permitindo a avaliação correta do respondente em relação à população geral (Pasquali, 2003).

A prática da adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica no Brasil ainda é realizada de maneira diversificada, de maneira que nem sempre são considerados todos os procedimentos apontados pelas diretrizes nacionais e internacionais

(Manzi-Oliveira et al., 2011). Neste sentido, ainda que todas as recomendações ou etapas em relação aos procedimentos não possam ser seguidas - considerando as dificuldades que podem estar envolvidas ao longo de todo o processo - é fundamental empreender esforços para que a adaptação de instrumentos seja realizada de maneira sistemática e adequada. A forma como é realizada a adaptação pode ser considerada o primeiro passo para que um instrumento seja utilizado de maneira ética e coerente, produzindo avaliações de qualidade. Os esforços internacionais e nacionais no sentido de criar diretrizes para a adaptação e para procurar colocá-las em prática demonstram a corrente preocupação neste sentido, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da avaliação psicológica no campo técnico e científico da psicologia.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Considerando que o fenômeno da “delinquência juvenil” tem grande importância social e também acadêmica, todo investimento científico e técnico que se fizer no sentido de se dispor de meios sistemáticos – no plano teórico e prático – que auxiliem na sua compreensão e também ao seu devido enfrentamento é justificável. Explanou-se sobre as características peculiares desse fenômeno, no que se refere especificamente ao desenvolvimento da conduta delituosa, sua gravidade e a necessidade de práticas de intervenção específicas e de resultado, destacando a necessidade de utilização de instrumentos de avaliação específicos nesse campo.

Nesse sentido, o IPJ é compatível à perspectiva desenvolvimental e multidimensional do problema, que observa o caráter complexo desse fenômeno e o papel que o desenvolvimento da personalidade pode desempenhar na produção e manutenção da conduta delituosa. Reitera-se que diversos estudos têm demonstrado que o IPJ é útil na mensuração do engajamento do adolescente em uma atitude que favorece a conduta delituosa e da intensidade de sua disfuncionalidade psicossocial, sendo também capaz de fornecer um diagnóstico que permite uma compreensão da realidade subjetiva dos infratores, por meio do esclarecimento de aspectos que operam e subjazem o comportamento infracional. Ele indica recursos e carências interpessoais e intrapessoais. Além disso, é um instrumento de fácil aplicação, constituído por itens que são bem compreendidos pelos adolescentes, sendo, portanto, muito adequado às expectativas e demandas desse campo específico. Devido a essas qualidades, tem sido utilizado, clinicamente, em alguns países, no âmbito de programas de intervenção/acompanhamento de adolescentes infratores, por fornecer subsídios para uma intervenção individualizada e também para a avaliação de mudanças ocorridas nos adolescentes infratores, durante os processos de intervenção (auxiliando, portanto, na avaliação do próprio programa de intervenção).

Em se pensando no exercício da profissão de psicólogo no Brasil, especificamente no campo da Justiça Juvenil, a escassez de instrumentos específicos confiáveis, adaptados à realidade brasileira, que auxiliem na avaliação dos adolescentes que cometem atos infracionais, representa um grande problema técnico e ético. Ademais, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003) defende a necessidade de se aperfeiçoar os procedimentos técnicos e

instrumentos, objetivando a garantia de serviços de qualidade para a população que utiliza os serviços da avaliação psicológica.

Dentro disso, os critérios para a adaptação de instrumentos de avaliação psicológica, considerando os padrões internacionais de qualidade, incluem, além dos estudos de precisão, validade e normatização, uma ampla revisão da literatura que sustente a utilidade do instrumento à tarefa a que ele se propõe (Anache & Reppold, 2010).

Os resultados obtidos com estudos já realizados com o IPJ, no Brasil, corroboram as qualidades do mesmo, evidenciadas em estudos internacionais. De qualquer modo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003) recomenda a revisão periódica das condições técnicas dos instrumentos¹², o que compreende a consolidação da fundamentação teórica de base e a apresentação de evidências empíricas de suas características psicométricas para a população para qual será utilizado. Embora estudos de adaptação do instrumento para o contexto brasileiro tenham sido realizados desde a década de 80, um novo estudo se justifica na medida em que uma versão revisada do instrumento foi proposta no âmbito internacional (Jesness, 2003) e que o último estudo de normatização para a população brasileira foi realizado há mais de 25 anos (Estevão & Bichuette, 1985b). Um novo estudo de normatização, além de fornecer melhores parâmetros para a interpretação dos dados obtidos nas aplicações com a população de adolescentes em conflito com a Lei, também se faz útil em termos da continuidade da verificação da aplicabilidade do instrumento à população de adolescentes brasileiros.

¹² A Resolução do CFP nº 006/2004 determina que “*Os dados empíricos das propriedades de um teste psicológico devem ser revisados periodicamente, não podendo o intervalo entre um estudo e outro ultrapassar: 15 (quinze) anos, para os dados referentes à padronização, e 20 (vinte) anos, para os dados referentes a validade e precisão*”.

Objetivo Geral

Realizar a adaptação transcultural da versão revisada do Inventário de Personalidade de Jesness – IPJ (Jesness, 2003), para adolescentes brasileiros do sexo masculino, com idade entre 14 e 18 anos.

Objetivos Específicos

- Produzir uma versão em português revisada do IPJ;
- Apresentar os escores padrão normalizados (escore T) de cada escala para uma amostra de adolescentes;
- Apresentar os escores padrão normalizados (escore T) de cada escala e para cada faixa etária dos adolescentes (14, 15, 16, 17 e 18 anos);
- Analisar a fidedignidade do IPJ;
- Analisar evidências de validade do IPJ.

MÉTODO

1. Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi Registrado no Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP (Processo CEP – FFCLRP nº 483/2009- 2009.1.2285.59.2.).

A coleta de dados foi realizada mediante autorização da entrada da pesquisadora nas instituições de ensino da rede pública e particular da cidade de Ribeirão Preto-SP, assinada pelos coordenadores ou diretores responsáveis pelos estabelecimentos. Os adolescentes participantes e seus responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), elaborado de acordo com os preceitos da resolução 196/96 do Ministério da Saúde, em linguagem clara e acessível aos participantes.

No mais, é importante esclarecer que para a realização da presente investigação foi necessário obter a autorização para a utilização do IPJ, mediante assinatura de um contrato, com a Editora MHS, instituição que, atualmente, detém os direitos autorais do instrumento.

2. Participantes

Considerando as indicações existentes para a implementação de processos de determinação de normas referentes à população, no sentido de incluir as diferentes características populacionais associadas ao construto avaliado e, em acordo com a determinação do CFP, de utilizar uma amostra com $N > 300$ ¹³, determinou-se um intervalo amostral entre 250 a 350 adolescentes, distribuídos em termos de idade e de rede de ensino.

Foram utilizados como critérios de inclusão dos participantes: a) possuir entre 14 e 18 anos de idade, b) cursar ensino fundamental ou ensino médio em escolas da rede pública ou particular de Ribeirão Preto e c) não ter histórico de cumprimento ou estar cumprindo medidas socioeducativas. A informação sobre o cumprimento de medidas socioeducativas foi

¹³ Anexo 1 da Resolução Nº 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia

obtida mediante resposta dos adolescentes ao Questionário de Caracterização (Apêndice B). A participação foi voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo adolescente e por seus responsáveis.

Participaram da pesquisa 346 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 e 18 anos, provenientes de escolas da rede pública e da rede particular de Ribeirão Preto. Outros sete adolescentes responderam aos questionários, porém seus dados não foram incluídos na amostra, sendo três por problemas no preenchimento do questionário e quatro por declararem que já haviam cumprido medida socioeducativa.

O delineamento proposto no início do estudo previa a distribuição dos participantes em termos de idade e de rede de ensino de maneira equilibrada, conforme demonstra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Delineamento inicial de distribuição dos participantes em termos de rede de ensino e idade

Idade	Nº de adolescentes da rede Pública de Ensino	Nº de adolescentes da rede Particular de Ensino	Total por idade
14 anos	de 25 a 35	de 25 a 35	de 50 a 70
15 anos	de 25 a 35	de 25 a 35	de 50 a 70
16 anos	de 25 a 35	de 25 a 35	de 50 a 70
17 anos	de 25 a 35	de 25 a 35	de 50 a 70
18 anos	de 25 a 35	de 25 a 35	de 50 a 70
Total por rede:	de 125 a 175	de 125 a 175	TOTAL: de 250 a 350

Entretanto, durante o processo de coleta de dados, algumas dificuldades foram encontradas no sentido da distribuição igualitária dos adolescentes entre os grupos de idade e rede de ensino. Houve dificuldade na obtenção de participantes provenientes de escolas particulares, tendo em vista que somente duas escolas particulares autorizaram a coleta de dados na instituição. Além disso, o número de participantes da rede pública também foi maior porque estas instituições possuíam maior número de alunos. Em relação à idade, obteve-se um número menor de participantes de 18 anos, já que, nesta idade, grande parte dos adolescentes já concluiu o Ensino Médio e está fora do ambiente escolar.

A Tabela 2 a seguir mostra a distribuição por idade dos participantes. A média de idade dos adolescentes foi de 15,88 anos (15 anos e 10 meses).

Tabela 2 - Distribuição em frequência absoluta, frequência relativa e frequência percentual acumulada da amostra por idade dos adolescentes

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Percentual (%)	Frequência Percentual Acumulada (%)
14	53	15	15
15	82	24	39
16	102	29	68
17	70	20	89
18	39	11	100
Total	346	100	

Em relação à rede de ensino, 76% dos participantes (n = 264) foram provenientes de escolas da rede pública e 24% (n = 82) da rede particular de ensino. Apesar do grande número de adolescentes de escolas da rede pública, estes dados são compatíveis com a realidade brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indicam que do total de matrículas no ensino médio no Brasil, 86,2% correspondem à rede pública de ensino. Ainda segundo o IBGE, 87,9% dos alunos de 15 a 17 anos, faixa etária que corresponde ao estudo, estão na rede pública¹⁴.

Do total de 346 adolescentes, 92 declararam trabalhar (correspondente a 27% da amostra).

Em relação à composição familiar, em média os participantes afirmaram viver, na mesma residência, com quatro a cinco pessoas ($x = 4,62$; $s = 2,30$), sendo elas: mãe, pai, avós, tios/tias, primos, sobrinhos, padrasto/madrasta, amigos e educadores. Sete adolescentes declararam residir com educadores, em instituições religiosas ou de proteção. 88% dos adolescentes declararam morar com a mãe (somente a mãe ou pai e mãe) e 67% com o pai (somente pai ou pai e mãe). A porcentagem dos que convivem com os dois genitores é de 61%. A Tabela 3 a seguir permite a visualização da composição familiar dos adolescentes em relação aos genitores com quem vivem.

¹⁴ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sp&tema=educacao2009>.

Tabela 3 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes em relação aos genitores com quem convivem

Genitor com quem vive	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Somente mãe	92	26
Somente pai	20	6
Mãe e pai	211	61
Não vivem com os genitores	23	7
Total	346	100

15,8% dos adolescentes disseram viver com os avós (destes 70,9% são as avós). O número de irmãos variou de zero a seis, sendo que 71% disseram ter pelo menos um irmão residindo em casa. A Tabela 4 a seguir demonstra a distribuição dos adolescentes de acordo com o número de irmãos.

Tabela 4 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes da amostra em relação ao número de irmãos

Número de irmãos	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
0	99	29
1	133	38
2	73	21
3	22	6
4	10	3
5	6	2
6	3	1
Total	346	100

No que diz respeito à caracterização socioeconômica dos participantes, com base no Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) de 2010 da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2010), a maioria dos participantes pertence à classe B2. A Tabela 5 mostra a distribuição dos participantes nas classes com base no critério.

Tabela 5 - Distribuição em frequência absoluta e percentual dos adolescentes por classe econômica

Classe	Frequência absoluta	Frequência Percentual (%)	Distribuição brasileira
A1	8	2	0,6
A2	43	12	4,4
B1	86	25	9,1
B2	100	29	18
C1	67	19	24,5
C2	35	10	23,9
D	7	2	17,9
E	0	0	1,6
Total	346	100	100

3. Instrumentos e materiais

a) Carta de Apresentação encaminhada às instituições (Apêndice C)

Para o desenvolvimento da pesquisa, elaborou-se uma “Carta de Apresentação” cujo conteúdo foi concebido para explicar sucintamente o projeto de pesquisa às instituições de ensino contatadas, além de informar a instituição a qual está vinculado o projeto e a pesquisadora responsável. Nessa, explicitam-se os objetivos e as características da coleta de dados do estudo e solicita-se a autorização para a realização da coleta de dados no local.

b) Questionário de Caracterização (Apêndice B)

O Questionário de Caracterização foi elaborado para a presente pesquisa com o objetivo de obter informações de natureza sociodemográficas que possibilitassem a caracterização da amostra e a análises dos dados com base nessas características. Assim, uma parte do questionário demanda a identificação dos adolescentes (nome, endereço, data de nascimento, idade, escola, série e turma), informações sobre trabalho (se trabalha ou não) e sobre a família (relativas à configuração da família do adolescente). Em outra parte, inseriu-se o Critério de Classificação Socioeconômica Brasil (ABEP, 2010), por meio do qual se solicitam informações sobre bens de consumo possuídos pela família e grau de instrução dos

responsáveis, o que visa aferir nível econômico do participante. Por fim, o questionário demanda informação sobre a existência ou não de contato anterior com a justiça (se adolescente já cumpriu medida sócio-educativa, anteriormente, e se sim, qual). O questionário foi elaborado com linguagem clara aos adolescentes e utilizando-se checklists e tabelas a fim de facilitar o preenchimento.

c) Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ)

O Inventário de Personalidade de Jesness é composto de 160 itens, que são sentenças afirmativas às quais o adolescente deve responder como *verdadeiro* ou *falso*. As afirmações procuram avaliar crenças, opiniões e atitudes dos respondentes, buscando uma aferição de aspectos cognitivos, emotivos, sensitivos, comportamentais e outros relativos a aquisições peculiares à identidade do adolescente. Os itens são agrupados em 10 escalas que remetem a traços de personalidade (desadaptação social-DS, orientação de valores - OV, imaturidade - Im, autismo- Au, alienação -Al, agressividade manifesta - AM, retraimento - Rt, ansiedade social - AS, recalque -Rc e Negação – Ng) e duas escalas de classificação baseada nos critérios diagnósticos do DSM-IV (Transtornos de Conduta e Transtorno Desafiador Opositivo). Uma escala final (Índice de Associabilidade - IA) combina características de personalidade e atitudes, para fornecer um índice preditivo de risco de reincidência (ou seja, a indicação de persistência da conduta delituosa).

O IPJ é composto por um caderno de itens, que contém as 160 afirmativas, e uma folha de respostas. A Folha de Resposta, tal como foi utilizada no presente estudo, não contém a identificação dos respondentes, sendo solicitado apenas o preenchimento da data de nascimento e da data da aplicação.

A correção do inventário é feita a partir de crivos de respostas e tabelas de conversão, fornecidos com o manual do instrumento. Os crivos de resposta permitem o cálculo dos escores brutos para cada escala. A conversão dos escores brutos em escores T-normalizados é realizada com o auxílio das tabelas de conversão, de acordo com a idade do respondente. Os escores T-normalizados de cada escala do instrumento são então organizados em uma curva que permite a interpretação dos resultados.

4. Procedimentos

Os procedimentos adotados no presente estudo envolvem as seguintes etapas: tradução da versão revisada do IPJ, coleta de dados, produção das normas, estudo da fidedignidade utilizando-se o método de análise da consistência interna e estudo das evidências de validade baseadas em variáveis externas (critério concorrente).

a) Produção da nova versão em português do IPJ (IPJ-Br-R)

Na atualidade, a edição e a comercialização do Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ) são reguladas pela Editora Norte-Americana MHS, que detém os direitos autorais do instrumento e que publicou sua versão mais recente (Jesness, 2003). Considerando os cuidados éticos para a adaptação de instrumentos para diferentes culturas (Cassep-Borges et al., 2010), assim como as questões de direitos autorais envolvidas, foi realizado contato com a equipe da Editora MHS e obtida a autorização para a realização da pesquisa no Brasil. A autorização foi concedida somente depois de ter-se procedido à tradução da versão em inglês, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Editora (que serão explicitados a seguir), do envio do material de tradução à Editora e da assinatura de um Contrato de Concessão, mediante o pagamento da licença de uso do instrumento.

O processo de tradução do JI-R seguiu as seguintes etapas, de acordo com a política de traduções da Editora MHS e na direção das principais diretrizes internacionais acerca da adaptação de instrumentos de avaliação psicológica (Beaton et al., 2002):

- (a) Duas traduções independentes do material original, para o português, feitas por psicólogos bilíngues e com experiência prévia na realização de traduções;
- (b) Discussão acerca das inconsistências observadas entre as traduções e preparação de uma única versão em português (versão de consenso);
- (c) Duas retro-traduições da versão de consenso, feitas de maneira independente por outros dois outros psicólogos bilíngues e com experiência prévia em traduções;
- (d) Discussão acerca das inconsistências observadas entre as retro-traduições e preparação de uma versão consensual da retro-tradução;

(e) Comparação entre o original e a versão de consenso retro-traduzida, a fim de corrigir inconsistências. Esse procedimento em específico foi realizado pela pesquisadora principal do presente projeto e a orientadora.

Além das etapas acima descritas, foram realizadas comparações entre a versão do instrumento produzida e a versão em português já existente e utilizada no contexto brasileiro, desde de 1980 (IPJ-Br). As comparações foram realizadas item a item, mediante consulta às versões em inglês e em francês do instrumento, pela pesquisadora e pela Orientadora do presente estudo. Concluída essas etapas, chegou-se à versão do Inventário de Personalidade de Jesness Brasileira – Revisada (IPJ-Br-R), utilizada na coleta de dados.

b) Coleta de dados

O procedimento de coleta de dados seguiu as seguintes etapas: (a) contato com as escolas para solicitação da autorização da entrada da pesquisadora, (b) convite aos adolescentes para participação na pesquisa e distribuição do TCLE, (c) recolhimento do TCLE e (d) aplicação do IPJ-Br-R.

Inicialmente foi realizado um levantamento das escolas de Ribeirão Preto que mantinham classes das séries correspondentes à idade dos participantes (Ensino Fundamental – 6º a 9º ano e Ensino Médio) mediante consulta a sites (Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação, sites de escolas particulares) e à lista telefônica. A partir deste levantamento, foi possível obter os endereços e telefones para contato com as escolas, bem como sua distribuição por regiões da cidade. Foi feito contato com quatro escolas da rede pública de ensino e dez da rede particular de ensino, todas situadas na cidade de Ribeirão Preto-SP, em diferentes regiões (central, norte, leste e oeste). Dentre as quatro escolas da rede pública de ensino, duas autorizaram a entrada da pesquisadora e a realização da coleta. Da rede particular, outras três escolas permitiram que a coleta de dados fosse realizada nas dependências da instituição. Além das escolas de ensino regular, também foi feito contato com uma escola técnica e uma escola profissionalizante, que autorizaram a realização da pesquisa nas instituições. Ao todo, a coleta foi realizada em sete instituições que atendem adolescentes correspondentes à faixa etária focalizada no estudo, sendo duas localizadas na região central da cidade, três na região norte, uma na região leste e uma na região oeste da cidade.

O contato com as instituições foi feito mediante uma visita da pesquisadora, com o objetivo de apresentar a pesquisa aos responsáveis (coordenadores pedagógicos e/ou diretores) e solicitar a autorização. Nesta ocasião, foi entregue a Carta de Apresentação com o intuito de explicitar os objetivos da pesquisa. Em alguns casos, anteriormente a essa visita, foi feito contato prévio com a escola (pessoalmente ou por telefone) e agendado um encontro com os responsáveis. Após a explanação dos objetivos da pesquisa e dos ajustes em relação à realização da coleta de dados, os diretores assinaram a autorização de entrada da pesquisadora no contexto escolar.

Obtida a autorização, foram realizadas visitas às salas de aula, nas quais a pesquisadora se apresentou, convidou os alunos a participarem da pesquisa e distribuiu os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos em envelopes. Para recolher os TCLEs foram realizadas outras visitas às salas de aula, nas quais a pesquisadora ou os coordenadores da escola perguntavam quais alunos gostariam de participar da pesquisa e que dispunham dos Termos assinados pelos responsáveis. O modo de executar esse procedimento variou um pouco de acordo com o funcionamento da instituição e abertura dada à pesquisadora. Em algumas escolas o contato com os alunos para distribuição e o recolhimento dos TCLE foi feito somente na presença dos coordenadores. Em outras, a pesquisadora circulou pela escola, tendo somente o apoio dos inspetores e fez contato com os alunos mediante a autorização dos professores que ministravam as aulas no momento do contato.

Com os TCLEs recolhidos, a pesquisadora retornava à instituição para a aplicação do instrumento. Em uma das escolas foi agendada uma data no período oposto ao das aulas, enquanto nas outras foi dada a autorização para que a pesquisadora realizasse as aplicações durante o período de aula dos alunos.

A aplicação dos instrumentos foi feita em uma sala reservada, disponibilizada pela instituição (sala de aula não utilizada, sala de vídeo ou de reforço). As aplicações foram feitas em pequenos grupos, formados por, em média, oito adolescentes, em geral, da mesma turma/classe. As carteiras foram organizadas pela pesquisadora de modo que um adolescente não pudesse visualizar a resposta do outro, frisando-se que fora incluído nas orientações de preenchimento do questionário, que os adolescentes não dissessem sua resposta em voz alta, evitando influenciar as respostas dos colegas.

Os adolescentes eram instruídos a responder primeiramente ao Questionário de Caracterização. Após o preenchimento do Questionário, as folhas de resposta do IPJ-Br-R eram distribuídas, e lidas as instruções para o preenchimento. Foi solicitado que os

adolescentes preenchessem somente a data da aplicação e a data de nascimento na folha de resposta, reforçando o caráter de confidencialidade das respostas oferecidas (a não-identificação dos participantes).

Dadas as instruções, a pesquisadora iniciava a leitura dos itens em voz alta e os adolescentes respondiam na Folha de Respostas. Durante a aplicação, a pesquisadora circulava pela sala a fim de detectar eventuais erros de preenchimento. Em caso de dúvida quanto aos itens, a pesquisadora lia novamente o item e repetia as instruções quanto ao preenchimento. Após o término da aplicação, os questionários de caracterização e as folhas de resposta eram recolhidos e colocados em envelopes para serem arquivados para a análise.

Nesta etapa, a principal dificuldade encontrada se refere às devoluções dos TCLEs pelos adolescentes. Cerca de 900 Termos foram distribuídos, porém poucos alunos o devolviam assinado pelos responsáveis, relatando principalmente “que tinham esquecido”. A fim de lidar com tal dificuldade, foram adotadas estratégias na tentativa de aumentar o número de TCLEs devolvidos, como a participação em reunião de pais, o envio do TCLE na forma de uma “carta” a ser entregue pelos alunos, aos seus responsáveis, a presença constante na escola para que os alunos se lembrassem do compromisso de devolver as “cartinhas assinadas”, e a obtenção da colaboração da equipe da instituição, no sentido de alguns de seus profissionais também auxiliarem no processo de solicitação das “cartinhas” aos adolescentes. Ao final, cerca de 40% dos TCLEs distribuídos foram assinados pelos responsáveis e pelos participantes do estudo. Quatorze adolescentes foram autorizados a participar na pesquisa pelos responsáveis, porém não participaram da coleta de dados por não estarem na escola na ocasião da coleta ou por se recusarem a participar. Além disso, como já citado anteriormente, sete outros adolescentes que participaram da coleta de dados não foram incluídos na amostra, por problemas no preenchimento das folhas de respostas ou por já terem cumprido medida socioeducativa.

c) Análise dos dados

Para a caracterização da amostra, os questionários de caracterização sociodemográfica dos participantes foram analisados mediante organização das informações em planilhas do programa Microsoft Office Excel. Informações demográficas como idade, natureza da instituição de ensino (pública ou privada) e composição familiar foram submetidas a análises estatísticas descritivas. A caracterização econômica foi feita a partir do

Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) de 2010, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)¹⁵. A classificação estima o poder aquisitivo da população urbana com base em oito classes econômicas, a saber: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. As respostas dos participantes foram cotadas conforme as instruções do critério e, obtidas as classes correspondentes, também foram realizadas análises descritivas.

As respostas dos participantes ao IPJ-BR-R foram cotadas mediante a utilização dos crivos de resposta, obtendo-se o escore bruto de cada participante em cada escala. Para facilitar a correção dos inventários, dado o grande número de participantes, foi construída uma planilha no programa Microsoft Office Excel que facilitava a cotação das respostas com base nos crivos do instrumento. Estes dados também foram organizados em planilhas do programa Microsoft Office Excel para que fosse realizada a análise dos dados.

A construção do sistema interpretativo dos resultados foi realizada a partir da obtenção dos escores normalizados para a amostra. O escore padrão normalizado - escore T - é um tipo de escore padrão derivado, onde os escores normalizados são colocados de uma forma conveniente, ajustada a uma curva normal. O escore padrão normalizado é multiplicado por dez e adicionado, ou ainda, subtraído a 50 (Anastasi & Urbina, 2000). Deste modo, optou-se pelo estabelecimento de normas em escore T para cada escala do questionário no geral e por idade. Os procedimentos foram realizados utilizando-se o software R. 12.2.

Foi realizada uma análise de comparação entre as médias das escalas obtidas a partir da amostra deste estudo e as do primeiro estudo de normatização realizado no Brasil (Estevão & Bichuette, 1985b)¹⁶. A análise utilizou testes t-Student, que permitem comparar duas médias provenientes de amostras não pareadas (independentes). Anteriormente à utilização do teste foram feitas análises para determinar se as variâncias dos dois grupos eram estatisticamente iguais e se os dados seguiam distribuição normal. Utilizou-se o procedimento PROC TTEST do Software SAS ® 9.0 e adotou-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

A análise da fidedignidade ou precisão do instrumento foi realizada pelo método de avaliação da consistência interna, sendo utilizado o índice alfa de Cronbach (Cronbach, 1951). Este índice tem por objetivo estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. O alfa mede a correlação entre respostas em um questionário por meio da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, ou seja, consiste de uma correlação média entre

¹⁵Disponível em www.abep.org

¹⁶ É importante ressaltar que esta comparação foi realizada entre duas versões do inventário (a IPJ –BR aplicada em 1985 e a IPJ-Br-R aplicada em 2011). Embora, com exceção da escala de Imaturidade, as escalas do instrumento não tenham sofrido alterações substanciais, este aspecto deve ser considerado, de modo que a comparação fornece apenas uma tendência de alteração dos traços medidos pela escala ao longo do tempo.

perguntas (Hora, Monteiro & Arica, 2010). A análise foi realizada usando o procedimento PROC CORR do software SAS 9.0.

As análises de evidências de validade relacionadas a critério foram realizadas a partir da comparação da amostra deste estudo com uma amostra de adolescentes judicializados proveniente do banco de dados do grupo de pesquisa (GEPDIP). O grupo de judicializados (adolescentes infratores processados), tendo, portanto, histórico de envolvimento infracional oficial, foi composto por 105 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos. As análises foram realizadas utilizando-se o teste T-Student para amostras independentes. Para a realização deste procedimento foi utilizado o procedimento PROC TTEST do Software SAS[®] 9.0.

A fim de verificar se, na comparação entre os grupos de judicializados e não judicializados, a variável idade deveria ser considerada, foi empregado um modelo de regressão linear múltiplo. A utilização do modelo de regressão linear múltiplo possibilita o estudo da relação entre a variável dependente com os grupos (judicializados e não judicializados) e a idade. Este modelo tem como pressuposto que seus resíduos tenham distribuição normal com média zero e variância constante. Para a realização deste procedimento foi utilizado o procedimento PROC GLM do Software SAS[®] 9.0.

RESULTADOS

a) Tradução da versão revisada do instrumento

Os procedimentos de tradução e retrotradução foram realizados de acordo com as recomendações da Editora MHS e, ao final, todo o material foi enviado a mesma, para arquivamento, juntamente com versões do Currículo Vitae em inglês de todos os tradutores que participaram do processo.

Primeiramente, os 160 itens do instrumento original foram traduzidos por duas psicólogas bilíngues, com proficiência em língua inglesa e experiência prévia em traduções de instrumentos. As traduções foram feitas de maneira independente e deram origem a duas versões (T1 e T2). Após este processo, foi produzida uma versão de consenso em português pelas duas tradutoras. A Tabela 6 exemplifica o processo empreendido, ilustrando-o com 4 itens.

Tabela 6 - Comparação entre a versão original, as duas versões de tradução para o português e a versão de consenso traduzida

Item	Versão original (VO)	Tradução 1	Tradução 2	Versão de consenso em português (V1)
10	Sometimes I feel like I want to beat up on somebody.	Às vezes eu sinto como se quisesse bater em alguém.	Às vezes eu tenho vontade de bater em alguém.	Às vezes eu tenho vontade de bater em alguém.
36	I hardly ever get a fair break.	Eu, dificilmente, tenho oportunidades.	Eu quase nunca consigo uma boa oportunidade.	Eu quase nunca consigo uma boa oportunidade.
104	I have a lot of bad things on my mind that people don't know about.	Eu tenho muitas coisas ruins na minha cabeça que as pessoas não sabem.	Eu tenho muitas coisas más na minha mente que as pessoas não sabem.	Eu tenho muitas coisas más na minha cabeça que as pessoas não sabem.
150	Sometimes, the only way to really settle something is to fight it out.	Às vezes, a única maneira de resolver as coisas é brigando.	Às vezes a única maneira de realmente resolver alguma coisa é lutar contra isso.	Às vezes, a única maneira de resolver alguma coisa é brigando.

De maneira geral, ocorreram pequenas variações nas traduções produzidas, especialmente em relação à redação dos itens. Divergências em relação à linguagem utilizada também foram observadas pelas duas tradutoras, como no caso da palavra “mind” traduzida como “mente” e como “cabeça”. Por ocasião da produção da versão de consenso, foram feitas tentativas de aproximação da linguagem corrente no português, priorizando palavras que favorecessem a compreensão do sentido da frase em detrimento da tradução literal das

palavras. Como no exemplo do item 104, optou-se pelo termo “cabeça”, mais utilizado em linguagem coloquial do que o termo “mente”.

A versão de consenso em português (V1) foi encaminhada a outras duas psicólogas bilíngues, com proficiência em inglês e experiência em traduções, que produziram, independentemente, as duas versões retrotraduzidas (RT1 e RT2). A partir das retrotraduções foi produzida uma versão de consenso em inglês (VR), que foi comparada com a versão original (VO). A produção da versão de consenso em inglês foi realizada pesquisadora e pela orientadora da pesquisa, Prof^a Dr^a Marina Rezende Bazon.. A Tabela 7 exemplifica o processo empreendido, ilustrando-o com a apresentação de quatro itens do instrumento.

Tabela 7 -Comparação da versão de consenso em português, as retrotraduções, a versão de consenso retrotraduzida e a versão original do instrumento.

Item	Versão em português (V1)	Retrotradução 1	Retrotradução 2	Versão de consenso da retrotradução (VR)	Versão original (VO)
10	Às vezes eu tenho vontade de bater em alguém.	Sometimes I feel like hitting someone.	Sometimes I feel like hitting someone.	Sometimes I feel like hitting someone	Sometimes I feel like I want to beat up on somebody.
36	Eu quase nunca consigo uma boa oportunidade.	I almost never get a good opportunity.	I hardly ever get a good opportunity.	I hardly ever get a good opportunity.	I hardly ever get a fair break.
104	Eu tenho muitas coisas más na minha cabeça que as pessoas não sabem.	I have many bad things in my head that people don't know.	I have many bad things in my head that people don't know about.	I have many bad things in my head that people don't know about.	I have a lot of bad things on my mind that people don't know about.
150	Às vezes, a única maneira de resolver alguma coisa é brigando.	Sometimes, the only way to solve anything is fighting.	Sometimes fighting is the only way to solve problems	Sometimes, the only way to really solve anything is fighting.	Sometimes, the only way to really settle something is to fight it out.

Na produção das versões retrotraduzidas também puderam ser observadas semelhanças em termos da construção dos itens e dos termos utilizados. Em alguns casos, como no item 10 descrito acima, as retrotraduções 1 e 2 foram semelhantes, porém diferiram da versão original do instrumento no que respeita aos termos utilizados. De qualquer forma, o sentido dos itens permaneceu o mesmo apesar das diferenças entre a versão de consenso e a original do instrumento em alguns itens. A comparação das versões possibilitou que fosse novamente verificado o sentido de cada enunciado e forneceu elementos para a etapa posterior, que consistiu da comparação entre a versão de consenso em português (V1) e a versão em português do instrumento da qual se dispunha anteriormente (IPJ-Br).

A Tabela 8 ilustra a etapa de comparação entre as versões em português do instrumento para produção de uma versão final.

Tabela 8 - Comparação entre a versão em português, a versão já traduzida e a versão final, o IPJ-Br-R.

Item	Versão em português (V1)	Versão em português (IPJ-Br)	Versão final (IPJ-Br-R)
10	Às vezes eu tenho vontade de bater em alguém.	Às vezes eu tenho a impressão de que eu quero bater em alguém.	Às vezes eu tenho vontade de bater em alguém.
36	Eu quase nunca consigo uma boa oportunidade.	Eu nunca consigo ter uma boa oportunidade.	Eu nunca consigo ter uma boa oportunidade.
104	Eu tenho muitas coisas más na minha cabeça que as pessoas não sabem.	Eu tenho na minha cabeça muitos pensamentos ruins que as outras pessoas não sabem.	Eu tenho na minha cabeça muitos pensamentos ruins que as outras pessoas não sabem.
150	Às vezes, a única maneira de resolver alguma coisa é brigando.	Às vezes, o único meio de acertar um negócio é usando a força.	Às vezes, o único jeito de realmente resolver alguma coisa é brigando.

Chegou-se à versão final do item tendo por parâmetros o sentido da versão original, em inglês, a consideração da definição da escala a qual o item pertence. Nos casos em houve dúvida também foi consultada a versão em francês do instrumento, que foi utilizada como base para a primeira tradução do inventário para o português. O processo também foi feito pela pesquisadora e pela orientadora da pesquisa, Prof^a Dr^a Marina Rezende Bazon, que trabalha com o instrumento desde 2004, tendo orientado os projetos de pesquisa mais recentes com o inventário.

Tendo em vista que o material é utilizado em pesquisas no contexto brasileiro desde 1984, passando por adequações semânticas e por análises que demonstraram sua aplicabilidade aos adolescentes brasileiros, foram feitas tentativas de aproximação entre a versão IPJ-Br e versão que estava sendo produzida (IPJ-Br-R) em termos da construção dos itens, sem, contudo forçar semelhanças ou descaracterizar completamente o inventário. Também foi observada a adequação dos itens em termos de compreensibilidade da linguagem e considerando termos mais comumente utilizada pelos adolescentes.

Sendo assim, ao longo deste processo, chegou-se a uma versão brasileira e atualizada (revisada) do inventário, a versão IPJ-Br-R. Nesta nova versão, foram acrescentados os cinco itens correspondentes à escala de classificação elaborada com base nos critérios diagnósticos do DSM-IV e que integra a versão mais recente do instrumento, a JI-R (2003). Os cinco itens passaram igualmente pelo processo de tradução, conforme ilustra a Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Procedimento de tradução dos cinco novos itens.

Item	Original	Traduções	Retrotraduções	Versão final do item
26	I have been cruel to people or animals.	T1: Eu tenho sido cruel com pessoas e animais. T2: Eu tenho sido cruel com pessoas ou animais.	RT1: I have been cruel with people or animals. RT2: I have been cruel to people and animals.	Eu tenho sido cruel com pessoas ou animais.
51	I have used a weapon that could have hurt someone.	T1: Eu usei uma arma que poderia ter machucado alguém. T2: Eu tenho usado uma arma que poderia ter ferido alguém.	RT1: I used a weapon that could hurt someone. RT2: I used a weapon that could have hurt someone.	Eu já usei uma arma que poderia ter machucado alguém.
76	I have damaged or destroyed other people's property on purpose.	T1: Eu danifiquei ou destruí bens de outras pessoas de propósito. T2: Eu danifiquei ou destruí a propriedade de outras pessoas de propósito.	RT1: I damaged or destroyed properties of other people on purpose. RT2: I damaged and destroyed other people's properties on purpose.	Eu já danifiquei ou destruí bens de outras pessoas de propósito.
101	When I was young, I would leave and stay away from home or school without permission.	T1: Quando eu era jovem, eu saía e ficava longe de casa e da escola sem permissão. T2: Quando eu era jovem, eu sairia e ficaria longe de casa ou da escola sem permissão	RT1: When I was younger, I used to go out and stay away from home or school without permission. RT2: When I was younger, I used to go out and stay away from home and school without permission.	Quando eu era mais novo, eu saía e ficava longe de casa ou da escola sem permissão.
126	I often argue with older people who seem to think they know it all.	T1: Eu freqüentemente discuto com pessoas mais velhas que acham que sabem tudo. T2: Eu frequentemente discuto com pessoas mais velhas que pensam que sabem tudo.	RT1: I often argue with older people who think they know everything. RT2: I often argue with older people who think they know everything.	Eu costumo discutir com pessoas mais velhas que acham que sabem tudo.

Assim, reiterando, a versão utilizada na presente pesquisa corresponde à versão final, a qual passamos a denominar por Inventário de Personalidade de Jesness – versão brasileira revisada, ou simplesmente IPJ-BR-R. Essa foi fruto do processo empreendido acima relatado, em face da existência de uma versão mais recente do instrumento, produzida nos Estados Unidos (Jesness, 2003).

Cumprir informar que, além dos itens, também foram comparadas as instruções para preenchimento do questionário, realizando as alterações necessárias para obter uma nova versão das mesmas.

b) Normas baseadas no escore padrão normalizado (escore T)

A Tabela 10 apresenta a conversão dos escores brutos em escores T normalizados para a amostra geral (n=346).

Tabela 10- Conversão de escores brutos em escores T normalizados - Geral.

Escore T	DS	OV	IM	AU	AI	AM	Rt	AS	Rc	Neg
20								3		
23					2					
24	7					4	3			
25	8	4	4							
26		5			3	5				2
27	9		5	2			4	5		
28	10	6			4	6				
29	11	7								3
30	12		6	3			5	6		
31	13	8			5	7				
32			7	4					0	
33	14	9			6	8	6			4
34	15	10	8					7		
35	16			5	7	9				
36	17	11	9						1	5
37	18					10	7	8		
38	19	12		6	8					
39		13	10			11				
40	20			7	9		8			6
41	21	14	11			12		9	2	
42	22									
43	23	15	12	8	10	13	9			7
44	24	16						10		
45					11	14			3	
46	25	17	13	9			10			8
47	26					15				
48	27	18	14	10	12			11		
49	28	19				16			4	
50	29		15		13		11			9
51	30	20		11		17		12		
52		21	16							
53	31				14	18	12		5	10
54	32	22		12						
55	33		17		15	19		13		
56	34	23		13			13			
57	35	24	18		16	20			6	11
58								14		
59	36	25	19	14		21				
60	37				17		14			12
61	38	26	20			22			7	
62	39	27		15	18			15		
63	40					23	15			
64	41	28	21	16						13
65					19	24		16		

48	32		16			17	11	12		
49	33	23		12	15				5	8
50	34		17			18				
51	35	24		13		19	12			
52		25	18		16			13		9
53	36					20			6	
54		26	19	14						
55	38				17	21	13	14		
56	39	27	20	15						10
57						22			7	
58	40	28	21	16	18		14	15		
59	41	29				23				11
60	42									
61	43	30	22	17	19	24	15		8	
62								16		
63	44	31	23	18	20					12
64						26	16			
65			24					17	9	
66	47			19	21	27				13
67			25				17			
68		34				28		18		
69	49				22				10	
70							18			14
71			27							
72		36			23					
73							19			15
74	53									
77				24						

A seguir, na Tabela 12 é apresentada a conversão dos escores brutos em escores T normalizados para os adolescentes de 15 anos (n=82).

Tabela 12 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 15 anos.

Escore T	DS	OV	IM	AU	AI	AM	Rt	AS	Rc	Neg
24					2					
25										
26			4		3			6		
27	7	5				4				
28	8		5				5			2
29				2						
30		7	6			6		7		
31				3	5					
32		8	7				6			3
33		9		4	6				0	
34	14		8			8		8		
35	15	10					7			4
36	16	11	9	5	7	9				
37						10		9	1	
38	18	12	10	6	8					5
39	19	13				11	8			
40	20		11		9					
41	21	14		7		12		10	2	6
42	22	15	12				9			
43	23			8	10	13				
44	24	16				14				
45	25	17	13		11		10	11	3	7
46	26			9		15				
47		18	14		12					
48	28	19		10		16				8
49	29		15			17	11	12		
50	30	20		11	13				4	
51		21	16			18				9
52	32				14		12	13		
53	33	22	17	12		19				
54	34	23			15				5	10
55	35		18	13		20	13	14		
56	36	24				21				
57	37	25	19		16					
58	38			14		22			6	11
59		26	20		17		14			
60		27		15		23		15		
61	40		21		18					12

62	41			16		15		7	
63	42	29	22			25			
64					19			16	13
65	44	30	23	17		26	16		
66	45	31			20			8	
67			24	18		27		17	14
68	47	32			21	28			
69		33					17		
70	49		25		22	29		9	
71								18	15
72							18		
73									
74		36		21					
75	54							19	
76									
77									
78									11
82				24					

A Tabela 13 apresenta a conversão dos escores brutos em escores T normalizados para os adolescentes de 16 anos (n=102).

Tabela 13 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 16 anos.

Escore T	DS	OV	IM	AU	AI	AM	Rt	AS	Rc	Neg
23								3		
26					3		3			2
27			5							
28		6			4	6				
29								5		3
30				3		7				
31	12				5					
32						8	5			
33	13			4	6			6		4
34	14	9	8			9			0	
35	15	10					6			
36	16			5				7		5
37		11	9			10				
38	17				8		7		1	
39	18	12	10	6		11		8		6
40	19				9					

A Tabela 14 a seguir apresenta a conversão dos escores brutos em escores T normalizados para os adolescentes de 17 anos (n=70).

Tabela 14 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 17 anos.

Escore T	DS	OV	IM	AU	AI	AM	Rt	AS	Rc	Neg
24						5				
25		4	4					5		
26										
27	9				2					
28	10			3						4
29	11	6				7	5	6		
30										
31		7		4						
32		8			4	8				5
33	14						6	7		
34		9		5	5	9				
35	15		8						1	
36	16	10					7			6
37	17				6	10		8		
38		11	9	6						
39	18				7	11				7
40	19	12	10				8		2	
41	20	13		7				9		
42	21				8	12				
43		14	11							8
44	22			8	9	13	9			
45	23	15	12					10	3	
46	24				10					
47		16		9		14				9
48	25		13				10			
49	26	17			11	15		11		
50	27	18	14	10					4	
51					12	16	11			10
52	28	19								
53	29		15	11				12		
54	30	20			13	17				11
55	31		16				12		5	
56		21		12	14	18				

57	32							13		
58	33	22	17							12
59	34	23		13	15	19	13			
60			18						6	
61	35	24			16	20		14		
62	36			14			14			13
63	37		19							
64					17	21				
65	38	26	20	15				15	7	14
66	39				18	22	15			
67	40	27								
68	41	28	21							
69					19			16		15
70	42	29	22				16		8	
71				17						
72										
73										
74				18						
75			24						9	
76		32				26				
77				19						
80									10	

A Tabela 15 apresenta a conversão dos escores brutos em escores T normalizados para os adolescentes de 18 anos (n=39).

Tabela 15 - Conversão de escores brutos em escores T normalizados – 18 anos.

Escore T	DS	OV	IM	AU	AI	AM	Rt	AS	Rc	Neg
28		8								
29										
30				5						
31										
32			8				6	6		
33										
34				6	7	10				5
35	20		9				7			
36		12						7	1	
37					8	11				
38			10	7						6

39	22	13				12	8			
40								8	2	
41	23	14	11	8						7
42	24					13	9			
43		15			10			9		
44	25		12			14			3	
45		16		9						8
46	26				11	15	10			
47		17						10		
48	27								4	
49		18		10	12	16				9
50			14				11			
51	29							11		
52		19			13				5	
53	30		15	11			12			10
54		20						12		
55	31				14	18				
56		21	16	12					6	11
57	32					19	13			
58		22			15			13		
59			17			20				
60	34	23		13					7	12
61					16	21	14	14		
62			18							
63		24								
64				14	17	22	15			13
65								15		
66	37					23				
67					18					
68	38		20	15			16		9	14
69		27				24				
70	39									
71			21							
72								17	10	15
73										
74					20					

c) Comparação de escores brutos obtidos junto a amostras recrutadas em 1985 e em 2011

Foi realizada uma comparação entre os escores brutos obtidos no estudo de normatização realizado em 1985 (Estevão & Bichuette, 1985b) e os obtidos no presente estudo (amostra de adolescentes não judicializados). A Tabela 16 a seguir mostra os resultados da comparação.

Tabela 16 – Comparação dos escores brutos médios, por idade, nas escalas nas amostras recrutadas em 1985 e na atual

Esca la	Ida de	Média 1985	Média 2011	s 1985	s 2011	n 1985	n 2011	Estimativ a Dif. entre médias	Int. de Conf.		P-valor
									L.I	L.S	
DS	14	26,97	33,87	5,97	8,05	63	53	-6,90	-9,55	-4,25	0,001*
	15	25,91	29,78	6,81	9,72	144	82	-3,87	-6,27	-1,46	0,002*
	16	25,88	26,88	6,64	7,95	152	102	-1	-2,81	0,81	0,27
	17	26,09	26,81	6,28	7,68	114	70	-0,72	-2,87	1,43	0,51
	18	24,7	28,21	6,32	5,53	70	39	-3,51	-5,9	-1,11	0,0045*
OV	14	21,56	23,72	5,33	5,65	63	53	-2,16	-4,18	-0,14	0,03*
	15	19,74	20,13	6,18	6,61	144	82	-0,39	-2,11	1,33	0,65
	16	19,46	18,42	5,67	5,71	152	102	1,04	-0,39	2,47	0,15
	17	19,44	17,79	5,7	5,55	114	70	1,65	-0,04	3,34	0,06
	18	17,83	18,23	6,05	4,57	70	39	-0,4	-2,6	1,8	0,72
IM	14	17,98	16,91	3,93	4,84	63	53	1,07	-0,54	2,68	0,19
	15	18,32	15,62	4,08	4,81	144	82	2,7	1,51	3,88	0,0001*
	16	17,83	14,56	3,6	4,12	152	102	3,27	2,3	4,23	0,0001*
	17	17,87	13,89	3,46	3,98	114	70	3,98	2,88	5,07	0,0001*
	18	18,37	13,97	4,01	3,37	70	39	4,4	2,89	5,9	0,0001*
Au	14	10,02	12,47	3,75	4,2	63	53	-2,45	-3,91	-0,98	0,001*
	15	9,06	10,85	3,96	4,15	144	82	-1,79	-2,88	-0,69	0,0016*
	16	8,66	9,99	3,89	3,58	152	102	-1,33	-2,28	-0,38	0,0063*
	17	8,34	10,11	3,46	3,3	114	70	-1,77	-2,79	-0,74	0,0008*
	18	7,4	10,31	3,22	2,67	70	39	-2,91	-4,11	-1,7	0,0001*
AI	14	12,11	15,25	3,54	3,55	63	53	-3,14	-4,44	-1,83	0,0001*
	15	11,9	13,16	3,78	4,32	144	82	-1,26	-2,34	-0,17	0,02*
	16	11,58	12,87	3,78	4,05	152	102	-1,29	-2,27	-0,3	0,01*
	17	12,32	11,41	3,4	4,02	114	70	0,91	-0,18	2	0,1
	18	11,14	12,33	3,99	3,24	70	39	-1,19	-2,67	0,29	0,11
AM	14	17,48	18,21	4,85	5,41	63	53	-0,73	-2,61	1,15	0,44
	15	16,15	17,33	4,48	5,77	144	82	-1,18	-2,64	0,28	0,11
	16	16,31	16,01	4,5	4,48	152	102	0,3	-0,83	1,43	0,6
	17	15,7	15,41	4,48	4,07	114	70	0,29	-1	1,58	0,65

	18	13,91	16,44	4,4	4,07	70	39	-2,53	-4,22	-0,83	0,0039*
Rt	14	13,3	11,55	2,79	3,23	63	53	1,75	0,64	2,85	0,002*
	15	12,48	11,41	3,21	3	144	82	1,07	0,21	1,92	0,01*
	16	12,93	10,79	3,04	3,22	152	102	2,14	1,35	2,92	0,0001*
	17	13,68	10,64	3,11	2,69	114	70	3,04	2,15	3,92	0,0001*
	18	12,44	11,08	3,09	2,77	70	39	1,36	0,17	2,54	0,024*
AS	14	15,76	12,53	2,76	2,98	63	53	3,23	2,17	4,28	0,0001*
	15	15,22	12,35	2,87	2,67	144	82	2,87	2,1	3,63	0,001*
	16	15,36	11,26	2,97	3,03	152	102	4,1	3,34	4,85	0,0001*
	17	15,16	11,26	2,84	2,54	114	70	3,9	3,08	4,71	0,0001*
	18	14,4	10,85	3,12	2,76	70	39	3,55	2,36	4,73	0,0001*
Rc	14	6,08	5,28	2,62	2,49	63	53	0,8	-0,14	1,74	0,09
	15	6,62	4,11	2,88	2,46	144	82	2,51	1,76	3,25	0,0001*
	16	6,22	3,87	3	2,35	152	102	2,35	1,68	3,01	0,0001*
	17	6,54	4,07	2,35	2,01	114	70	2,47	1,8	3,13	0,0001*
	18	7,66	4,46	2,5	2,53	70	39	3,2	2,2	4,19	0,0001*
Ng	14	10,35	8,32	3,73	2,89	63	53	2,03	0,78	3,27	0,002*
	15	10,56	8,63	3,4	3,08	144	82	1,93	1,03	2,82	0,0001*
	16	10,53	9,1	3,24	2,92	152	102	1,43	0,64	2,21	0,0005*
	17	10,22	9,84	3,24	2,68	114	70	0,38	-0,53	1,29	0,41
	18	11,27	9,31	3,38	2,65	70	39	1,96	0,71	3,2	0,0023*

Houve diferença significativa entre as médias de todas as escalas em ao menos uma das faixas etárias. Nas escalas Au, Rt e AS observou-se diferenças significativas em todas as faixas etárias. Nas escalas OV e AM houve diferenças somente em uma das faixas etárias (14 anos na escala de OV e 18 anos na escala de AM). As diferenças, embora possam estar relacionadas às alterações sofridas nas escalas nas versões do instrumento, indicam tendências de modificações do padrão de respostas ao longo do tempo.

As médias em 2011 foram significativamente superiores às de 1985 nas escalas de Au para todas as faixas etárias e, para algumas idades nas escalas DS (14,15 e 18 anos), OV (14 anos), AI (14, 15 e 16 anos) e AM (18 anos). As médias de 2011 foram significativamente inferiores às de 1985 nas escalas Rt e AS para todas as idades e para algumas faixas etárias nas escalas IM (15, 16, 17 e 18 anos), Rc (15, 16, 17 e 18 anos) e Ng (14, 15, 16 e 18 anos).

d) Análises de fidedignidade

Os índices alfa obtidos a partir das análises realizadas variaram de 0.77 a 0.90 para as escalas do instrumento. Em relação ao índice para o instrumento como um todo, o índice obtido foi de 0.83. A Tabela 17 a seguir mostra os índices alfa obtidos.

Tabela 17- Índices de fidedignidade (alfa de Cronbach)

Fidedignidade - Alfa de Cronbach	
DS	0,77
OV	0,78
IM	0,78
AU	0,79
AI	0,79
AM	0,79
Rt	0,81
AS	0,82
Rc	0,85
Neg	0,90
SMx	0,78
Total	0,83

e) Evidências de validade

A análise de evidências de validade relacionada a critério foi realizada mediante a comparação dos resultados do IPJ obtidos pela amostra de adolescentes não judicializados e uma amostra de adolescentes judicializados. A idade média do grupo de judicializados foi de 16,55 anos e do grupo de não judicializados de 15,88 anos. A Tabela 18 a seguir apresenta análises descritivas das amostras, considerando os escores brutos.

Tabela 18 – Análises descritivas dos escores brutos no IPJ para a amostra de adolescentes judicializados e para a dos adolescentes da população

Grupo	n	Variável	Média	D.P	IC(95%)		Mínimo	Mediana	Máximo
					L.I	L.S			
Judicializados	105	Idade	16.55	0.93	16.37	16.73	14.00	17.00	18.00
		DS	30.71	8.71	29.03	32.40	11.00	30.00	56.00
		OV	19.86	5.94	18.71	21.01	5.00	19.00	34.00
		IM	13.90	3.91	13.14	14.65	5.00	13.00	23.00
		AU	11.91	4.61	11.02	12.81	2.00	11.00	23.00
		AI	13.65	4.12	12.85	14.44	5.00	14.00	22.00
		AM	14.85	4.11	14.05	15.64	3.00	15.00	26.00
		Rt	11.30	2.98	10.72	11.87	6.00	11.00	19.00
		AS	11.10	3.09	10.51	11.70	4.00	11.00	19.00
		Rc	5.65	2.40	5.18	6.11	0.00	6.00	11.00
		Neg	8.71	2.98	8.14	9.29	1.00	9.00	16.00
Não-Judicializados	346	Idade	15.88	1.22	15.76	16.01	14.00	16.00	18.00
		DS	28.77	8.47	27.88	29.67	7.00	28.50	54.00
		OV	19.49	6.09	18.84	20.13	4.00	20.00	36.00
		IM	14.97	4.41	14.50	15.43	4.00	15.00	27.00
		AU	10.64	3.76	10.24	11.03	2.00	10.00	24.00
		AI	12.95	4.10	12.51	13.38	2.00	13.00	33.00
		AM	16.59	4.92	16.07	17.11	4.00	16.00	29.00
		Rt	11.06	3.02	10.74	11.38	3.00	11.00	19.00
		AS	11.67	2.87	11.36	11.97	3.00	12.00	19.00
		Rc	4.25	2.39	4.00	4.50	0.00	4.00	11.00
		Neg	9.04	2.91	8.74	9.35	2.00	9.00	16.00
IA	20.62	5.54	20.03	21.20	7.00	21.00	38.00		

As médias do grupo de infratores foram superiores em sete das dez escalas de personalidade do instrumento, DS, OV, Au, AI, Rt, AS e Rc. Nas escalas de Imaturidade, Agressividade Manifesta e Negação as médias dos infratores foram inferiores a dos não infratores. A média do Índice de Associabilidade foi maior no grupo de judicializados, em comparação ao grupo de não judicializados.

A Tabela 19 a seguir mostra as análises de comparação entre os escores brutos obtidos nas amostras de adolescentes judicializados e não judicializados, adotando-se nível de significância de 5%.

Tabela 19 – Comparação dos escores brutos no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados

Escala	Estimativa da Diferença	P valor	I.C (95%)	
DS	1.93971924	0.0418*	0.07273742	3.80670106
OV	0.36870355	0.5850	-0.95711762	1.69452472
IM	-1.07297000	0.0255*	-2.01386909	-0.13207091
AU	1.27844756	0.0041*	0.40855852	2.14833661
AI	0.69964217	0.1268	-0.19914722	1.59843156
AM	-1.73908615	0.0011*	-2.77747216	-0.70070015
Rt	0.23743463	0.4796	-0.42203303	0.89690228
AS	-0.56286815	0.0845	-1.20260433	0.07686802
Rc	1.396173961	<.0001*	0.872402203	1.919945719
Ng	-0.329066887	0.3131	-0.969399785	0.311266011
IA	2.93677402	<.0001*	1.75911065	4.11443738

Considerando-se os escores brutos, foram obtidas diferenças significativas em cinco das dez escalas de personalidade (Desadaptação Social, Imaturidade, Autismo, Agressividade Manifesta e Recalque) e no Índice de Associabilidade. Nas escalas de Orientação de Valores, Alienação, Retraimento, Ansiedade Social e Negação as diferenças não foram significativas entre o grupo de infratores e não infratores.

As análises considerando-se a variável idade, realizadas a partir do modelo de regressão múltiplo, demonstraram que a variável idade interfere nos resultados das escalas, com exceção das escalas de Recalque e Retraimento. A Tabela 20 sintetiza os resultados das análises ajustadas pela idade.

Tabela 20 – Comparação dos escores brutos no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados, considerando a variável idade

Escala	Comparação	Estimativa ajustada	P-valor	I.C(95%)	
DS	Grupo Judicializados - Não judicializados	2.94549652	0.0022*	1.06260402	4.82838902
	Idade	-1.50568191	<.0001*	-2.17301946	-0.83834435
OV	Grupo Judicializados - Não judicializados	1.16672645	0.0854	-0.16308653	2.49653942
	Idade	-1.19466671	<.0001*	-1.66598100	-0.72335242
IM	Grupo Judicializados - Não judicializados	-0.57066342	0.2381	-1.51995494	0.37862810
	Idade	-0.75196959	<.0001*	-1.08841890	-0.41552028
Au	Grupo Judicializados - Não judicializados	1.62008458	0.0004*	0.73380825	2.50636091
	Idade	-0.51144193	0.0015*	-0.82555730	-0.19732656
AI	Grupo Judicializados - Não judicializados	1.26534168	0.0059*	0.36618218	2.16450119
	Idade	-0.84687091	<.0001*	-1.16555236	-0.52818947
AM	Grupo Judicializados - Não judicializados	-1.37858084	0.0110*	-2.43916721	-0.31799447
	Idade	-0.53968840	0.0050*	-0.91558300	-0.16379381
RT	Grupo Judicializados - Não judicializados	0.36081840	0.2960	-0.31698209	1.03861889
	Idade	-0.18470960	0.1315	-0.42493666	0.05551746
AS	Grupo Judicializados - Não judicializados	-0.24023782	0.4659	-0.88717396	0.40669832
	Idade	-0.48298829	<.0001*	-0.71227636	-0.25370023
Rc	Grupo Judicializados - Não judicializados	1.502665889	<.0001*	0.964581828	2.040749949
	Idade	-0.15942194	0.1011	-0.350130495	0.031286607
Ng	Grupo Judicializados - Não judicializados	-0.53355087	0.1101	-1.188467887	0.121366139
	Idade	0.306119303	0.0099*	0.074002644	0.538235963
IA	Grupo Judicializados - Não judicializados	3.27821105	<.0001*	2.07213959	4.48428251
	Idade	-0.51114255	0.0192*	-0.93860019	-0.08368491

Como demonstra a Tabela 20, considerando-se a variável idade, as escalas DS, Au, AI, AM, Rc e o Índice de Associabilidade discriminaram os grupos judicializados e não judicializados. As escalas de Orientação de Valores, Imaturidade, Retraimento, Ansiedade Social e Negação não discriminaram os grupos nas análises ajustadas pela idade.

Utilizando-se as normas produzidas no presente estudo, realizou-se a conversão dos escores brutos em escores t para as amostras de adolescentes judicializados e não judicializados, de acordo com a idade dos respondentes. As análises descritivas dos grupos, considerando-se os escores t, são sintetizados na Tabela 21.

Tabela 21 - Análises descritivas dos escores t no IPJ para a amostra de adolescentes judicializados e para a dos adolescentes da população

Grupo	n	Variável	Média	D.P	IC(95%)		Mínimo	Mediana	Máximo
					L.I	L.S			
Judicializados	105	Idade	16.55	0.93	16.37	16.73	14.00	17.00	18.00
		DS	53.86	10.68	51.79	55.92	29.00	54.00	75.00
		OV	52.37	10.36	50.37	54.38	27.00	52.00	76.00
		IM	48.73	9.63	46.87	50.60	27.00	48.00	71.00
		Au	54.40	12.16	52.05	56.75	29.00	53.00	77.00
		Al	53.48	10.03	51.54	55.42	31.00	54.00	74.00
		AM	47.61	8.96	45,88	49.34	27.00	48.00	70.00
		Rt	51.44	9.90	49.52	53.35	33.00	51.00	72.00
		AS	49.10	10.90	46.99	51.20	29.00	49.00	75.00
		Rc	57.41	11.26	55.23	59.59	34.00	58.00	80.00
Não-Judicializados	346	Idade	15.88	1.22	15.76	16.01	14.00	16.00	18.00
		DS	49.99	9.94	48.94	51.04	27.00	49.00	75.00
		OV	50.03	9.93	48.98	51.08	25.00	50.00	76.00
		IM	50.00	9.93	48.95	51.05	25.00	50.00	75.00
		Au	50.07	9.97	49.01	51.12	28.00	50.00	82.00
		Al	49.88	9.62	48.87	50.90	24.00	50.00	74.00
		AM	50.03	9.91	48.98	51.08	24.00	50.00	76.00
		Rt	49.99	9.99	48.94	51.05	26.00	49.00	76.00
		AS	49.96	9.95	48.91	51.01	23.00	51.00	75.00
		Rc	50.10	10.00	49.04	51.15	33.00	50.00	80.00
Ng	50.00	9.92	48.95	51.05	26.00	50.00	74.00		

Considerando-se que a variável idade foi controlada no momento de conversão dos escores brutos em escores T, a análise de comparação foi realizada sem o ajuste pela idade. A Tabela 22 mostra os resultados da comparação entre os escores padronizados, adotando-se nível de significância de 5%.

Tabela 22 - Comparação dos escores t no IPJ entre adolescentes judicializados e não judicializados

Escala	Estimativa da Diferença	P valor	I.C (95%)	
DS	3.86581338	0.0007*	1.65104390	6.08058286
OV	2.34541701	0.0364*	0.14964232	4.54119170
IM	-1.26377649	0.2506	-3.42292405	0.89537107
AU	4.33063584	0.0002*	2.02742996	6.63384172
Al	3.59179741	0.0010*	1.46513903	5.71845580
AM	-2.42226810	0.0254*	-4.54531001	-0.29922618
Rt	1.44387558	0.1942	-0.73864485	3.62639602
AS	-0.86429948	0.4465	-3.09354983	1.36495087
Rc	7.31414809	<.0001*	5.05807250	9.57022368
Ng	-1.21615745	0.2807	-3.42926599	0.99695110

Assim como na comparação entre os escores brutos, as diferenças entre os escores padronizados foram significativas nas escalas Desadaptação Social, Orientação de Valores, Autismo, Alienação, Agressividade Manifesta e Recalque. Já nas escalas Imaturidade, Retraimento, Ansiedade Social e Negação não houve diferença significativa entre os grupos.

DISCUSSÃO

De acordo com Hambleton (2005), a adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica envolve todos os procedimentos de verificação da capacidade do instrumento de medir o constructo que avalia em um idioma e cultura diferentes daqueles para o qual foi desenvolvido. Neste sentido, para além da tradução literal dos itens, são necessárias análises das propriedades psicométricas do instrumento para a população para o qual está sendo adaptada.

Para a adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness à população de adolescentes brasileiros, de 14 a 18 anos, adotou-se procedimentos buscando seguir as recomendações da literatura. Como indicado, a tradução do instrumento foi realizada por múltiplos tradutores, reduzindo riscos em termos de preferência em relação a alguns termos ou palavras (Hambleton, 2005). As traduções foram realizadas de maneira independente e também foi seguida a recomendação de que os tradutores não tivessem contato prévio com as versões do instrumento, procedimento denominado “tradução às cegas”. Estes aspectos possibilitaram que a maioria dos itens fosse igual ou bastante semelhante à versão original, como é desejado nestes processos (Cassepp-Borges et al, 2010). Estilos de linguagem e maior frequência de utilização de certos termos por parte dos tradutores puderam ser observadas quando se analisou o conjunto de itens produzido por cada tradutor. Porém, a produção de uma versão de consenso e a comparação com a versão original eliminou possíveis preferências, sendo dada maior ênfase à adequação do termo em relação ao original e à linguagem própria dos adolescentes.

No que diz respeito à formação dos profissionais participantes, um aspecto considerado crucial nos procedimentos de adaptação transcultural (Hambleton, 2005), cuidou-se da escolha de tradutores no sentido de garantir que tivessem experiência prévia em traduções e formação em Psicologia, sendo eles, portanto, conhecedores dos construtos avaliados pelo instrumento. Alguns autores recomendam que a retrotradução seja realizada por profissionais de língua materna igual a da origem do instrumento e com formações diferenciadas, inclusive sem conhecimento prévio dos constructos avaliados (Beaton et al., 2002). Entretanto, foram seguidas as recomendações da Editora que detém os direitos autorais do IPJ. Estes procedimentos se alinham com diretrizes que recomendam conhecimento, familiaridade e experiência com os conteúdos do instrumento e os procedimentos de desenvolvimento de testes (Hambleton, 2005). De fato, a formação e experiências dos

tradutores com as questões da avaliação psicológica, com o constructo personalidade e com as particularidades da fase desenvolvimental da adolescência enriqueceram o procedimento de tradução, possibilitando que a mesma transcendesse o sentido literal dos termos.

Outro aspecto que contribuiu positivamente para o processo empreendido refere-se ao fato de se ter podido proceder à comparação da versão final, oriunda dos procedimentos de tradução e retro-tradução com a versão em português existente previamente (IPJ-Br), que já era utilizada em contexto brasileiro nas pesquisas anteriores. Isso tornou possível a comparação dos itens traduzidos nas duas versões, levando-se em conta que a versão pré-existente, além de amplamente testada em pesquisas anteriores, havia passado por adequações semânticas junto à população de adolescentes infratores brasileiros (Pestana & Bazon, 2005). É importante ressaltar que, na produção da versão revisada do instrumento em contexto norte-americano, somente 6,25% dos itens sofreram alterações, principalmente no sentido da atualização das expressões utilizadas (Jesness, 2003). Desta forma, notou-se, efetivamente, poucas diferenças entre os itens da IPJ-Br-R em relação à versão que já vinha sendo empregadas em pesquisas no Brasil, tendo-se procedido a pequenos ajustes.

Quanto à produção de escores T por faixas etárias, sabe-se que tal procedimento permite a adequada comparação de desempenho e a avaliação correta do respondente em relação à população geral (Pasquali, 2001). Tendo em vista que, em 1985, Estevão e Bichuette (1985b) já haviam demonstrado as diferenças socioculturais entre as populações brasileira e americana, em termos de desempenho no instrumento, tal tarefa pareceu incontornável diante da importância de estabelecer referenciais de comparação para a população brasileira atual.

A comparação entre os escores obtidos em 1985 e os da amostra atual demonstrou diferenças significativas na pontuação obtida nas escalas entre os dois estudos. Como já mencionado, as médias em 2011 foram significativamente superiores às de 1985 nas escalas de Au (todas as idades), DS e AI (três faixas etárias) e AM e OV (uma faixa etária) e significativamente inferiores nas escalas de Rt e AS (todas faixas etárias), IM, Rc e Ng (quatro das cinco faixas etárias). Ao que parece, os adolescentes da atualidade apresentam um padrão de respostas diferente dos respondentes de 1985. Reitera-se que estas diferenças podem ser decorrentes do fato de que duas versões diferentes do inventário foram utilizadas nas aplicações, a IPJ-Br em 1985 e a IPJ-Br-R no presente estudo. No entanto, considera-se interessante observar as mudanças na manifestação dos traços de personalidade avaliados pelas escalas, que permanecem os mesmos nas duas versões do instrumento. Ou seja, embora as escalas tenham sofrido pequenas alterações, os constructos avaliados por elas – os traços de

personalidade – permanecem os mesmos nos dois estudos. Considerando o intervalo de 25 anos entre a coleta de dados junto às duas amostras, as diferenças entre as escalas eram esperadas e podem ser associadas a mudanças socioculturais.

A escala de Autismo (Au) está relacionada à propensão a deformar a realidade segundo desejos e necessidades pessoais (Jesness, 2003). A elevação nas médias atuais pode demonstrar que os adolescentes da atualidade, em comparação com os de 1985, apresentam maior tendência ao distanciamento da realidade e dos outros com os quais convivem. Índices elevados nesta escala estão associados a dificuldades de diferenciação “eu – não eu” e a uma imagem inflada de si mesmo, o que propicia que o adolescente se perceba como se bastando por si só, se considere “durão” e prefira ficar sozinho. Segundo o próprio manual do instrumento, estes mecanismos representam pedidos de ajuda, já que o indivíduo também pode ter sentimentos de inadequação, medo, de que “algo não funciona na sua cabeça” e dificuldade de assumir responsabilidades (Jesness, 2003). Contudo, há que se considerar que tais alterações podem estar relacionadas às mudanças socioculturais, em que o individualismo, a independência e autonomia são cultivados como valores, implicando em uma maior atribuição de importância aos desejos e as necessidades próprias, pessoais.

Lavery et al. (1993) apontam a associação entre altos níveis na escala de Autismo e o envolvimento em situações de risco. No estudo conduzido pelos autores, a escala de Autismo foi a única do IPJ a demonstrar correlação com todas as categorias de situação de risco analisadas (criminal, condução de veículos, saúde, status e drogas), ou seja, essa apresentou-se associada a diferentes tipos de comportamentos como vandalismo, dirigir ou andar de carro sem cinto de segurança, fazer sexo sem proteção, fugir de casa e usar drogas. Para estes autores, a dificuldade de distinção entre pensamentos e fatos, ou seja, a falha no teste de realidade, compromete as habilidades dos adolescentes de antecipação de consequências, interpretação de informações e planejamento de ações. Por consequência, os adolescentes teriam menor percepção do risco envolvido nas situações e também de suas próprias limitações pessoais. A elevação nesta escala na amostra atual pode significar que a adolescência de hoje, em relação a de 25 anos atrás, pode se envolver em mais situações de risco devido a déficits no desenvolvimento do ego, que acabam por comprometer a adequada interpretação da realidade e a capacidade de se afastar destas situações.

Le Blanc (2005) também aponta a associação entre altos níveis de autismo e comportamento divergente, incluindo condutas agressivas e uso de drogas. À luz da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência, o autor ressalta que o

adolescente que obtém altos índices de Autismo não desenvolveu vínculos sociais sólidos, de maneira que o apego às instituições sociais apresenta-se como mais frágil. Além disso, o adolescente pode ser fortemente influenciado por seus pares e manifestar atitudes antissociais, como pouco respeito pelas figuras de autoridade, baixa adesão aos padrões convencionais de conduta e baixo senso de responsabilidade em relação a seus atos (Le Blanc, 2005). A elevação nesta escala, na amostra atual, pode, portanto, representar vínculos menos fortes dos adolescentes com as instituições sociais família, escola e sistema normativo na atualidade que outrora, na década de 80.

Esta hipótese também pode ser feita com base na elevação dos índices da escala de Alienação (AI) em três das cinco faixas etárias analisadas. A escala mede desconfiança e afastamento das pessoas, especialmente aquelas que representam autoridade, assim como das instituições significativas para os adolescentes (pais, escola, trabalho) (Jesness, 2003). Pode-se supor que uma das razões associadas à frágil vinculação dos adolescentes às instituições sociais é a redução da confiança nas pessoas, autoridades e nas instituições sociais que elas representam. Em contrapartida, a desconfiança pode alimentar atitudes de intolerância e ceticismo, que podem ser ilustradas por comportamentos de violência interpessoal (bullying, agressões, conflitos) mais recorrentes na sociedade atual.

As médias da escala Desadaptação Social (DS) apresentaram aumento na amostra atual, sendo significativos nas idades de 14, 15 e 18 anos. Esta elevação pode indicar que, atualmente, os adolescentes da população geral são menos capazes de reconhecer e atender às exigências do meio psicossocial de maneira adequada, além de apresentarem mais sentimentos de incompreensão, infelicidade e inquietude (Jesness, 2003). A escala DS é uma das mais referidas em estudos como sendo capaz de discriminar adolescentes infratores de não infratores (Estevão & Stephaneck, 1984; Estevão & Bichuette, 1985a; Kahn & Fua, 1995; Kunce & Hemphill, 1983; Martin, 1981; Panosso, 2008; Pestana & Bazon, 2005 e Sorensen & Johnson, 1996). Segundo Le Blanc (2005), altos níveis de DS estão relacionados a baixos níveis de auto-estima e a uma falsa independência e aspiração ao papel de adulto, relacionando-se a atividades sexuais precoces e diversificadas associadas à dificuldades de assumir a identidade sexual, que em seu turno remete em geral a rigidez e inconsistência na experiência com as regras familiares. Essas características parecem ser condizentes com a prática sexual cada vez mais precoce entre os adolescentes (Borges & Schor, 2005) e as dificuldades relacionadas ao estabelecimento de regras no ambiente familiar (Pratta & Santos,

2007). Subjacente às dificuldades de socialização dos adolescentes nos dias atuais, podem estar presentes um conceito de si negativo e recusa em reconhecer suas próprias limitações.

Em contrapartida, as escalas em que houve redução das médias (Rt, AS, IM, Rc e Ng) indicam que os adolescentes da população geral da atualidade apresentam características de personalidade que os distanciam daquelas associadas ao cometimento de atos infracionais. Diante do aumento em outras escalas (Au, Al, DS), pode-se supor que estas características tem atuado como fatores de proteção, no que diz respeito às características individuais, para os adolescentes em relação ao não envolvimento com práticas ilícitas.

A redução nos índices da escala de Retraimento (Rt), em relação à qual altas pontuações indicam tendência a isolamento e evitação de experiências relacionais, pode significar, por um lado, que, atualmente, os adolescentes têm menor tendência à fuga passiva e isolamento. A escala também está relacionada a desengajamento das relações sociais por um processo de demissão, consequência de sentimentos de derrota e impotência vividos pelo indivíduo. Assim a redução das médias pode também indicar que as relações com os outros são mais satisfatórias na atualidade, de modo que os adolescentes são mais capazes de perceber os limites de si e do outro. Por outro lado, os adolescentes podem apresentar menor consciência da insatisfação nas relações e manifestar um superinvestimento em atitudes de convencimento e submissão do outro. Le Blanc (2005) salienta que índices muito baixos nestas escalas estão associados a excesso de independência, altos níveis de energia que tornam o adolescente alerta, constantemente insatisfeito e fazendo esforços para impressionar.

Do mesmo modo, a redução nas médias da escala de Ansiedade Social (AS) pode indicar que os adolescentes apresentam, nos dias de hoje, menor desconforto emocional associado às relações interpessoais. A escala está relacionada às respostas às situações interpessoais cotidianas, como na escola, em locais de lazer e na família. Os adolescentes parecem apresentar menor dúvida em relação ao seu próprio valor e ao papel de adolescente. No entanto, índices muito baixos na escala representam um adolescente impermeável ao outro, confiante demais e insensível às tensões (Le Blanc, 2005).

De todo modo, é preciso considerar que parte da literatura que menciona a utilização do IPJ em contextos de tratamento, Jesness (1975) e Roberts e Schmitz (1990) apontam redução nos índices de Retraimento em adolescentes infratores que frequentaram programas de tratamento, reforçando a hipótese de que esta característica estaria associada ao não cometimento de atos infracionais. Bradley, Karwacki, Stephanie e Peterson (1990) encontraram associação entre baixos índices nas escalas de RT e AS e a permanência em

contextos de tratamento, demonstrando que estas escalas estão associadas a adaptação adequada a contextos com regras e normas de conduta.

A redução nos índices da escala de Imaturidade (Im) pode indicar que os adolescentes de hoje estão mais maduros, no que tange às características medidas pela escala. Ao contrário do que poderia ser esperado, levando-se em conta uma impressão geral da sociedade de que os adolescentes de hoje são mais imaturos, os adolescentes da atualidade em comparação com os da década de 80, parecem avaliar de maneira mais adequada seus próprios desejos e motivações, manifestando atitudes e comportamentos mais condizentes com o esperado para sua idade. No entanto, essas hipóteses interpretativas devem ser vistas com cautela, considerando que a escala de Imaturidade foi a única que passou por modificações importantes na versão revisada do instrumento. Sendo assim, as diferenças de médias obtidas podem estar relacionadas às alterações realizadas na escala e não à maneira como o traço avaliado se manifestou nos dois estudos.

Já a redução na escala de Recalque (Rc), que diz respeito à exclusão do campo da consciência de sentimentos e emoções negativas, indica que os adolescentes de hoje utilizam menos este mecanismo de defesa, geralmente relacionado à dificuldade de experimentar sentimentos de frustração e tensões. Le Blanc (2005) salienta que, em relação ao Recalque, tanto índices muito baixos quanto índices muito altos são representativos de disfuncionalidade. Como a escala está relacionada à utilização de um mecanismo de defesa, índices muito baixos podem representar dificuldade para se proteger de sentimentos e emoções desprazerosas, vivendo uma espécie de realismo bruto, que pode incorrer na prática de delitos para alívio de tensões (Le Blanc, 2005).

Do mesmo modo, a escala de Negação (Ng) está associada a problemas, seja quando seus índices apresentam-se como muito baixos ou muito altos. A Negação diz respeito à relutância em registrar aspectos desagradáveis da realidade, assim como deficiências pessoais próprias, porém conscientemente, ao contrário do Recalque. Índices muito baixos, associados à delinquência, representam características como um acúmulo de frustrações, pobre capacidade de mentalização e convicção de ser inadequado ou até mesmo indigno (Jesness, 2003). A redução nas médias da amostra atual pode indicar uma tendência dos adolescentes na atualidade de reforçar mais constantemente aspectos negativos de si e dos outros e dificuldades em reconhecer sua responsabilidade.

De maneira geral, as diferenças nas escalas do IPJ obtidas na comparação entre os adolescentes de 1985 e 2011 podem indicar que, embora haja menos desconforto nas relações

interpessoais, menor tendência ao isolamento e uma percepção mais adequada do outro, os adolescentes manifestam dificuldades de socialização, especialmente no que diz respeito à vinculação às instituições sociais convencionais mais significativas. A partir da interpretação fornecida pelas escalas ressalta-se uma tendência à “adultização” dos adolescentes e o apelo a mecanismos de supervalorização de si mesmo. Ao mesmo tempo em que isso pode representar amadurecimento, tal tendência pode estar acompanhada de sentimentos de mal estar, de incompreensão e dificuldade nas relações interpessoais. Os adolescentes da atualidade parecem recorrer menos ao isolamento e à passividade nas relações interpessoais, porém alimentam uma independência que pode ser forçada e exacerbada, uma vez que não se faz acompanhar de uma real satisfação nas relações interpessoais, até por que pode aumentar o distanciamento e o estabelecimento de relações de intimidade com o outro.

É importante lembrar que o Inventário de Personalidade de Jesness não pretende avaliar as características de personalidade como um todo, mas somente os traços mais fortemente associados à conduta infracional na adolescência. Deste modo, faltam elementos para uma análise mais completa das características de personalidade de adolescentes da população geral na atualidade. Embora sejam feitos ensaios de interpretação das diferenças obtidas nas escalas em razão das diferenças socioculturais, eles devem ser vistos com cautela, considerando que outras variáveis podem estar envolvidas. De qualquer maneira, a comparação entre as médias de 1985 e de 2011 evidencia a necessidade de normas atualizadas para a adequada interpretação dos escores do instrumento.

Também é mister ressaltar que os estudos de Fréchette e Le Blanc (1987) demonstraram que, para os adolescentes convencionais (aqueles para os quais os comportamentos infracionais são raros e próprios da fase desenvolvimental) a estrutura de personalidade e os vínculos às instituições sociais ocupam uma posição secundária na explicação da conduta divergente. O pivô da regulação da atividade divergente para estes adolescentes seriam os constrangimentos sociais e a conformidade ao papel de adolescente. Deste modo, fica evidente que o desenvolvimento da personalidade dos adolescentes da população geral favorece a manutenção da conduta pró-social, a despeito de todas as características que podem os aproximar daqueles que manifestam comportamentos infracionais com maior frequência e gravidade.

No que se refere à fidedignidade do instrumento, reitera-se que o método da análise de consistência interna é um dos mais utilizados para avaliar a precisão de instrumentos com um número variado de itens, baseando-se apenas nos dados de uma aplicação (Urbina, 2007). Os

índices Alpha de Cronbach podem variar de 0 a 1, sendo recomendado que a adequação e a satisfatoriedade do modelo alfa sejam testadas usando-se os seguintes critérios: índices alfa superiores a 0,80 são considerados desejáveis; índices superiores a 0,70 são considerados recomendados; índices superiores a 0,60 devem ser aceitos apenas para uso em pesquisa (desaconselhando-se o uso clínico). Sendo assim, qualquer resultado superior a 0,60 pode ser interpretado como indicador de uma consistência interna satisfatória, no enquadramento de pesquisa (Garson, 2005; Pestana e Gageiro, 2003).

No presente estudo, os índices obtidos nas análises variaram entre 0,70 a 0,90, índices considerados satisfatórios, para as escalas e para o instrumento como um todo, cujo índice obtido foi de 0,83. A escala para qual se obteve o menor índice foi a de Desadaptação Social (0,77) e o maior índice foi obtido na escala de Negação (0,92). As análises apresentadas no manual da versão revisada do instrumento indicam índices alpha variando de 0,54 a 0,90, na amostra de adolescentes não infratores do sexo masculino (Jesness, 2003). Ao contrário dos resultados obtidos neste estudo, os maiores índices foram obtidos na escala de Desadaptação Social, e os menores na escala de Recalque. Os valores obtidos também foram superiores aos do estudo de validação preliminar do IPJ realizado no Chile, cujos índices alfa variaram de 0,65 (Rc) a 0,87 (DS) (Amengual, 2010).

Estudos de verificação da fidedignidade do instrumento para a população brasileira foram realizados utilizando-se métodos diferentes do adotado na presente pesquisa. Adotando o método das metades, Bertini e Estevão (1986) obtiveram índices entre 0,35 e 0,73 para as escalas do instrumento. As escalas de DS (0,66), OV (0,73), Au (0,66), Al (0,66), AM (0,70), Rc (0,60) e Ng (0,61) apresentaram coeficientes satisfatórios (acima de 0,60), e as escalas de Im (0,35), Rt (0,48) e AS (0,35) não apresentaram coeficientes satisfatórios. Já em 1984, uma análise teste-reteste, com intervalo de oito meses entre as aplicações forneceu índices entre 0,40 e 0,86. Novamente, a escala de Imaturidade apresentou o menor índice, enquanto a escala de Autismo apresentou o maior índice (Bertini, Tostes & Estevão, 1984).

Os índices de precisão obtidos neste estudo reforçam as evidências relativas à fidedignidade do instrumento para a população brasileira. A nova versão produzida (IPJ-Br-R) parece acompanhar a tendência de melhoria dos índices apresentada pelo manual da versão revisada (JI-R), em relação à original (JI), especialmente na escala de Imaturidade, para qual os índices subiram de 0,43 para 0,83 (Jesness, 2003). É importante considerar que, embora se fale de fidedignidade do instrumento, é sabido que esta propriedade aplica-se aos escores do instrumento e ainda assim não é absoluta, nem imutável (Urbina, 2007). Deste modo, os

índices obtidos no presente estudo indicam que, dadas as características da amostra, os escores do IPJ são uma medida relativamente consistente e precisa de traços de personalidade associados à conduta infracional.

No tocante às evidências de validade relacionada ao critério, essas precisam ser demonstradas para populações que diferem das amostras originais de validação, tendo em vista que a relação entre os escores dos instrumentos e as medidas de critério podem ou não ser generalizadas para outros contextos, tempos ou grupos (Urbina, 2007). Adotando-se como critério a passagem do adolescente pelo sistema de justiça, devido ao cometimento de delitos, as análises demonstraram evidências de validade do IPJ no que diz respeito à diferenciação entre adolescentes judicializados e não judicializados, no contexto brasileiro atual.

Em relação às escalas de personalidade do instrumento, seis (DS, OV, Au, AI, AM e Rc) diferenciaram o grupo de adolescentes judicializados e o de não judicializados, considerando-se os escores padronizados. Martin (1981) também encontrou diferenças nas escalas DS, OV, Au e AM para grupos de adolescentes com comportamento divergente e sem comportamento divergente da Inglaterra. Tal como no presente estudo, o autor também não obteve diferenças nas escalas de Im, Rt e As; porém as escalas de AI e Rc não discriminaram os grupos no estudo com a população inglesa. Os resultados também corroboram os achados de Saunders e Davies (1970), que obtiveram diferenças nas escalas de DS, Ov, AI e AM entre adolescentes ingleses com e sem envolvimento infracional. Já na Austrália, Kahn e Fua (1995) obtiveram diferenças entre os grupos de adolescentes com problemas de ajustamento e o grupo sem problemas de ajustamento apenas nas escalas de DS e AI, que também discriminaram os grupos no presente estudo. As diferenças entre o conjunto de escalas que discriminou ou não os grupos pode estar associada a características da amostra de cada um deles. Enquanto nos estudos de Martin (1981) e Kahn e Fua (1995) trabalhou-se com *delinquents*, adolescentes com sérios problemas de comportamento, no presente estudo o critério para inclusão no grupo de infratores foi a presença de delitos oficiais. Além disso, ambos os estudos internacionais foram realizados com a primeira versão do instrumento, o que pode indicar que aprimoramentos na versão revisada podem ter contribuído para a maior capacidade discriminativa do IPJ.

Nos estudos anteriores, realizados no contexto brasileiro, foram obtidos diferentes resultados em termos da capacidade de diferenciação de grupos de adolescentes. Estevão e Stephaneck (1984) obtiveram diferenças nas escalas Im, Au, AM, Rc, DS e IA; Estevão e Bichuette (1985a) nas escalas DS, Im, AS, Rc e IA; Pestana e Bazon (2005) nas escalas DS,

OV, Au, AM, Rc e IA; e Panosso (2008) nas escalas DS, OV, Im, Au, Al, AM e IA. O quadro a seguir foi elaborado para facilitar a comparação entre tais estudos brasileiros e o atual.

Escalas	Estevão e Stephaneck (1984)	Estevão e Bichuette (1985a)	Pestana e Bazon (2005)	Panosso (2008)	Estudo atual (2012)
Estudos	Não judiciariados x judiciariados internados	Não judiciariados X judiciariados X “abandonados”	Não judiciariados x judiciariados	Não judiciariados x judiciariados internados	Não judiciariados x judiciariados
DS	X	X	X	X	X
OV			X	X	X
IM	X	X		X	
AU	X		X	X	X
Al				X	X
AM	X		X	X	X
Rt					
AS		X			
Rc	X	X	X		X
Ng					
IA	X	X	X	X	X

Quadro 2 - Estudos de comparação entre grupos realizados no contexto brasileiro

A escala de DS demonstrou capacidade de discriminar infratores de não infratores em todos os estudos realizados no contexto brasileiro. Esta capacidade da DS também é referida em estudos internacionais (Kahn & Fua, 1995; Martin, 1981) e no manual da versão revisada do instrumento (Jesness, 2003).

Já a escala de OV tem discriminado grupos em estudos mais recentes no Brasil. A escala também tem sido referida como capaz de discriminar adolescentes com comportamentos de fugas de instituições, juntamente com as escalas AM e DS (Bartollas, 1975; Singh, 1984).

A escala de Im nem sempre apresenta capacidade de discriminação de grupos no contexto internacional (Jesness, 2003). No presente estudo, os adolescentes que haviam cometido atos infracionais oficiais obtiveram pontuações mais baixas que os adolescentes sem contato com o sistema de Justiça, porém esta diferença não foi significativa. Os resultados são semelhantes aos de Pestana e Bazon (2005), em que os adolescentes em medida de Liberdade

Assistida não se diferenciaram dos sem contato com o sistema de Justiça em termos de Imaturidade.

No presente estudo, assim como nos estudos de Estevão e Stephaneck (1984), Pestana e Bazon (2005) e Panosso (2008), as escalas de Au e AM foram capazes de diferenciar os grupos de adolescentes judicializados e não judicializados. No estudo de Kunce e Hemphill (1983) foram obtidas correlações entre a escala de Au, a escala de AM e a gravidade do comportamento infracional, aferida pelo número de apreensões e institucionalizações anteriores. É importante lembrar que foi observada uma elevação significativa da média de Autismo (Au) nos adolescentes não judicializados da amostra atual, em comparação ao estudo realizado há 25 anos (Estevão & Bichuette, 1985b). Ou seja, mesmo com essa elevação, a escala permaneceu discriminando os grupos na amostra atual. Já em relação à escala de AM, é interessante observar que os não infratores pontuaram significativamente mais alto que os infratores no presente estudo. Os resultados corroboram estudos que demonstram que altos níveis de agressividade manifesta nem sempre é um fator associados à prática de delitos, uma vez que há relatos de prática de delitos graves e violentos em adolescentes com índices muito baixos na escala de AM (Le Blanc, 2005).

No tocante à escala AS, embora Estevão e Bichuette (1985a) tenham encontrado diferença na escala entre os grupos de adolescentes, no presente estudo estas diferenças não foram significativas. Corroborando os achados de Pestana e Bazon (2005), os adolescentes infratores pontuaram mais baixo na escala que os não infratores, porém não significativamente. Do mesmo modo, Jesness (1963) ressalta que as principais diferenças nesta escala não estão entre os adolescentes infratores e não infratores, mas sim entre meninas e meninos, sendo elas socialmente mais sensíveis que eles.

A escala de Rc foi capaz de discriminar o grupo de adolescentes judicializados dos não judicializados no estudo atual, assim como em 2005 (Pestana & Bazon, 2005). No entanto, Panosso (2008) não encontrou diferenças entre adolescentes em cumprimento de medida de internação e não judicializados na escala. Pode-se supor que as diferenças de resultados estão relacionadas a características das amostras de adolescentes judicializados, que, nos estudos de Pestana e Bazon (2005), bem como no atual, era predominantemente formada de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, enquanto que no estudo de Panosso (2008) tratavam-se de adolescentes em contexto de internação.

As escalas de Rt e Ng permanecem sem demonstrar capacidade de diferenciação entre os grupos em estudos brasileiros. Embora na amostra atual tenha sido encontrada uma redução dos índices de Rt entre os adolescentes da população geral, as diferenças permanecem não significativas. Em relação à escala de Ng, é interessante observar que assim como nos estudos de Pestana e Bazon (2005) e Panosso (2008), os infratores pontuaram mais alto que os não infratores na escala de Ng.

Com relação ao Índice de Associabilidade (IA), tal como nos outros estudos realizados no contexto brasileiro (Estevão & Stephaneck, 1984; Estevão & Bichuette, 1985a, Pestana & Bazon, 2005; Panosso, 2008), esse demonstrou capacidade de discriminar adolescentes com e sem passagem pelo sistema de Justiça no presente estudo. De fato, a escala foi construída e vem sendo aprimorada a fim de melhor diferenciar entre adolescentes com e sem comportamento infracional, com e sem comprometimento em termos de características de personalidade (Jesness, 2003). Em estudos internacionais, as elevações no índice têm sido associadas à menor eficácia na resolução de problemas (Greening, 1997) e baixa supervisão parental (Caldwell et al., 2006). Além disso, estudos tem mostrado a capacidade do índice de avaliar diferentes níveis de gravidade do comportamento infracional (Graham, 1981; Kuncie & Hemphill, 1983) e prever desajustes em programas de tratamentos (Fraas & Price, 1972; Smith, 1974; Woychick, 1970) e reincidência infracional (Benda, Crowyn & Toombs, 2001).

A partir das escalas que discriminaram o grupo de adolescentes judicializados e os não judicializados, é possível descrever as características de personalidade que podem estar associadas ao cometimento de atos infracionais. Considerando as dimensões e parâmetros de personalidade propostas por Fréchette e Le Blanc (1987), no presente estudo foram observadas diferenças entre os adolescentes judicializados e não judicializados nos setores psicossocial e psicoafetivo. No setor psicorrelacional, aferido pela escala de Retraimento, as diferenças não foram significativas, embora os infratores tenham apresentado maiores índices que os não infratores.

As diferenças nos setores demonstram que os adolescentes judicializados possuem déficits tanto no que se refere ao desenvolvimento de uma funcionalidade social (setor psicossocial), como no que diz respeito à capacidade de investir emocionalmente no mundo (psicoafetivo). Fréchette e Le Blanc (1987) observaram que são as dimensões hipossociabilidade (psicossocial), negatividade (psicoafetivo) e isolamento interpessoal (psicorrelacional) que estão mais associadas à dinâmica da personalidade dos adolescentes

infratores persistentes. Os resultados demonstram que as escalas dos parâmetros primitividade e hipossociabilidade (setor psicossocial) e insegurança e negatividade (setor psicoafetivo) indicaram diferenças entre os infratores e os não infratores. As diferenças parecem se concentrar, sobretudo, nos parâmetros hipossociabilidade e primitividade, nos quais todas as escalas correspondentes discriminaram os grupos focalizados.

A hipossociabilidade, medida pela escala de Desadaptação Social e pelo Índice de Associabilidade, se traduz principalmente por atitudes de independência, antagonismo e oposição aos outros, em geral, às regras e aos valores sociais. O indivíduo, que possui uma representação de si fortemente negativa, dominada por sentimentos de desvalorização e dúvida em relação a si, adota uma posição “antissocial”, baseada tanto na propensão a se afastar dos outros, quanto sobre uma depreciação sistemática das expectativas sociais (Fréchette & Le Blanc, 1987). As diferenças entre o grupo de adolescentes judicializados e não judicializados indicam que as atitudes de oposição e de desrespeito podem ser reações a sentimentos de incerteza em relação ao seu próprio valor e incompreensão que acometem os adolescentes que cometem atos infracionais.

A primitividade, correspondentes aos traços de narcisismo (Au), fatalismo (OV) e irrealismo (Rc), também reúne características que diferenciam os infratores e não infratores, em termos de traços de personalidade. Fréchette e Le Blanc (1987) ressaltam que é o fatalismo, associado ao narcisismo, que exerce maior influência sobre os comportamentos infracionais.

A elevação significativa na escala de Autismo, correspondente ao traço de narcisismo, indica que os adolescentes judicializados possuem a visão de mundo desenvolvida de tal forma que os constrangimentos (normas e interditos) são essencialmente exógenos e onde predominam fabulações a despeito de uma adequada interpretação da realidade (Fréchette & Le Blanc, 1987). Este traço está relacionado à persistência do narcisismo infantil, de modo que o indivíduo interage com o mundo de maneira irrealista, extremamente concreta e rígida (Le Blanc, 2005). Predominam, nos indivíduos com elevados índices, altos níveis de insegurança e de desconfiança em relação ao outro, mascarados por um sentimento de supervalorização e uma imagem de si inflada (Fréchette & Le Blanc, 1987).

Fréchette e Le Blanc (1987) apontam que o traço de fatalismo, aferido pela escala de Orientação de Valores, representa atitudes relacionadas à certeza de um destino triste e repleto de desgraças (Mailloux, 1971 citado por Fréchette & Le Blanc, 1987) que intensificariam a delinquência. O estudo de Miller (1958), que forneceu os elementos para a construção da

escala de OV, descreve mais detalhadamente os aspectos socioculturais que favorecem os comportamentos divergentes. São valores e práticas associados a certas subculturas que, pela sua natureza, tornam a prática de delitos mais frequente, como por exemplo, a participação em gangs, a valorização da força física e da esperteza, o envolvimento em atividades de risco e o sentimento de ser guiado pelo “destino” (Miller, 1958). Os resultados demonstram que, de fato, estes aspectos diferenciam os adolescentes judicializados e os não judicializados, sugerindo que tais elementos mantêm-se presentes em determinados contextos de socialização que favorecem a prática de atos divergentes.

A escala de Recalque também fornece uma medida do parâmetro primitividade, o irrealismo. Os índices mais altos nos adolescentes judicializados indicam que a visão da realidade destes adolescentes pode ser frequentemente artificial e imprecisa. De fato, segundo Fréchette e Le Blanc (1987), um processo ineficaz da conceituação da realidade pode tornar o adolescente instável, imprevisível e demissionário, o que favorece os comportamentos infracionais.

No setor psicoafetivo, os parâmetros insegurança e negatividade diferenciaram os adolescentes no presente estudo. Em relação à negatividade é, sobretudo, a heteroagressividade, afirmam Fréchette e Le Blanc (1987), que sustenta sentimentos em relação ao outro que intensificam os comportamentos divergentes. O traço, medido pela escala de Agressividade Manifesta, faz referência a relações interpessoais marcadas por sentimentos de amargura, desencanto e cinismo, onde predominam um sentimento de injustiça. No presente estudo, os índices obtidos pelos adolescentes judicializados foram menores que os não judicializados, indicando que os adolescentes judicializados estão menos em contato com seus sentimentos desagradáveis, aparentando ter controle de suas emoções. Esta negação de sentimentos de agressividade pode se manifestar também pela supervalorização de si e a aparência de que não se precisa do outro, o que não reflete, de fato, a verdadeira condição (Le Blanc, 2005). Como ressaltam Fréchette e Le Blanc (1987), a negatividade expressa o quanto os adolescentes que cometem atos infracionais recorrem à ação para se ver livre das tensões inerentes às relações interpessoais.

Já a escala de Alienação, medida do sentimento de alienação, referente ao parâmetro insegurança, se refere ao ceticismo e à desconfiança profundos em relação aos outros. A desconfiança repousa sobre o sentimento de que existe uma distância entre o adolescente e o outro, alimentada por uma falta de credibilidade e um tipo de superafirmação compensatória de autossuficiência (Fréchette & Le Blanc, 1987). Os adolescentes judicializados são, de

acordo com os resultados na escala de Alienação, menos confiantes e menos crédulos nos outros do que os adolescentes não judiciarizados, especialmente em relação às figuras de autoridade. Le Blanc (2005) afirma que os altos níveis na escala de AI demonstram que os adolescentes que cometem atos infracionais encontram-se mais distantes e até mesmo completamente desligados de pessoas e instituições significativas, como a família, a escola e o trabalho. O distanciamento destas instituições pode levar à adesão a valores e modelos desviantes e tem subjacentes sentimentos de ceticismo e desconfiança em relação aos outros, que impedem que o adolescente se aproxime desses.

A reunião destes elementos reforça a hipótese de que a atividade infracional está relacionada, sobretudo, ao desenvolvimento insatisfatório de capacidades de adaptação ao meio social, sustentados pelo distanciamento do adolescente das pessoas e das instituições sociais significativas, bem como pela presença de fortes sentimentos de desvalorização e insegurança. Considerando a adolescência como etapa que permite o desenvolvimento da capacidade de viver em sociedade e de se relacionar com os demais de maneira saudável (Érikson, 1976), a prática persistente de delitos evidencia déficits no desenvolvimento da identidade psicossocial do adolescente. O conjunto de valores, atitudes e o modo de vida que compõem a identidade psicossocial parecem não permitir que o adolescente se relacione de maneira satisfatória com os indivíduos e a sociedade, de maneira geral. Ademais, o desenvolvimento da personalidade, que tem a função de unificar as representações do indivíduo sobre si mesmo, organizar as defesas da própria identidade e dispor de estratégias de enfrentamento da realidade (Josselson, 1980; Loevinger, 1976 citados por Fierro, 1995), parece afetado por intensos sentimentos de desvalorização, desconfiança e de injustiça.

Fréchette e Le Blanc (1987) afirmam que os comportamentos infracionais persistentes se apóiam principalmente sobre a insuficiência de funções psicológicas relativas à ligação como outro. A deterioração da capacidade de afiliação e o ressentimento acumulado é que são os motores da delinquência nos adolescentes, segundo estes autores (Fréchette & Le Blanc, 1987). Os traços de personalidade associados à conduta infracional na adolescência citados na literatura também parecem convergir nesta direção, apontando para características como insensibilidade e ausência de emoções nas relações interpessoais (Frick & White, 2008; Kimonis et al., 2007), além de rigidez de pensamento, desconfiança e baixos níveis de altruísmo (Dam et al., 2005).

Neste sentido, fica claro que características de personalidade correspondentes a um funcionamento mais egocentrado são associadas ao comportamento infracional, corroborando

achados da literatura internacional (Fréchette & Le Blanc, 1987). A dificuldade de estabelecer relações de modo satisfatório ultrapassa as relações pessoais e atinge a adesão ao sistema de normas e valores da sociedade como um todo. Também fica evidente o elemento relacionado à fraqueza do ego, de modo que a atribuição de maior importância aos interesses e necessidades pessoais tem função de proteger o indivíduo das ameaças externas. Pode-se supor que o comportamento infracional integra a construção de uma autoimagem que busca manifestar autossuficiência, controle de si e independência decorrentes de sentimentos de que não se pode confiar ou até mesmo se aproximar do outro. Os atos infracionais, entretanto, aparecem como uma expressão de vulnerabilidade e necessidades psicossociais a serem trabalhadas a fim de que se retome o curso normal do desenvolvimento na adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo consiste em mais um importante passo dado no trilho dos contínuos esforços feitos na direção de aferir a aplicabilidade do Inventário de Personalidade de Jesness no contexto brasileiro. Os procedimentos de verificação da confiabilidade do instrumento, das evidências de validade e do estabelecimento das normas de comparação são fundamentais, considerando as mudanças socioculturais ocorridas num intervalo de 25 anos.

No entanto, é preciso enfatizar que as evidências de validade e fidedignidade aqui apresentadas são restritas, considerando a amplitude destes conceitos no campo da avaliação psicológica. Neste sentido, análises de evidências de validade baseadas em variáveis externas do tipo convergente e discriminante e baseadas na estrutura interna do instrumento (análise fatorial) serão necessárias para que se reúna mais informações sobre os alcances e as limitações do IPJ. Diferentes métodos de avaliação da fidedignidade também possibilitarão o fortalecimento da precisão do instrumento. É importante salientar também que a amostra utilizada no estudo compreende adolescentes provenientes de um contexto sociocultural determinado, de modo que estudos em diferentes contextos serão fundamentais, especialmente para estabelecimento das normas de comparação dos resultados.

Além destas necessidades, não se pode furta ao fato de que na análise da capacidade de o instrumento discriminar grupos de adolescentes infratores judicializados de grupos de adolescentes não judicializados, não foram feitas estratificações da amostra de adolescentes judicializados em termos do nível do envolvimento infracional. Neste sentido, não foi possível aferir se o instrumento também é capaz de diferenciar entre níveis de engajamento na conduta delituosa em adolescentes brasileiros, na direção do que se observou nos estudos internacionais.

Também é importante lembrar que, nas análises apresentadas a partir de comparações feitas com resultados de estudos anteriormente realizados no Brasil, deve-se considerar o fato de que no presente estudo foi utilizada a versão revisada do inventário. Este trabalho fornece, ao realizar a adaptação transcultural da versão revisada do instrumento (IPJ-Br-R), a possibilidade de que o inventário seja utilizado no Brasil em consonância com as últimas ações no sentido de seu aperfeiçoamento, realizadas em contexto internacional.

De todo modo, o estudo das características de personalidade dos adolescentes que cometem atos infracionais torna evidente a complexidade dos aspectos de natureza pessoais que regulam a conduta delituosa. É sobretudo pela natureza dos elementos psicológicos e

psicossociais apontados pela literatura científica, como subjacentes aos comportamentos infracionais na adolescência, que se consegue tomar contato com a dimensão do sofrimento e das dificuldades que estes adolescentes enfrentam. Mais do que uma afronta, que uma atitude esvaziada de responsabilidade ou de desconsideração do outro, os comportamentos de oposição expressam prejuízos em termos de construção de identidade e de desenvolvimento, considerando os aspectos próprios da adolescência. Assim, questiona-se como é possível pensar em intervenções que modifiquem o curso deste desenvolvimento sem que estas características sejam conhecidas e consideradas no planejamento e na execução das ações de intervenção/acompanhamento dispensado aos adolescentes em conflito com a Lei.

Por essa razão defende-se que a avaliação, realizada de maneira sistemática e apoiada por referenciais teóricos pertinentes, seja uma prática generalizada no Sistema de Justiça Juvenil, de modo que se possa acessar às reais necessidades dos indivíduos em termos de intervenção, de ajuda. Nesse panorama, o Inventário de Personalidade de Jesness apresenta-se como uma alternativa de instrumento de avaliação específico para o contexto da Justiça Juvenil. Reitera-se que a tomada de decisão e o planejamento de intervenções no campo da delinquência juvenil envolvem importantes consequências para os adolescentes, sendo fundamentais avaliações precisas e intervenções realmente eficazes.

Espera-se que o presente trabalho contribua para o aprimoramento científico e técnico das intervenções de ajuda no contexto brasileiro, no sentido de aprimorar as ações profissionais para promover as oportunidades de retomada do desenvolvimento psicológico de adolescentes que estão em conflito com a Lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEP (2010). Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de Classificação Econômica Brasil. Recuperado em 19 de abril de 2010 de <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=139>
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (1999). *The standards for educational and psychological testing*. Washington: American Educational Research Association.
- Allen, J. S., Rupert, V., Spatafora, K., Windell, J. O., Gaulier, B. & Conti, K. L. (2003). Differentiating violent from nonviolent female offenders using the Jesness Inventory . *Personality and Individual Differences*, 35 (1), 101-108.
- Amengual, L. S. W. (2010). *Adaptación y validación preliminar en Chile del Inventario Jesness-Revisado (JI-R)*. Tesis de Magíster en Psicología Jurídica y Forense. Universidad de La Frontera, Temuco, Chile.
- Anache, A. A., & Reppold, C. T. (2010). Avaliação psicológica: implicações úteis. In CFP, *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. (pp. 57-85). Brasília: CFP.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2006). *The Psychology of criminal conduct* (4th ed.). Canadá: LexixNexis.
- Barker, E. D., Vitaro, F., Lacourse, E., Fontaine, N. M. G., Carbonneau, R. & Tremblay, R. E. (2010). Testing the Developmental Distinctiveness of Male Proactive and Reactive Aggression With a Nested Longitudinal Experimental Intervention. *Aggressive Behavior*, 36, 127–140.
- Bartollas, C. (1975). Runaways at the Training Institution Central Ohio. *Canadian Journal of Criminology & Corrections*, 17(3), 221-235.
- Bazon, M., Komatsu, A., Panosso, I., & Estevão, R. (2011). Adolescente em conflito com a lei na perspectiva desenvolvimental. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 0(5). Recuperado em 19 de abril, 2012, de <http://periodicos.uniban.br/index.php/RBAC/article/view/250/202>
- Beaton, D., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, B. M., (2002). *Recommendations for the Cross-Cultural Adaptation of Health Status Measures*. American Academy of Orthopaedic Surgeons. Institute for Work & Health.
- Bertini, I. M., & Estevão, R. (1986). Inventário de Personalidade de Jesness: verificação da fidedignidade. *Relatório de pesquisa enviado à FAPESP*.
- Bertini, I. M., Tostes, E. D. C., & Estevão, R. (1984). Estudo da fidedignidade do Inventário de Personalidade de Jesness. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 36(7), 957.

- Benda, B. B., Toombs, N. J., & Peacock, M. (2002). Ecological factors in recidivism: A survival analysis of boot camp graduates after three years. *Journal of Offender Rehabilitation, 35*(1), 63-85.
- Benda, B. B., Corwyn, R. F., & Toombs, N. J. (2001). Recidivism Among Adolescent Serious Offenders: Prediction of Entry Into the Correctional System for Adults. *Criminal Justice and Behavior*. Recuperado em 22 de setembro de 2011 de <http://cjb.sagepub.com/content/28/5/588>.
- Biggs, S. J., Bender, M. P. & Foreman, J. (1983). Are there psychological differences between persistent solvent-abusing delinquents and delinquents who do not abuse solvents? *Journal of Adolescence, 6*(1), 71-86.
- Borges, A. L. V. & Schor, N. (2005). Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Cadernos de Saúde Pública, 21*(2), 499-507.
- Bornholt, L. J., & Rosenthal, D. A. (1987). Classification procedures for differential treatment. *British Journal of Clinical Psychology, 26*(2), 155-156.
- Bradley, J. R., Karwacki, S. B., & Peterson, C. (1990). Length of inpatient stay and Jesness Inventory scores of hospitalized adolescent psychiatric patients. *Residential Treatment for Children & Youth, 8*(1), 53-60.
- Brandt, D. E. (1979). Development of intake criteria in a day treatment program for delinquent boys. *Psychological Reports, 44*(3), 1028-1030.
- Brendgen, M., Vitaro, F., Tremblay, R. E., & Wanner, B. (2002) Parent and peer effects on delinquency-related violence and dating violence: A test of two mediational models . *Social Development, 11*(2), 225-244
- Brochu, S., Cournoyer, L. G., Tremblay, J., Bergeron, J., Brunelle, N., & Landry, M. (2006). Understanding Treatment Impact on Drug-Addicted Offenders. *Substance Use & Misuse, 41*, 1937-1949.
- Butz, C., & Spaccarelli, S. (1999). Use of physical force as an offense characteristic in subtyping juvenile sexual offenders. *Sex Abuse, 11*(3), 217-232.
- Caldwell, R. M., Beutler, L. E., Ross, S. A., & Silver, N. C. (2006). Brief report: An examination of the relationships between parental monitoring, self-esteem and delinquency among Mexican American male adolescents. *Journal of Adolescence, 29*, 459-464.
- Caldwell, M. F., McCormick, D. J., Umstead, D., & Van Rybroek, G. (2007). Evidence of Treatment Progress and Therapeutic Outcomes Among Adolescents With Psychopathic Features. *Criminal Justice and Behavior, 34*(5), 573-586.
- Cassep-Borges, V., Balbinotti, M. A. A., & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. In: L. Pasquali e cols, *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas*. (pp. 506-520). Porto-Alegre: Artmed.

- Carbonell, J. L. (1983). Inmate classification systems: A cross-tabulation of two methods. *Criminal Justice and Behavior*, 10(3), 285-292.
- Carpenter, P., & Sandberg, S. (1985). Further psychodrama with delinquent adolescents. *Adolescence*, 20(79), 599-604.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). *Resolução CFP 02/2003: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos*. Brasília:CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2004). *Resolução CFP 006/2004: Altera a Resolução CFP n.º 002/2003*. Brasília: CFP.
- Condry, S. (1987). Therapy implementation problems in a residence for delinquents. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 8(3), 259-272.
- Corff, Y. L., & Toupin, J. (2009). Comparing persistent juvenile delinquents and normative peers with the Five-Factor Model of Personality. *Journal of Research in Personality*, 43, 1105–1108.
- Cowden, J. E., Peterson, W. M., & Pacht, A. R. (1969). The MCI vs. the Jesness inventory as a screening and classification instrument at a juvenile correctional institution. *Journal of Clinical Psychology*, 25(1), 57-60.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Dam, C. V., Janssens, J, M. A. M., & De Bruyn, E. E. J. (2005). PEN, Big Five, juvenile delinquency and criminal recidivism. *Personality and Individual Differences*, 39, 7–19.
- Davies, M. & Mott, J. (1967). Home office research unit studies using Jesness Inventory. *British Journal of Criminology*, 7(3), 325-326.
- Dembo, R., La Voie, L., Schmeidler, J., & Washburn, M. (1987). The nature and correlates of psychological/emotional functioning among a sample of detained youths. *Criminal Justice and Behavior*, 14(3), 311-334.
- Dobkin, P. L., Chabot, L., Maliantovitch, K. & Craig, W. (1998) Predictors of outcome in drug treatment of adolescent inpatients. *Psychological Reports*, 83(1), 175-186.
- Erikson, E.H. (1976). *Identidade: Juventude e crise* (2ª ed.). (A. Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Estevão, R., & Stephaneck, P. (1983). Aplicação do Inventário de Personalidade de Jesness em adolescentes brasileiros. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 35(7), 813.
- Estevão, R., & Stephaneck, P. (1984). Aplicação do Inventário de personalidade de Jesness em adolescentes brasileiros e americanos. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 36(7), 957.

- Estevão, R. & Bichuette, M. Z. (1985a) Application of the Jesness Personality-Inventory to delinquent and non-delinquent adolescents. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 37(4), 48-55.
- Estevão, R., & Bichuette, M. Z. (1985b). Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ): Escores T-Normalizados para a população brasileira. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 37(7), 885.
- Fachel, J.M.G., & Camey, S. (2000). Avaliação psicométrica: a qualidade das medidas e o entendimento dos dados. In: J.A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico – V* (pp. 158-176). Porto Alegre: Artmed.
- Farrington, D. P. (2002). Fatores de risco para a violência juvenil. In E. Debarbieux e C. Blaya (Orgs.), *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (pp. 25-57). Unesco, Brasília, Brasil.
- Fierro, A. (1995). Desenvolvimento da Personalidade na Adolescência. In C. Coll, J. Palácios, A. Marchesi, *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva* (M. A. G. Domingues, trad.), (pp. 288-298). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fisher, R. M. (1967). Acquiescent Response Set Jesness Inventory and Implications for use of Foreign Psychological Tests. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 6, 1-10.
- Formiga, N. S., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de Sensação e Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28 (4), 668-681.
- Fréchette, M., & Le Blanc, M. (1987). De L'Egocentrisme à L'Allocentrisme. In M. Fréchette e M. Le Blanc (orgs.) *Délinquances et Délinquants* (pp. 194-235). Gaëtan Morin Éditeur.
- Frick, P. J., & White, S. F. (2008). Research Review: The importance of callous/unemotional traits for developmental models of aggressive and antisocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 49(4), 359–375.
- Friesen, W. J., & Wright, P. G. (1985). The validity of the Carlson Psychological Survey with adolescents. *Journal of Personality Assessment*, 49(4), 422-426.
- Garson, D. (2005). *PA 765 Statnote: An online textbook*. Recuperado em 6 de março de 2005 de <http://www2.chass.ncsu.edu/garson/pa765/statnote.htm>.
- Gazzaniga, M. S., & Heatherton, T. F. (2005). *Ciência Psicológica: mente, cérebro e comportamento*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2º impressão revisada. Porto Alegre: Artmed.
- Geisinger, K. F. (1994). Cross-cultural normative assessment: translation and adaptation issues influencing the normative interpretation of assessment instruments. *Psychological Assessment*, 6(4), 304-312.
- Giacobbe, G. A., & Traynelis-Yurek, E. (1992). Attitudinal changes as measured by the Jesness Behavior Checklist in a residential peer group program. *International Journal of Adolescence and Youth*, 3(3-4), 345-351.

- Gidycz, C. A., & Koss, M. P. (1989). The impact of adolescent sexual victimization: standardized measures of anxiety, depression, and behavioral deviancy. *Violence Vict*, 4(2), 139-149.
- Gover, A. R. & Mackenzie, D. L. (2003). Child maltreatment and adjustment to juvenile correctional institutions. *Criminal Justice and Behavior*, 30(3), 374-396. Recuperado em 22 de setembro de 2011, de <http://cjb.sagepub.com/content/30/3/374>
- Graham, S. A. (1981). Predictive and Concurrent Validity of the Jesness Inventory Asocial Index: When Does a Delinquent Become a Delinquent? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49(5), 740-742.
- Greening, L. (1997). Adolescent stealers' and nonstealers' social problem-solving skills. *Adolescence*, 32(125), 51-55.
- Hambleton, R. K. (2005). Issues, designs, and technical guidelines for adapting test into multiple languages and cultures. In: R. K. Hambleton, P. F. Merenda, C. D. Spielberger, *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment* (pp.3-38). London: LEA.
- Harbinson, J., Jardine, E., & Curran, J. D. (1978). Use of Jesness Inventory with Northern-Ireland Populations. *British Journal of Criminology*, 18(4), 387-390.
- Hora, H. R., Monteiro, G. T. R., & Arica, J. (2010). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, vol. 11(2), 85 – 103. Recuperado em 18 de outubro de 2011 de <http://seer.ufrgs.br/index.php/ProdutoProducao/article/viewFile/9321/8252>
- Hooper, F. A., & Evans, R. G. (1984). Screening for disruptive behavior of institutionalized juvenile offenders. *Journal of Personality Assessment*, 48(2), 159-161. Recuperado em 01 de junho de 2010 de <http://tpj.sagepub.com/cgi/content/abstract/89/1/79>
- Howard, J. (1981) The expression and possible origins of depression in male adolescent delinquents. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 15(4), 311-318.
- Hubbard, D. J., & Pearler, J. (2009). Male Offenders in Antisocial Attitudes and Cognitive Distortions Among Adult The Importance of Responsivity Factors in Predicting Reductions. *The Prison Journal*, 89(1), 78-98.
- International Test Commission (2003). *Diretrizes para o uso de testes* (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, Trad.). Campinas. (Original publicado em 2000).
- James, N. L., & Johnson, D. W. (1983). The relationship between attitudes toward social interdependence and psychological health within three criminal populations. *The Journal of Social Psychology*, 121(1), 131-143.
- Jesness, C. F. (1962). *The Jesness Inventory: Development and Validation*. California Youth Authority Research Report N°. 29.

- Jesness, C. F. (1963). *The Jesness Inventory: Redevelopment and revalidation*. Sacramento: California Youth Authority Research.
- Jesness, C. F. (1975). Comparative effectiveness of behavior modification and transactional analysis programs for delinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43(6), 758-779.
- Jesness, C. F. (1986). Validity of Jesness Inventory classification with nondelinquents. *Educational and Psychological Measurement*, 46(4), 947-961.
- Jesness, C. F. (1996). *The Jesness Inventory: Manual*. North Tonawanda, NY.
- Jesness, C. F. (2003). *Jesness Inventory-Revised. Technical Manual*. United States: MHS.
- Jesness, C.F. & Wedge, R. F. (1984). Validity of a Revised Jesness Inventory I-Level classification with delinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52 (6), 997-1010.
- Kahn, M. & Fua, C. (1995) Children of South Sea Island immigrants to Australia: Factors associated with adjustment problems. *International Journal of Social Psychiatry*, 41(1), 55-73.
- Kahn, M. W., & McFarland, J. (1973). A demographic and treatment evaluation study of institutionalized juvenile offenders. *Journal of Community Psychology*, 1(3), 282-284.
- Kelly, F. J., & Baer, D. J. (1969). Jesness inventory and self-concept measures for delinquents before and after participation in Outward Bound. *Psychological Report*, 25(3), 719-724.
- Kimonis, E.R., Frick, P.J., Munoz, L. C., & Aucoin, K. J. (2007). Can a Laboratory Measure of Emotional Processing Enhance the Statistical Prediction of Aggression and Delinquency in Detained Adolescents with Callous-unemotional Traits? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35(5), 773-785.
- Kunce, J. T., & Hemphill, H. (1983). Delinquency and Jesness Inventory Scores. *Journal of Personality Assessment*, 47(6), 632-634.
- Jensen, J. B., Burke, N., & Garfinkel, B. D. (1988). Depression and symptoms of attention deficit disorder with hyperactivity. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 27(6), 742-747.
- Lagier, P. M., & Dickner, S. (1988). De la délinquance juvénile à la probable absence de criminalité adulte: Le délinquant temporaire insignifiant (D.T.I.). / On juvenile delinquency and the probable absence of adult criminality: The insignificant temporary delinquent. *Canadian Journal of Criminology*, 28(3), 243-262.
- Lafortune, D., Proulx, J., Tourigny, M. & Metz, K. (2004). Recension des études empiriques québécoises s'intéressant aux adolescents auteurs d'agression sexuelle. *Revue de Psychoéducation*, 33(2), 449-472.

- Lavery, B., Siegel, A. W., Cousins, J. H., & Rubovits, D. S. (1993). Adolescent risk-taking: an analysis of problem behaviors in problem children. *Journal of Experimental Child Psychol*, 55(2), 277-294.
- Laporte, F. (2008). Modelo Integrado de Intervenção Diferencial (R. Estevão, trad.). *Direction des Services Professionnels*. Centre de Jeunesse de Montérégie. Québec, Canadá.
- Le Blanc, M., McDuff, P., Charlebois, P., Gagnon, C., Larrivee, S. & Tremblay, R. E. (1991). Social and psychological consequences, at 10 years old, of an earlier onset of self-reported delinquency. *Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes*, 54(2), 133-147.
- Le Blanc, M. (1997a). A regulação social e pessoal da conduta delituosa. (R. Estevão, trad.). In *Manuel sur des mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour lès adolescents québécois. École de psychoéducation*. (pp. 3-22). Université de Montreal. Montreal.
- Le Blanc, M. (1997b). A Generic Control Theory of the Criminal Phenomenon: The Structural and the Dynamical Statements of an Integrative Multilayered Control Theory. In T.P. Thornberry, *Developmental Theories of Crime and Delinquency. Advances in Theoretical Criminology*, 7: 215-286. New Brunswick: Transaction.
- Le Blanc, P.T., & Le Blanc, M. (2001). *Jesness - Adaptation québécoise validée*. École de psychoéducation. Groupe de recherche sur les adolescents en difficulté, Université de Montréal, Québec.
- Le Blanc, M., & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. C. Fonseca (Org.), *Comportamento Anti-Social e Família*. (pp. 57-92). Coimbra: Almedina.
- Le Blanc, M. (2003). Trajetórias de Delinquência Comum, Transitória e Persistente: Uma estratégia de Prevenção Diferencial. In I. Alberto (Org.), *Comportamento Anti-Social: Escola e Família* (pp. 31-80). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Le Blanc, M. (2005). *MASPAQ : Mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour les adolescents québécois. Manuel et guide d'utilisation 5^o édition*. École de psycho-éducation. Groupe de recherche sur les adolescents en difficulté, Université de Montréal, Montréal.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990* (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 22 de outubro, 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012* (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF. Recuperado em 01 de fevereiro, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm
- Levant, R. F., & Slattery, S. C. (1982). Systematic skills training for foster parents. *Journal of Clinical Child Psychology*, 11(2), 138-143.

- Liebman, S. J., Porcerelli, J., & Abell, S. C. (2005). Reliability and Validity of Rorschach Aggression Variables With a Sample of Adjudicated Adolescents. *Journal of Personality Assessment*, 85(1), 33-39.
- Listwan, S. J., Piquero, N. L., & Van Voorhis, P. (2010) Recidivism Among a White-Collar Sample: Does Personality Matter? *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 43(1),156-174.
- Listwan, S. J., Van Voorhis, P., Ritchey, P. N. (2007) Personality, criminal behavior, and risk assessment - Implications for theory and practice. *Criminal Justice and Behavior*, 34(1), 60-75. Recuperado em 01 de junho de 2010, de <http://cjb.sagepub.com/cgi/content/abstract/34/1/60>
- Lochman, J. E., Bennett, C. L. & Simmers, D. A. (1988). Residential Re-ED treatment of highly aggressive youth: Preliminary indications of effectiveness and the precursors of improvement. *Education & Treatment of Children*, 11(1), 52-62.
- Mackenzie, D. L., Bierie, D., & Mitchell, O. (2007). An experimental study of a therapeutic boot camp: impact on impulses, attitudes and recidivism. *Journal of Experimental Criminology*, 3, 221–246.
- Manzi-Oliveira, A. B., Balarini, F. B., Marques, L. A., & Pasian, S. R. (2011). Adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica: levantamento dos estudos realizados no Brasil de 2000 a 2010. *Psico-USF*, 16 (3), 367-381.
- Martin, R. D. (1981). Cross-Validation of the Jesness Inventory With Delinquents and Nondelinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49(1), 10-14.
- Martin, D. N. & Clarke, R. V. (1969) The personality of approved school boy absconders. *British Journal of Criminology*, 9(4), 366-375.
- Martin, R. D., & Fischer, D. G. (1983). Norming cautions for use of the Jesness Inventory with female delinquents. *Psychol Rep*, 53(3 Pt 2), 1109-1110.
- Maruschi, M. C. (2010). *Avaliação de adolescente em conflito com a lei a partir dos conceitos de risco e necessidade associados à persistência da conduta infracional*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Massey, O. T., & Murphy, S. E. (1991). A study of the utility of the Child Behavior Checklist with residentially placed children. *Evaluation and Program Planning*, 14(4), 319-324.
- McMahon, R. J., Witkiewitz, K., & Kotler, J. S. (2010). Predictive Validity of Callous Unemotional Traits Measured in Early Adolescence With Respect to Multiple Antisocial Outcomes. *Journal of Abnormal Psychology*, 119 (4), 752–763.
- Messick, S. (1995). Validity of psychological assessment: validation of inferences from persons' response and performances as scientific inquiry into score meaning. *American Psychologist*, 50, 741-749.

- Mezzacappa E, Tremblay R. E., Kindlon, D., Saul, J. P., Arseneault, L., Seguin, J., Pihl, R. O., & Earls, F. (1997). Anxiety, antisocial behavior, and heart rate regulation in adolescent males. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 38 (4), 457-469.
- Milford, S. A.; Fryrear, J. L., & Swank, P. (1983). Phototherapy with disadvantaged boys. *The Arts in Psychotherapy*, 10(4), 221-228.
- Miller, W. B. (1958) Lower Class Culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, 14, 5-19.
- Morizot, J., & Le Blanc, M. (2003). Continuity and Change in Personality Traits From Adolescence to Midlife: A 25-Year Longitudinal Study Comparing Representative and Adjudicated Men. *Journal of Personality*, 71(5), 705-755
- Mun, E. Y.; Windle, M., & Schainker, L. M. (2008). A model-based cluster analysis approach to adolescent problem behaviors and young adult outcomes. *Development and Psychopathology*; 20, 291-318.
- Munson, R. F., & Gibson, S. L. (1986). Ongoing program evaluation and clinical perception in a residential treatment center. *Residential Group Care & Treatment*, 3(4), 55-63.
- Munson, R. F., & LaPaille, K. (1984). Personality tests as a predictor of success in a residential treatment center. *Adolescence*, 19(75), 697-701.
- Munson, R. F., & Revers, M. P. (1986). Program effectiveness of a residential treatment center for emotionally disturbed adolescent females as measured by exit personality tests. *Adolescence*, 21(82), 305-310.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In CFP, *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp.101-127). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Oliver L. L., Hall G. C. N., & Neuhaus, S. M. (1993). A Comparison of the Personality and Background Characteristics of Adolescent Sex Offenders and Other Adolescent Offenders. *Criminal Justice And Behavior*, 20(4), 359-370.
- Panosso, I. R. (2008). *Comparação da adaptação pessoal de adolescentes judicializados e não-judicializados: a aplicação do inventário de personalidade de Jesness e de Eysenck e de humores depressivos de Beck*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de Exame Psicológico Volume I: Fundamentos das Técnicas Psicológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. G. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Silabo.

- Pestana, P. F. F., & Bazon, M. R. (2005). *Adaptação Pessoal e Social de Adolescentes: um estudo de indicadores de personalidade por meio de Inventários Psicológicos*. Relatório de pesquisa apresentado à Comissão de Pesquisa da FFCLRP- USP - PIBIC/USP/CNPq.
- Pervin, L. A., & John, O. P. (2008) *Personalidade: teoria e pesquisa*. Ronaldo Cataldo Costa (trad.) Porto Alegre, Artmed.
- Peer, G. G. (1976). Predicting length of stay in the Job Corps. *Journal of Employment Counseling, 13*(4), 164-173.
- Piercy, F., & Lee, R. (1976). Effects of a dual treatment approach on the rehabilitation of habitual juvenile delinquents. *Rehabilitation Counseling Bulletin, 19*(3), 482-491.
- Pinsoeneault, T. B. (1997). A Combined Rationally-Empirically Developed Variable Response Scale for Detecting the Random Response Set in the Jesness Inventory. *Journal of Clinical Psychology, 53*(5), 471-484 (1997)
- Pinsoeneault, T. B. (1998). A Variable Response Inconsistency Scale and a True Response Inconsistency Scale for the Jesness Inventory. *Psychological Assessment, 10*(1), 21-32.
- Pinsoeneault, T. B. (1999). Efficacy of the three Randomness Validity Scales for the Jesness Inventory. *Journal of Personality Assessment, 73*(3), 395-406.
- Pinsoeneault, T. B. (2002). Variable Response Inconsistency Scale and a True Response Inconsistency Scale for the Millon Adolescent Clinical Inventory. *Psychological Assessment, 14*(3), 320-330.
- Pinsoeneault, T. B. (2005). Detecting Random, Partially Random, and Nonrandom Minnesota Multiphasic Personality Inventory—Adolescent Protocols. *Psychological Assessment, 17*(4), 476-480.
- Pinsoeneault, T. B. (2006). Updating the Jesness Inventory Randomness Validity Scales for the Jesness Inventory—Revised. *Journal of Personality Assessment, 86* (2), 190-195.
- Pollinger, J., Samuels, L., & Stadolnik, R. (2005). A comparative study of the behavioral, personality and fire history characteristics of residential and outpatient adolescents (ages 12-17) with firesetting behaviors. *Adolescence, 40*(158), 345-353.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo, 12*(2), 247-256.
- Primi, R., & Nunes, C. H. S. S. (2010). O Satepsi: desafios e propostas de aprimoramento. In CFP, *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp.129- 148). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Putniņš, A. (1980). Reliability of the Jesness Inventory. *Applied Psychological Measurement, 4*(1), 127-129.

- Ridenour, T. A., Marchant, G. J., & Dean, R. S. (2001). Is the revised psychopathy checklist clinically useful for adolescents? *Journal of Psychoeducational Assessment*, 19(3), 227-238.
- Roberts, G., Schmitz, K., Pinto, J., & Cain, S. (1990). The MMPI and Jesness Inventory as measures of effectiveness on an inpatient conduct disorders treatment unit. *Adolescence*, 25(100), 989-996.
- Robinson, R., Roberts, W. L., Strayer, J., & Koopman, R. (2007). Empathy and Emotional Responsiveness in Delinquent and Non-delinquent Adolescents. *Social Development*, 16(3), 555-579.
- Rocha, M. C. O. (2011). *Estudo das condutas antissociais e delitivas e esquemas de personalidade numa amostra de presidiários*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.
- Salekin, R. T. (2002). Factor-analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory in a juvenile offender population: Implications for treatment. *Journal of Offender Rehabilitation*, 34(3), 15-29.
- Saunders, G. R., & Davies, M. B. (1976). Validity of Jesness Inventory with british delinquents . *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 15, 33-39.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2002) *Teorias da Personalidade* (Eliane Kanner Trad.) Thomson: São Paulo.
- Shark, M. L., & Handal, P. J. (1977). Reliability and validity of Jesness Inventory - Caution . *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 45 (4), 692-695.
- Shivrattan, J. L. (1988) Social interactional training and incarcerated juvenile delinquents. *Canadian Journal of Criminology*, 30(2),145-163.
- Singh, A. (1978). A study of personality of truants. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 5(2), 179-184.
- Singh, A. (1980). Personality of female truants. *Child Psychiatry Quarterly*, 13(2), 60-66.
- Singh, A. (1983). Validity of Jesness Inventory with Indian delinquents. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 10(2), 485-489.
- Singh, A. (1984). The girls who run away from home. *Child Psychiatry Quarterly*, 17(1-2), 1-8.
- Smith, D. E. (1974). Relationships between Eysenck and Jesness Personality Inventories. *British Journal of Criminology*, 14(4), 376-384.
- Soler, C. L., & López, J. R. L. (2003). Rasgos de personalidad y conducta antisocial y delictiva. *Psicopatología Clínica Legal y Forense*, 3(2), 5-19.

- Sorensen E., Johnson, E. (1996). Subtypes of incarcerated delinquents constructed via cluster analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 37(3), 293-303.
- Stevens, M. L. & Long, J. (1982). Individual and group training of social and health-related behaviors in young children. *Education & Treatment of Children*, 5(3), 233-248.
- Stott, M. W., & Olczak, P. V. (1978). Relating personality characteristics to juvenile offense categories: differences between status offenders and juvenile delinquents. *Journal of Clinical Psychology*, 34(1), 80-84.
- Thompson, R. J., & Lozes, J. (1976). Female gang delinquency. *Corrective & Social Psychiatry & Journal of Behavior Technology, Methods & Therapy*, 22(3), 1-5.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos de Testagem Psicológica* (C. Dornelles, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2004).
- Vallance, R. C., & Forrest, A. R. (1971). Study of Jesness Personality Inventory with scottish children. *British Journal of Educational Psychology*, 41, 338-&.
- Vinet, E., & Bañares, P. A. (2009). Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo. *Paidéia*, 19(43), 143-152.
- Walsh, L. M., & Kurdek, L. A. (1984). Developmental trends and gender differences in the relation between understanding of friendship and asociality. *Journal of Youth and Adolescence*, 13(1), 65-71.
- Watson, P. (1981). Personality and arithmetic of normal school pupils and boys in a community home with education. *British Journal of Educational Psychology*, 51(3), 394-397.
- Weathers, L., & Liberman, R. P. (1975). Contingency contracting with families of delinquent adolescents. *Behavior Therapy*, 6(3), 356-366.
- Wiederanders, M., & Choate, P. A. (1994). Beyond recidivism: Measuring community adjustments of conditionally released insanity acquittees. *Psychological Assessment*, 6(1), 61-66.
- Woodbury, R., & Shurling, J. (1975). Factorial dimensions of jesness inventory with black delinquents. *Educational and Psychological Measurement*, 35(4), 979-981.
- Woychick, T. (1970) Associability Index score's relationship to adjustment of youthful offenders. *Correctional Psychologist*, 4(2), 68-72.
- Wunderlich, R. A. (1985). Dimensions of delinquency. *Educational and Psychological Measurement*, 45(1), 101-108.
- Yiannakis, A. (1976). Delinquent tendencies and participation in an organized sports program. *Research Quarterly*, 47(4), 845-849.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisadora: Alana Batistuta Manzi de Oliveira (alana.manzi@gmail.com)

Orientadora: Marina Rezende Bazon (mbazon@ffclrp.usp.br)

Endereço e telefone: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto/SP – Fone: (0xx16)36023830

Local da Pesquisa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Meu nome é Alana Batistuta Manzi de Oliveira, sou psicóloga e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**Normatização do Inventário de Personalidade de Jesness**”. A pesquisa é coordenada pela Professora Marina Rezende Bazon, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP.

Estamos convidando o seu filho a participar/colaborar com a pesquisa. Essa se interessa pelo desenvolvimento psicológico de adolescentes, ou mais especificamente pelo desenvolvimento da personalidade, que se relaciona à adaptação pessoal, a qual pode ser considerada a maneira como a pessoa se relaciona com as outras e com as coisas com as quais convive.

Para que ele possa participar, é necessário que você leia este documento com atenção e que expresse sua concordância com a participação dele. Portanto, se não entender alguma coisa, estou disponível para esclarecimentos.

Cada participante responderá um questionário com 160 afirmações às quais deverá responder “verdadeiro” ou “falso”. As afirmações tratam, de maneira geral, do modo como o adolescente costuma agir e pensar, além de suas idéias e sentimentos habituais. A proposta central é conhecer melhor as idéias e as opiniões do adolescente em relação a alguns temas que normalmente interessam essa faixa etária. Esse questionário será aplicado pela pesquisadora, em uma sala reservada, dentro da escola, conforme a autorização dada pelo diretor e professor(es). O tempo aproximado para cada participante responder ao questionário é de 30 minutos.

As informações que seu filho nos der serão mantidas na confidencialidade, ou seja, a identidade dele será guardada em sigilo e não será divulgada. Normalmente, as informações fornecidas por todos os adolescentes são consideradas em conjunto, o que garante o anonimato de todos, e só assim são publicadas em revistas científicas que tratam do desenvolvimento na adolescência.

Sua decisão de permitir a participação de seu filho neste estudo é voluntária, portanto, não haverá pagamento pela participação e não haverá nenhum custo para você ou seu filho. Você pode decidir por não autorizar seu filho, e ele pode decidir não participar. Você ou seu filho podem se recusar a participar ou parar de participar deste estudo a qualquer momento.

Reafirmo que ele só participará do estudo se você autorizar, mas também se ele quiser. Uma vez que você autorize e seu filho decida participar, vocês podem também desistir da participação a qualquer momento. Se alguém decidir não continuar no estudo e parar de participar, não há problema ou consequências.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Continuação)

Se você ou seu filho tiver alguma dúvida com relação ao estudo, você deve me contatar (Alana Batistuta M. de Oliveira/81101251) e/ou à minha orientadora (Marina Rezende Bazon/ 3602-3830). Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, pelo telefone: 3602-3653. O CEP é um grupo de indivíduos com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa, visando garantir àqueles que decidem colaborar com pesquisas científicas seguros e protegidos em seus direitos.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

Eu li este documento e entendo que meu filho é livre para aceitar ou recusar a participação, e que ele pode interromper a participação a qualquer momento sem dar qualquer razão.

Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para publicação em congresso e/ou em revistas especializadas da área de estudos de adolescentes.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento e tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

Nome do Responsável

Assinatura

Data

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE (Adolescente)

Eu li e discuti com a pesquisadora responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a participação, e que possa deixar de participar a qualquer momento sem qualquer razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para publicação em congresso e/ou em revistas especializadas da área de estudos de adolescentes.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

Nome do Participante

Idade

Turma

Assinatura

Data

Nome da Pesquisadora

Assinatura

Data

Nome da Pesquisadora

Assinatura

Data

APÊNDICE B – Questionário de Caracterização dos participantes

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

Nº _____

Nome: _____

Endereço: _____ Nº _____

Complemento _____ Bairro: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: _____

Escola: _____ Série: _____ Turma: _____

Você trabalha? () sim () não

Com quantas pessoas você mora? () _____

Com quem você mora?

() mãe () pai () irmãos quantos? ()

() avó () avô () tia () tio

() primos quantos? () () amigos

() companheira (o) () filho(a) quantos? ()

() _____ () _____ () _____

Marque na tabela os itens que você possui em sua casa:

Item	Não tem	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel					
Empregada mensalista					
Aspirador de pó					
Máquina de lavar					
Videocassete/DVD					
Geladeira					
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)					

Marque na tabela o grau de instrução do chefe de sua família:

Grau de instrução do chefe de família	
Analfabeto / Até 3ª série Fundamental	
Até 4ª série Fundamental	
Fundamental Completo (até 8ª série)	
Médio completo	
Superior Completo	

Você já cumpriu (ou cumpre atualmente) medida socioeducativa (Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semi-liberdade, Internação)? () sim () não

Se sim, qual (is)?

() Prestação de Serviços à Comunidade

() Liberdade Assistida

() Semi Liberdade

() Internação

APÊNDICE C – Modelo de Carta de Apresentação encaminhada às instituições



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



À equipe de coordenação

Meu nome é Alana Batistuta Manzi de Oliveira, sou psicóloga e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**Normatização do Inventário de Personalidade de Jesness**”. A pesquisa é coordenada pela Professora Marina Rezende Bazon, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP. O projeto de pesquisa busca contribuir para a adaptação de um instrumento de avaliação psicológica para o contexto brasileiro. O instrumento foi desenvolvido nos Estados Unidos e para que ele seja adequadamente utilizado no Brasil são necessárias adaptações que incluem a aplicação do instrumento em um grande número de adolescentes de modo a estabelecer como os adolescentes em geral se saem no instrumento. Venho por meio desta, esclarecer as características do estudo e solicitar a autorização para a realização de parte da coleta de dados na instituição escolar pela qual são responsáveis.

O estudo busca investigar aspectos do desenvolvimento psicológico de adolescentes (desenvolvimento da personalidade) que se relacionam com a adaptação pessoal, que pode ser considerada como a maneira como uma pessoa se relaciona com as outras pessoas e coisas com que convive. Participarão do estudo cerca de 300 adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, provenientes de várias escolas da rede pública e particular de Ribeirão Preto. Cada participante responderá um questionário com 160 afirmações às quais deverá responder “verdadeiro” ou “falso”. As afirmações tratam, de maneira geral, do modo como o adolescente costuma agir e pensar, além de suas idéias e sentimentos habituais. A proposta central é conhecer melhor as idéias e as opiniões do adolescente em relação a alguns temas que normalmente interessam essa faixa etária.

A partir da autorização de vocês para a entrada da pesquisadora na escola, será realizada uma visita à instituição, na qual a pesquisadora estará disponível para esclarecer eventuais dúvidas. A pesquisadora deverá fazer então, um contato com os alunos de 14 a 18 anos, explicando a proposta da pesquisa e convidando-os a participar. Será entregue a cada aluno um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser encaminhado aos pais e/ou responsáveis, que explicita os objetivos e as características do estudo e solicita a autorização para a participação do adolescente. Os adolescentes autorizados pelos pais e que concordarem em participar do estudo serão então, convidados a responder o questionário. O inventário deverá ser aplicado pela pesquisadora, em pequenos grupos de alunos, dentro da escola. Para isso, solicitamos que seja disponibilizado um local para que a pesquisadora possa realizar a aplicação, mediante a autorização de vocês e dos professores e de modo a não interferir nas atividades da escola. O tempo aproximado para os participantes responderem ao questionário é de 30 minutos.

Os pais estão livres para decidir se seu filho participará do estudo ou não. O adolescente também pode escolher se quer ou não participar e pode desistir da participação a qualquer momento, de maneira que não há qualquer consequência ou problema para o adolescente ou sua família. A pesquisa conta com a participação voluntária, portanto, não haverá pagamento pela participação e não haverá nenhum custo para os alunos ou para a escola.

Todos os dados coletados serão mantidos na confidencialidade, ou seja, a identidade dos sujeitos será guardada em sigilo e não será divulgada. Os dados, utilizados em conjunto, ou seja, de todos os adolescentes juntos, serão usados em publicações científicas sobre o desenvolvimento na adolescência. A pesquisa busca contribuir para melhor compreender os adolescentes de hoje e aprimorar as intervenções realizadas, especificamente em termos do relacionamento destes com os outros e com a sociedade de forma geral. Ao final do estudo a pesquisadora estará disponível para conversar sobre os resultados obtidos no estudo, de maneira a contribuir para a compreensão de aspectos da personalidade, do desenvolvimento e dos comportamentos que são próprios da adolescência.

Gratas

Alana Batistuta Manzi de Oliveira
alana.manzi@gmail.com
(16) 81101251

Profa Dra Marina Rezende Bazon
mbazon@ffclrp.usp.br
(16) 3602380

Imagem da capa: “Menino e a pipa”

Obra e fotografia: Sandra Guinle

www.sandraguinle.com.br

